

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA - PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E DEZOITO**-----

----- Aos primeiros vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. ----  
-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Rosa Lourenço, Luís Manuel Inês Cavaco, Susana Maria da Costa Guimarães,

## DRAFT

Igor Boal Roçadas, Ana Paula da Silva Viseu, Natacha Machado Amaro, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Francisco Alves da Silva Ramos, João Gomes Boavida, Fernando Oliveira Gonçalves, João Diogo Santos Moura, Nelson Pinto Antunes, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Luis Graça Gonçalves, Ricardo Filipe Barbosa Santos e Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro.-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----

----- Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Nuno Pintão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- João Luis Valente Pires (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves da Silva Ramos.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Catarina Homem. -----

----- Floresbela Mendes Pinto (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Fernando Gonçalves. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, João Afonso, Paula Marques, Catarina Albergaria, João Paulo Saraiva, Catarina Vaz Pinto, Jorge Máximo e Manuel Salgado. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção inicial: -----

----- “Vamos dar início à nossa sessão. Já temos quórum na sala. -----

----- Queria cumprimentar todos. -----

----- Hoje temos uma sessão ordinária, portanto, com PAOD e com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre a informação escrita. Temos intervenção do público, em primeiro lugar, e a Mesa ia, desde já, temos inscritas cinco pessoas. -----

----- Desculpem-me este lapso, nós tivemos, efetivamente, cinco inscrições, mas há duas pessoas que se inscreveram já como suplentes se, efetivamente, as pessoas inscritas não consumirem todo o tempo, e se a Assembleia assim o entender, podemos ouvir todos, mas pedia um esforço de contenção a todas as pessoas que vão usar da palavra, uma vez que, temos uma ordem de trabalhos muito sobrecarregada. -----

----- Vamos ouvir, em primeiro lugar, o Senhor João Manuel Gonçalves Oliveira Campos. Uma ação de despejo do Lusitano Clube e, portanto, a faça favor. Tem três minutos, quando chegar ao fim do seu tempo, a Mesa faz-lhe sinal.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor João Manuel Gonçalves Oliveira Campos** residente na Rua São João da Praça, 81, 1100-519 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Excelentíssimos Senhores e Senhoras, boa tarde. -----*

----- *Vimos, aqui, apresentar o caso do Lusitana Clube uma coletividade centenária, localizada no coração de Alfama. -----*

----- *Após alguns anos de evidentes dificuldades em sobreviver, há cerca de um ano e meio, uma equipa iniciou um projeto de revitalização e recuperação do Lusitano. Iniciou contudo, com as instalações arrendadas já no novo regime de arrendamento urbano, arrendado pouco antes num espirito de compreensão com a sustentabilidade necessária do edifício. -----*

----- *Neste ano e meio, esta equipa conseguiu tornar o clube sustentável, realizando algumas obras de reabilitação, integrar-se nas iniciativas da freguesia e, sobretudo, voltar a ser um polo de cultura na zona de Alfama. Aulas, workshops, concertos,*

*exposições, teatro, dança são algumas das atividades que já recebemos. Fizemos tudo isto sem apoios de ninguém, sem subsídios e subvenções. -----*

*----- Criamos e promovemos cultura para todos, lisboetas e turistas, lutamos contra a descaracterização e normalização do Bairro de Alfama. -----*

*----- O clube está, neste momento, com um processo de despejo das atuais instalações. Em julho de 2016, o clube foi informado pelo proprietário do edifício da pretensão de transformar todo o prédio em apartamentos de luxo, não havendo lugar para espaços comerciais. -----*

*----- Recusamos sair na primeira abordagem, procurando ganhar tempo para nos informarmos dos nossos direitos e procurar ajuda. O tempo foi curto, os direitos não nos protegiam e a ajuda não apareceu. -----*

*----- Apesar de contactados em julho, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa, pelos Departamentos do Desporto e do Gabinete do Vereador Manuel Salgado, ignoraram os nossos apelos, deixando-nos sem respostas e sem alternativas. -----*

*----- Alertámos a Câmara que se pretendia dar uma utilização ao edifício diferente da atual, e que se corria o risco de acabar com que o clube centenário. Em Assembleia Geral realizada em setembro, tivemos de optar entre permanecer no local até ao fim do contrato, que seria, mais ou menos, dois anos e sair sem nada, ou tentar negociar uma indemnização que nos permitisse tentar continuar a vida do Lusitano noutra espaço. Optámos por sair com uma indemnização que nos permite investir num novo espaço e continuar o nosso trabalho. -----*

*----- Só a dezanove de setembro, fomos recebidos pela Junta de Freguesia, onde não nos foram apresentadas soluções, nem foi mostrada vontade em ajudar. Só ontem, dia vinte e seis de setembro, fomos contactados pelo Gabinete do Vereador Manuel Salgado a informar da proposta de indeferimento processo de licenciamento da obra. Com estas novas informações, vindas da Câmara, e sendo certo que, ainda, não foi assinado o acordo para saída das atuais instalações, que futuro podemos esperar? ----*

*----- Não queremos esmolas, queremos que nos oiçam e que exista diálogo no sentido de encontrar soluções, temos várias propostas a apresentar. O Lusitano reinventou-se, atualizou-se e criou uma forma sustentável. Provámos que as entidades históricas podem ter sucesso, integrando de forma positiva uma sustentável e necessária evolução da cidade, que todos amamos. -----*

*----- Coletividades como o Lusitano são âncoras de autenticidade, elos de ligação entre moradores, turistas e entidades públicas. -----*

*----- É por vermos, frequentemente, na imprensa que esta preservação da autenticidade é igualmente querida, para a Junta para a Câmara. Estamos esperançados e pedimos, hoje, que urgentemente, trabalhem connosco para construir uma solução. -----*

*----- Obrigado.” -----*

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----*

*----- “Muito obrigada pela sua intervenção. -----*

*----- A Mesa, naturalmente, e todos os Senhores Deputados ouviram, vamos fazer as diligências habituais para saber o que é que poderá ser feito pela nossa parte, e temos*

todo o interesse, naturalmente, em apoiar a vossa atividade, e a continuação dela na medida das nossas capacidades. -----

----- Vamos passar, agora à intervenção da Senhora Rosa Teixeira Ribeiro que vem colocar uma questão sobre o Jardim do Arco do Cego. -----

----- A Senhora Rosa já esteve aqui em vinte e seis de julho, entretanto, a Assembleia esteve encerrada no mês de agosto, portanto, é natural que, ainda, não tenha recebido a resposta sobre a intervenção que fez, mas seja como for, nesta data em que esteve nós aprovámos o novo Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público, portanto, agora, já temos outros meios para podermos intervir.---

----- Faça favor Senhora Rosa.”-----

----- **A Senhora Rosa Teixeira Ribeiro** residente na Rua D. Filipa de Vilhena, 6, 3º Direito, 1000-135 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde.-----

----- *Agradeço a oportunidade que me é facultada de intervir neste espaço, pretendendo fazer um rápido ponto de situação decorridos que são dois meses após uma primeira abordagem dos problemas sentidos e vividos pelos moradores do Arco do Cego, nesta mesma, Assembleia. -----*

----- *Concretizaram-se várias reuniões com o Doutor Duarte Cordeiro, com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia das Avenidas Novas e do Areeiro, tendo sido apreciada a qualidade do escrutínio e empatia manifestada. Das medidas adotadas e implementadas registamos com satisfação a instalação de papeleiras em número e dimensões consentâneas com o volume de detritos, mas consternação generalizada no dia treze de setembro, ao assistirmos à colocação do prometido gradeamento. Queria deixar, aqui, os parabéns ao projetista que concebeu este equipamento. Certamente, o primeiro gradeamento que preenche vários requisitos, conseguindo ser, em simultâneo, garrafeira, cristaleira, bengaleiro, assento, suporte e lixeira, ficando, no entanto, completamente esquecido a sua função original.-----*

----- *Esteticamente concebido e visualmente aprazível, é rejeitado por representar um retrocesso em relação à vedação temporário instalada, já que tivemos de lidar, de novo, com tudo o que faz da nossa vida quotidiana um autêntico caos. Contam-se pelos dedos de uma mão as noites de sossego dos dois últimos meses. Neste contexto, fazer é possível, não é suficiente, é preciso acabar com os cenários diários de desbunda alcoolizada e os apocalípticos cenários matinais com obstrução, quase sistemática, da via pública. Urge responsabilizar os que vendem cerveja ao quilómetro, monopolizando e vandalizando, por interpostos bebedores, o Jardim do Arco do Cego. -----*

----- *O Jardim do Arco do Cego, não é uma esplanada, nem uma lixeira a céu aberto. É um pulmão verde num bairro residencial, em Lisboa, um ponto de encontro de várias vidas, várias gerações, que deve ser devolvida à sua versão original. -----*

----- *Os moradores, vulneráveis e impotentes, assim o exigem, e o ambiente agradecerá. -----*

----- *Muito obrigada pela vossa atenção.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Muito obrigada, e obrigada a vós por toda a vigilância que têm feito.-----  
----- Naturalmente, não tem sido fácil uma intervenção, naquele sítio, dada a pressão constituída pelo próprio contingente de estudantes do Instituto Superior Técnico que utiliza, intensamente, aquele Jardim, nem sempre da melhor forma e, portanto, vamos ver como é que as coisas evoluem.-----  
----- E vamos, agora, passar a palavra ao Senhor José Maria Inácio de Almeida. Um problema relacionado com contentor na Freguesia da Estrela.” -----  
----- **O Senhor José Maria Inácio de Almeida** residente na Rua D. João V, nº 29, 3º Esquerdo, 1350-257 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “*Muito obrigado Senhora Presidente.* -----  
----- *Boa tarde meus Senhores e minhas Senhoras.*-----  
----- *Recebi uma carta animalesca, e chamo-lhe animalesca porque já não estamos no tempo das cavernas, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Estrela. Esta carta apresenta um projeto de um contentor que lá colocou, pretendendo ter sessenta cadeiras, não havendo espaço para a minha esplanada, e estou lá há catorze anos e sempre respeitei local. Esse Senhor esqueceu-se de um pormenor, atrás do contentor tem oito metros, oito. Se ele tivesse posto o contentor oito metros para trás, tinha havido espaço para os dois projetos.* -----  
----- *Mas o que se trata, aqui, não é isso. O que se trata, aqui, é de uma vingança desse Senhor contra mim, porque eu não aceitei ser enganado, pela segunda vez, pelas festas alcoólicas, que eu chamo, feitas pelos estudantes, à tarde...* -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----  
----- “Desculpe interromper.-----  
----- Eu pedia ao Senhor José de Almeida que tivesse em atenção o seguinte: -----  
----- Nesta Assembleia Municipal, os Senhores podem intervir, naturalmente, expor os vossos problemas, mas os membros da Assembleia que estão a assistir não podem responder, apenas a Mesa é que pode responder. -----  
----- E portanto, o Senhor está aqui a fazer uma acusação concreta, pessoal, a uma pessoa que não pode responder e, portanto, eu pedia para moderar a sua intervenção no sentido de compreender que eu não posso consentir que seja feita uma acusação sem que a pessoa possa responder.-----  
----- Muito obrigada.” -----  
----- **O Senhor José Maria Inácio de Almeida** no uso da palavra, continuou:-----  
----- “*Portanto, trata-se, aqui, precisamente, de uma vingança.* -----  
----- *Eu no ano passado fui enganado, pelos estudantes que me pediram para eu encerrar o meu estabelecimento, prometendo-me cem euros porque a festa era dois dias. Afinal a festa foi só um dia e não me pagaram.* -----  
----- *Não está em causa o engano, a vigarice que me fizeram, está em causa que eu, este ano, já não deixei que me enganassem.* -----  
----- *No dia vinte e sete de maio, houve nova festa e eu estive lá no local que a Câmara me colocou para eu ganhar a minha vida. Portanto, embora não perceba de leis, há uma utilização da Junta para fins vingativos. Assim como já referi, há espaço de oito metros atrás do contentor para os dois projetos.* -----

----- *Não tenho mais nada a dizer, as provas falam por si.*-----

----- *Muito obrigado Senhora Presidente, e gostaria de lhe entregar estes documentos.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhor José Maria, também tenho que lhe dar mais uma explicação, que é a seguinte:-----

----- O seu protesto é, basicamente, relacionado com a Junta de Freguesia, e esta Assembleia não tem competências para fiscalizar a ação da Junta de Freguesia.-----

----- Portanto, naturalmente, nós vamos enviar documentos, cópias dos documentos que me está a entregar à Junta de Freguesia e à Câmara para conhecimento, mas se o problema é com a Junta o que eu sugeria, eventualmente, se o Senhor, assim, o entender, era que numa Assembleia de Freguesia pusesse o problema, diretamente, ao Executivo da Junta que então, aí, terá que responder.-----

----- Aqui na Assembleia, não temos capacidade de dar essa resposta, mas seja como for, o assunto está apresentado, os documentos estão entregues e serão devidamente encaminhados.-----

----- Muito obrigada. E, vamos passar à quarta intervenção quer é a Senhora Raquel Maria Cardoso Paisana, também já cá estive na nossa última sessão de julho, um problema relacionado, ainda, com a revisão do regulamento dos horários que foi, entretanto, aprovada, vamos ver qual é o ponto de situação, agora.”-----

----- **A Senhora Raquel Maria Cardoso de Matos Paisana** residente na Rua D. Filipa de Vilhena, nº 6, 4º Direito, 1000-135 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ *Muito boa tarde, Excelentíssima Senhora presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, e outros eleitos.*-----

----- *Começo por pedir desculpa por voltar, novamente, ao assunto que me preocupa enquanto moradora desta cidade, enquanto representante de outros moradores da mesma zona de Lisboa e porta-voz demais habitantes, já que situações deste tipo tendem a multiplicar e, infelizmente, a agravar como tem sucedido com o local da cidade onde nasci e, onde, ainda, moro. Qual é pois a situação?*-----

----- *A venda de bebidas por estabelecimentos exíguos em que os consumidores não consomem dentro do estabelecimento, mas na rua, leva a que os passeios fiquem congestionados, não podendo ser utilizados por quem neles pretende circular, tendo de o fazer pela rua onde os automóveis transitam.*-----

----- *O barulho dos ajuntamentos de pessoas se faça sentir dentro das habitações, pelo que mesmo antes da hora legal de proibição do ruído, vinte e três horas, já não se consiga estar, normalmente, em casa. Como se não bastasse, às nossas portas acumula-se lixo, copos e cerveja entornada, maços de tabaco vazias e beatas, num festival de insalubridade totalmente ativo e crescente, num processo gradual de impunidade, criando uma situação de injusta penalização para quem paga as taxas várias e o IMI e não lucra com a venda de cerveja, mas tem as consequências à porta, diária e noturna mente.*-----

----- *Mas não é tudo. Temos de pedir licença para entrar nos prédios, e se reagimos somos insultados.* -----

----- *Assim, venho solicitar aos eleitos municipais que adotem meios que impeçam estas situações se manterem, agravarem e multiplicarem.* -----

----- *Para quando a emissão de um regulamento que proíba urinar na rua como há em outras cidades do país? Para quando a fiscalização de lançar lixo na rua, e de consumo de droga e de álcool, por menores? Para quando impedir grupos alcoolizados gritem, cantem, falem alto a vinte metros das nossas casas, desde as vinte e duas horas, meia-noite, pelas duas, quatro e seis da manhã? Vamos continuar no embrulho das competências? As competências são da junta de Freguesia? Não, dizem, afinal são da Câmara Municipal, ou das respetivas Assembleias. Pois então, são é da Polícia Municipal, ou da PSP, não, são do Governo da República, não são? Para quando a criação de medidas eficazes que acabem, de vez, com estas situações? É que no Inverno, a chuva vai minimizá-las, mas o problema continua lá, renasce na Primavera para se agudizar no Verão e no Outono.* -----

----- *E as zonas do Jardim do Arco do Cego, a situação já dura há dois anos no agravamento contínuo e progressivo. Ainda temos esperança e temos vontade de ajudar a resolver o problema, participando nas medidas que se mostrem necessárias para que a nossa cidade volte a ser, simplesmente, habitável.* -----

----- *Muito obrigada a todos.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Esta insistência é muito compreensível por todos nós, há medidas que já foram tomadas como se sabe, foi aprovado o regulamento é preciso agora que ele entre em vigor, é preciso que, com a entrada em vigor do regulamento, as medidas complementares também, entrem em vigor e, portanto, esperamos que esse problema venha a ser minorado com as decisões que já foram tomadas por esta Assembleia, recentemente. -----

----- Mas, naturalmente, os resultados não são imediatos e, portanto, vamos esperar que o regulamento produza os seus efeitos. -----

----- Falta o Senhor Artur da Luz Maia que vem levantar-nos um problema relacionado com a limpeza urbana. Se faz favor, Senhor Artur.” -----

----- **O Senhor Artur da Luz Maia** residente no Largo Santo Antoninho, 14, 3º Direito, 1200-406 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Senhora Presidente, muito boa tarde, é com muito prazer que estou aqui, pela primeira vez, numa Assembleia.* -----

----- *Quero agradecer à Câmara Municipal de Lisboa pela reposição dos caixotes de lixo pois isso evita aquela lixeira que havia, mau para a nossa saúde, mau para os lisboetas e mau para quem nos visita, diariamente, e não são poucos, são milhares. ---*

----- *Em segundo lugar, queria dizer que, apesar de haver poucos, sítios que ainda não têm esses caixotes, que o a câmara conseguisse repor aquilo que está em falta. ---*

----- *Não quero deixar esta sala sem dar um apreço à Junta de Freguesia da Misericórdia e aos seus funcionários, e muito especialmente à Dr.ª Carla Madeira, pelo excelente trabalho que tem desenvolvido na minha Freguesia.* -----

----- Bem-haja a todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada ao cidadão Artur Maia, pelo estímulo que também a sua intervenção representa para todos nós, em particular, para a freguesia que foi referida. -

----- Vamos prosseguir, temos de dois inscritos como suplentes, eu pergunto se alguém se opõe a que eles possam usar da palavra? Muito bem, não há oposições, portanto, vamos dar a palavra à Senhora Rute Rocha Martins que traz um assunto também de atualidade, que é o problema das lojas com história.”-----

----- **A Senhora Rute Rocha Martins** residente na Avenida Conde Valbom, nº 78, R/chão, 1050-069 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Excelentíssimos Senhores em nome do meu pai venho falar da nossa loja com história, onde estamos desde nove de junho de 1979.-----

----- Como os Excelentíssimos Senhores sabem, entre as duas guerras mundiais dos anos vinte, os galegos vieram para Lisboa, fugindo da miséria. Nesse tempo, as carvoarias nesta cidade eram muitas, como li no livro do Senhor Luís Dantas, “Retratos Galegos”, os operários vinham comer a sua bucha. -----

----- Quando os meus pais, se instalaram na Avenida Conde Valbom, a loja, ainda, era carvoaria e vinhos. No decorrer dos anos, fizemos obras por quatro vezes, a última foi intimada pela Câmara a todo o prédio, no entanto, fomos os únicos a fazer as ditas obras. -----

----- Desde catorze de julho de 2016, que estamos intimados a sair por denúncia de contrato a trinta e um de janeiro de 2017, o prédio vai para obras profundas.-----

----- Como pensamos que esta loja tem história, a história do Senhor Albino e de sua esposa, os galegos que aqui se instalaram, a nossa história, mas, sobretudo a história da Cidade de Lisboa e, em particular, das nossas Avenidas Novas, peço a vossa ajuda; não deixem que esta loja que perpetua a tradição da antiga Lisboa, seja substituída por um andar de habitação. Beber um bom café e comer as iguarias da Dona Glória nesta loja, que tem noventa e três anos, que tem de continuar a fazer parte dos hábitos de quem cá vem, dos operários das obras em redor, dos vizinhos e seus filhos estudantes, de todos os que leem o livro “As Tascas de Lisboa”, e principalmente, dos turistas que procuram o que é autêntico, tradicional e único. A isto, meus Senhores, chamamos Património Imaterial. -----

----- Obrigada e boa tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- A Senhora Rute saberá que está, neste momento, em discussão no Parlamento, portanto, a nível nacional, uma alteração da lei relativamente à proteção das lojas com história que vai, também, introduzir-se que a seguir venha a ser aprovada alterações na legislação das obras em prédios arrendados.-----

----- E, também, saberá que a Câmara de Lisboa tem desenvolvido um trabalho importante no sentido de fazer o registo, a classificação, e portanto, estender, considerar as lojas com história e estender-lhes alguma proteção no sentido, de permitir a sua sobrevivência. Não sei se a vossa loja está identificada nesse inventário

já feito, se não está, em todo o caso, registamos a sua intervenção e iremos dar conhecimento à Câmara e ver quais são os passos subsequentes que podem ser feitos para ver se conseguimos alguma proteção, no vosso caso. -----

----- E vamos passar à Senhora Ricardina Dias Pires Lourenço, que nos vem pôr um problema relacionado com o alargamento da Rua da Graça.”-----

----- **A Senhora Ricardina Dias Pires Lourenço** residente na Rua Senhora do Monte, nº 28 B, 4º Direito, 1170-361 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:----

----- “Então, muito boa tarde a todos. -----

----- Venho aqui com uma situação que preocupa os moradores do Bairro da Graça que é o alargamento da rua. E então, passo a ler: -----

----- ‘Como é do conhecimento público, a Câmara Municipal adquiriu, há já muitos anos, os prédios da Rua da Graça situados entre a Rua Josefa de Óbidos e a Rua do Sol à Graça, com o objetivo de vir a proceder ao seu alargamento.-----

----- Dado que, agora, circula a informação de que a Câmara vendeu, ou está para vender, os referidos prédios, vários moradores da zona questionam qual o plano existente para a solução daquele constrangimento dado que, como é sabido, o elétrico circula tão junto ao passeio que pode atropelar os transeuntes menos atentos. Aliás, como já tem acontecido. -----

----- Não é crível que este executivo tenha tomado uma opção sem dela dar conhecimento à respetiva Junta, sabendo da dificuldade existente para se transitar naquele passeio.-----

----- É de todo o interesse para os moradores daquela zona que a Câmara torne público o projeto que, certamente, terá para solucionar esta situação e dá-lo a conhecer.-----

----- Ficamos a aguardar uma resposta. Os nossos melhores cumprimentos e muito boa tarde. -----

----- Eu vou entregar a carta.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- É um problema que, naturalmente, nos interessa bastante, e que a Mesa irá fazer diligências junto da Câmara para dar cumprimento a esta vossa solicitação, no sentido de conhecerem o projeto, ou projetos que a Câmara tenha para aquela zona que, de facto, precisa de intervenção, isso todos reconhecem, e portanto, têm direito como cidadãos, a conhecer as propostas, ou projetos, que estejam pendentes na Câmara.-----

----- Terminámos as intervenções do público, Senhores Deputados, e vamos entrar na nossa ordem de trabalhos, na parte seguinte, portanto, e antes de dar seguimento tenho a dizer-vos o seguinte: -----

----- Por um lapso meu, pessoal, os pareceres das propostas que vão ser hoje, discutidas não foram colocados no *site*, ontem, ou durante o fim de semana, houve aqui um atraso, estão a ser colocados agora, e em todo o caso eles vão ser distribuídos e peço pessoalmente, desculpa por este atraso, foi um lapso da minha parte, e dizer-vos que um desses pareceres que é sobre a casa da cidadania em São Domingos de Benfica, que é a Proposta nº 423/CM/2016, deu origem a uma Recomendação,

Recomendação nº 11/118 que eu mandei distribuir. Ela foi aprovada por unanimidade numa reunião conjunta de três comissões, portanto, não é uma recomendação polémica mas, em todo o caso, alerta para que a distribuição está a ser feita, neste momento. -----

----- A segunda matéria que queria dar-vos informação é a seguinte, eu recebi uma carta, no final do mês de julho, a dar conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos da lei, que a Inspeção-geral de Finanças ia fazer uma auditoria ao Município de Lisboa no controlo do Urbanismo. É uma auditoria de rotina, está prevista no Plano de Atividades da Inspeção-geral de Finanças, já dei conhecimento à Conferência de Representantes, mas a lei exige que dê conhecimento a dois Senhores Deputados, portanto, esta auditoria já começou, e está a decorrer, normalmente, mas está em curso, portanto, e é para o saberem. -----

----- Dizer, ainda, que nós temos, acabou de chegar, acabei de receber às 14h39, no meu *email* da Assembleia Municipal, no dia de hoje, o relatório do júri relativamente ao procedimento da empreitada sobre a requalificação da 2ª Circular, entre o nó da Buraca e o Aeroporto e, portanto, vou mandar, naturalmente, distribuir por todos os Senhores Deputados. -----

----- Havia críticas várias, de vários grupos municipais, que este relatório do júri, que entretanto, foi tornado público, não tinha chegado, formalmente, à Assembleia, portanto, informo que acabou de chegar e que será distribuído. -----

----- Entrando, agora, nas nossas matérias, temos vários Senhores Deputados inscritos para o PAOD, mas temos alguns votos de pesar, inicialmente. Portanto, aquilo que eu vos ia propor, era que antes das intervenções normais do PAOD, nós víssemos os votos de pesar que tenho aqui, e que são, um momento, os Votos de Pesar pelo falecimento de João Mário Mascarenhas e pelo falecimento de Carlos Mendonça. O Partido Socialista tinha pedido para ser ele a apresentar os Votos de Pesar, e não serem lidos pela Mesa. -----

----- Portanto, microfone ao Senhor Deputado José Leitão. O Senhor Deputado vai me indicar quem é o Senhor Deputado que vai ler o Voto de Pesar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- Eu vou ler o voto relativo ao falecimento de João Mário Mascarenhas, e o outro voto será lido pelo Senhor Deputado Miguel Coelho.” -----

----- (O Senhor Deputado Municipal José Leitão leu o seguinte Voto de Pesar): -----

----- **Voto de Pesar nº 1/118 – Pelo Falecimento de João Mário Mascarenhas:** -----

----- *“Faleceu no passado dia 18 de Julho de 2016, após doença prolongada, João Mário Mascarenhas.* -----

----- *João Mário Mascarenhas foi Diretor da Biblioteca-Museu República e Resistência desde a primeira hora, e ao longo de vários anos, até ao agravamento do seu estado de saúde.* -----

----- *Como Diretor, promoveu inúmeros debates, colóquios, exposições, e coordenou a publicação de diversos livros, nomeadamente sobre a República e a Resistência Antifascista, tornando este equipamento cultural da Câmara Municipal de Lisboa, numa referência museológica nacional.* -----

----- *Ao longo do seu trabalho na Biblioteca Museu República e Resistência, conseguiu granjear a confiança de inúmeros cidadãos para a necessidade de preservar a memória documental do período da resistência e do combate anti colonial, tendo recebido ao longo dos anos o espólio de inúmeros combatentes antifascistas e anticolonialistas, tornando este equipamento uma referência da historiografia nacional.*-----

----- *João Mário Mascarenhas, natural de Lisboa e com raízes familiares no Algarve, viveu parte da sua vida académica e profissional em Lisboa tendo abraçado a resistência e o combate político à ditadura desde muito jovem.*-----

----- *João Mário Mascarenhas foi um intrépido defensor da Liberdade, Fraternidade, Solidariedade e Democracia, princípios que defendeu ao longo da sua existência.*-----

----- *Fez parte do grupo cénico da Faculdade de Direito de Lisboa juntamente com Hélder Costa, Maria do Céu Guerra entre outros.*-----

----- *João Mário Mascarenhas foi também, nos anos 70 e princípios de 80, chefe do gabinete parlamentar da UDP, tendo sido o responsável do gabinete do Deputado Mário Tomé, entre 1979 e 1983.*-----

----- *Assim, pela sua carreira e dedicação à causa pública, e em particular pela sua colaboração com a Camara Municipal de Lisboa, e pelo importante legado que nos deixou, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião no dia 27 de Setembro de 2016, delibere:*-----

----- *1. Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências.*-----

----- *2. Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.*-----

----- *3. Dar conhecimento aos familiares deste Voto de Pesar da Assembleia Municipal de Lisboa.”*-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, salientou, ainda:-----

----- “Eu próprio e também a Deputada dos Independentes também, se associou, portanto, os Independentes também se associaram, a este voto.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Primeiro-secretário tem uma informação a dar sobre este voto.”-----

----- **O Senhor Primeiro-secretário da Mesa, Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Em relação a este voto, a Mesa recebeu indicação do BE se o Grupo Municipal do Partido Socialista concordar, também gostava de subscrever este voto. Está concedido, e fica registado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Pergunto se mais alguém quer intervir sobre este voto, se não, a Mesa vai pôr à vossa consideração o **Voto de Pesar nº 1/118**, pelo falecimento de João Mário Mascarenhas. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. O **Voto de Pesar nº 1/118** foi aprovado **por unanimidade.**-----

----- Um minuto de silêncio, nós fá-lo-emos no fim, a seguir à votação do outro voto de pesar que é o Voto de Pesar pelo falecimento de José Carlos Mendonça que vai ser apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho.” -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho leu o seguinte Voto de Pesar): ----

----- **Voto de Pesar nº 2/118 – Pelo Falecimento de José Carlos Santos Mendonça:** -

----- “José Carlos dos Santos Mendonça nasceu no dia 28 de Janeiro de 1939, na cidade de Lisboa. A sua longa e reconhecida carreira artística iniciou-se cedo, tendo-se formado em Bailado e, mais tarde, frequentado em Inglaterra o célebre Ealing College of Art. -----

----- Ainda no estrangeiro, notabilizou-se trabalhando para várias entidades de prestígio como a BBC e a Paramount. Foi, porém, após o seu regresso a Portugal e conseqüente afirmação enquanto Figurinista de estilo singular em diversos projetos Teatrais, Musicais e Televisivos que, no ano de 1990, é convidado para coordenar os destinos artísticos da Marcha de Alfama, assumindo-se como criador de excelência nas demais disciplinas artísticas, desenhando figurinos e cenografias, escrevendo letras e musicas e coreografando. -----

----- Começava assim um percurso que impulsionaria uma revolução nas Marchas Populares de Lisboa, enriquecendo, com irreverência e criatividade, um espetáculo que ficaria indelevelmente influenciado pela dedicação de Carlos Mendonça. Em prova do reconhecimento do seu génio, foram várias as vezes que conquistou o primeiro lugar do concurso ao longo das décadas em que trabalhou na Marcha de Alfama e, posteriormente, na Marcha do Alto do Pina. -----

----- O contributo inegável que Carlos Mendonça cedeu para a valorização dos valores culturais, incentivando novas gerações, justificou a condecoração da Câmara Municipal de Lisboa, que lhe atribuíra a Medalha de Mérito de Grau Ouro da cidade – distinção que, de novo, perpetuou um percurso ímpar na história recente da cultura Lisboeta. -----

----- Carlos Mendonça faleceu em Lisboa, a 6 de Setembro de 2016, aos 77 anos de idade. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 27 de setembro de 2016, que delibere: -----

----- 1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- 2. Propor a atribuição do seu nome a um arruamento da cidade de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Obrigada Senhor Deputado. -----

----- Pergunto se algum Senhor Deputado quer intervir sobre este voto de pesar? Não vejo pedidos de palavra, vamos pôr à votação o **Voto de Pesar nº 2/118**, pelo falecimento de José Carlos Santos Mendonça. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. O **Voto de Pesar nº 2/118** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- E agora, sim, vamos fazer um minuto de silêncio... -----

----- Muito obrigada Senhores Deputados, não sei se sabem que esta prática do minuto de silêncio foi inventada, ou inaugurada, pela primeira vez, no senado, em Portugal, já

há bastante tempo. Era mais tempo, não era só um minuto, era um período bastante mais longo, depois, pouco a pouco, foi transformado em períodos mais curtos e passou a ser uma prática habitual da instância parlamentar, ou da instância de senado, da segunda Câmara, fazer um minuto de silêncio, nestes momentos. Anteriormente, interrompia-se a sessão e não havia mais trabalhos. A partir daí, a prática generalizou-se e penso que, hoje em dia, todos compreendem que não é a quantidade de tempo que fazemos silêncio que tem significado, mas sim, o facto de todos procurarmos honrar aqueles que partem, enfim, com o nosso silêncio e com a nossa concentração. -----

----- Vamos prosseguir, Senhores Deputados. -----  
----- Temos, agora, a leitura do expediente que o Senhor Primeiro-secretário vai fazer o favor de ler.” -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Mesa Rui Paulo Figueiredo**, fez a leitura integral do seguinte documento: -----

----- **RESUMO DE EXPEDIENTE** -----

----- **ENVIADO A ESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- **INICIATIVAS DOS GRUPOS PARLAMENTARES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:** -----

----- **Grupo Parlamentar do PCP:**-----

----- 1. Pergunta ao Governo sobre os complementos de reforma não pagos, entre 2014 e março de 2016, aos reformados do Metropolitano de Lisboa. -----

----- **Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”:** -----

----- 2. Resposta do Ministério da Educação à Pergunta sobre a falta de condições na Escola Secundária Artística António Arroio, em Lisboa. -----

----- 3. Pergunta dirigida ao Governo através do Ministério do Ambiente sobre a supressão de várias carreiras de ligações fluviais entre o Barreiro e Lisboa, desde 6 de setembro. -----

----- 4. Pergunta dirigida ao Governo através do Ministério do Ambiente sobre o contrato coletivo de trabalho na *Carristur*. -----

----- **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA:** -----

----- 5. **Gabinete do vereador Manuel Salgado** – Resposta ao pedido de informação dirigido pelo Fórum Cidadania Lx, sobre obras em curso no edifício sito na Avenida da República classificado como Monumento de Interesse Público desde 2012. -----

----- 6. **Gabinete da vereadora Catarina Albergaria** - Moção aprovada em Conselho Municipal de Educação relativa às diligências junto do Ministério da Educação referentes às escolas cujo edificado se encontra danificado. -----

----- 7. **Gabinete do vereador João Afonso** – Realização da terceira edição do Fórum da Cidadania Municipal de Lisboa e divulgação da declaração “Lisboa Cidade com Direitos”. -----

----- 8. SRU Lisboa Ocidental (Sociedade de Reabilitação Urbana Lisboa Ocidental) - Resposta da Presidente do Conselho de Administração ao protesto apresentado pelo Fórum Cidadania Lx sobre a “Destrução do Teatrino Luiz de Camões/Belém na Calçada da Ajuda”. -----

- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA:**-----
- 9. Assembleia de **Freguesia de Campolide** – Moção intitulada “Por um passe social intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa”.-----
- 10. Assembleia de **Freguesia Algueirão-Mem Martins** - Moção intitulada “Pela Cobertura total do Conselho de Sintra por um Passe social Intermodal”.-----
- **ASSEMBLEIA METROPOLITANA DE LISBOA:**-----
- 11. **Ofício/circular** com a minuta de ata da sua Reunião Ordinária do dia 23/8/16 e a ata relativa à Reunião do dia 9/8/16.-----
- **ASSOCIAÇÕES:**-----
- 12. **FPT** (Federação Portuguesa de Táxis) e **ANTRAL** (Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóvel Ligeiro).-----
- 12.1 Notas de Imprensa enviada pela **FPT** a Divulgar o fim do transporte ilegal de passageiros já no próximo mês de Setembro.-----
- 12.2 Sobre a última reunião do grupo de trabalho para a modernização do setor do táxi.-----
- 12.3 Notícia intitulada “Uber deixa Macau após dez meses de multas pesadas” enviada pela **FPT**.-----
- 12.4 Recomendações da Autoridade da Comunicação para o Transporte de Passageiros em Veículos Ligeiros com Motorista a aconselhar o Governo a eliminação da contingentação, liberalização de preços e a limitar a regulação da qualidade. A **FPT** não concorda com as referidas propostas por considerar que irão destruir 20 anos de regularização do setor táxi.-----
- 12.5 **ANTRAL e FPT** solicitam reunião aos Grupos Municipais da AML.-----
- 13. **Fórum Cidadania Lx: Emails:**-----
- 13.1 Dirigido ao **Vereador Manuel Salgado** a solicitar a inclusão do Campo Mártire da Pátria no âmbito do Programa “Uma Praça em cada Bairro”.-----
- 13.2 Envia fotografias para ilustrar as alterações feitas à fachada do imóvel sito na Rua Castilho Nº 15, gaveto com a Rua Rosa Araújo”.-----
- 13.3 Chama atenção pela necessidade urgente de reposição do estacionamento automóvel longitudinal nos passeios Norte da Av. António José de Almeida e da Av. Miguel Bombarda.-----
- 13.4 Chama a atenção para alguns pormenores da obra que decorre da empreitada de Requalificação do Espaço Público no Eixo Central e na Av. Da República.-----
- 13.5 *Email* dirigidos à CML, ao **vereador Manuel Salgado** e à **vereadora Catarina Vaz Pinto** a solicitar informação sobre a obra de reabilitação em curso no âmbito do Programa de Investimento Prioritário em Ação de Reabilitação Urbana (PIPARU).-----
- 13.6 *Email* dirigido à DGPC relativo ao estado de Conservação e de exploração do Atelier Oficina Pró-Arte de Ricardo Leone sito no Edifício da antiga Real Fábrica das Sandes na Rua Escola Politécnica.-----
- 13.7 *Email* dirigido ao Senhor Reitor da Universidade de Lisboa apresentando um protesto pelo estado de degradação e abandono em que se encontra o Jardim Botânico Tropical sob tutela da Universidade de Lisboa.-----

----- 13.8 *Email* dirigido ao Senhor Primeiro-Ministro para que inste os Gabinetes de Ministros que tutelam os Organismos do Estado alojados no Palácio Foz para que desencadeiem procedimentos com vista a execução de obras no respetivo imóvel. -----

----- 14. **Banco Alimentar contra a fome**- Dá conta das suas atividades em 2015, na região da Grande Lisboa. -----

----- 15. **Riacongress, Lda** – informa sobre a realização do XIV Congresso Nacional de Emergência no próximo dia 1 de outubro, no Fórum Lisboa e solicita a divulgação desse evento.-----

----- **MUNICÍPE:** -----

----- 16. Maria Teresa Cardoso solicita a intervenção dos membros desta Assembleia junto da Câmara Municipal com vista a aceleração das obras iniciadas em Lisboa e exemplifica algumas que já duram há mais de um ano.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Primeiro-secretário.-----

----- Evidentemente, que o expediente que chega a esta Assembleia é muito mais do que este, há expedientes de coisas muito mais simples, que são resolvidas diretamente, normalmente, o que nós encaminhamos aqui para ser dado conhecimento a todos, são os assuntos que entendemos que os Senhores Deputados devem ter conhecimento. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Temos, agora, as intervenções dos Grupos Municipais, e a Senhora Segunda-secretária já deve ter inscrições. -----

----- A Senhora Segunda-secretária irá intervir, por isso, saiu da Mesa e é o Primeiro-secretário que irá dar a palavra.” -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Mesa Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, só para que a Assembleia tenha conhecimento e para quem queira, ainda, se inscrever, se o desejar que o faça, nós temos inscritos a Senhora Deputada Ana Páscoa, a Senhora Deputada Margarida Saavedra, a Senhora Deputada Cláudia Madeira, Senhor Deputado Ricardo Robles, Senhor Deputado Miguel Santos, Senhor Deputado Pedro Alves e Senhor Deputado Miguel Coelho. São as inscrições que temos, neste momento, para o PAOD. -----

----- Assim sendo, damos a palavra à Senhora Deputada Ana Páscoa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Enquanto a Senhora Deputada se dirige à tribuna, informar os Senhores Deputados que já foi publicado o Boletim Municipal com as alterações ao Regimento que nós aprovámos em julho. Portanto, entram em vigor, a partir desta sessão já estão em vigor embora não tenham implicações diretas com nada que vamos fazer, hoje, poderão vir a ter implicações na próxima sessão de perguntas à Câmara, onde os prazos para a entrega das perguntas já ficaram alterados. Portanto, mandei distribuir por todos os Senhores Deputados as alterações do Regimento, e fica aqui assinalado que estão em vigor, e o *site* também já está atualizado. -----

----- Senhora Deputada, faça favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Antes de entrar na minha intervenção propriamente dita, gostaria de fazer duas, ou três, breves notas uma a propósito de uma intervenção que ouvimos, hoje, aqui, do Clube, da Direção do Clube Lusitano, aliás que existe a proposta do BE para ser votada, nós, obviamente, acompanhamos a preocupação da Direção deste clube, infelizmente, é uma situação que é recorrente em Lisboa, e não só, mas preocupa-nos que Lisboa é uma situação que, de facto, se verifica nas lojas históricas, nos clubes e em outras coletividades. -----

----- Eu atrever-me-ia a solicitar à Senhora Presidente da Assembleia que, eventualmente, a Direção deste clube pudesse ser recebida, em audição, pela Comissão de Educação e Cultura para a Assembleia, depois, se poder pronunciar melhor sobre este assunto. -----

----- Em relação à Moção nº 6 que é uma moção que é apresentada pelo CDS-PP e que tem que ver com a manutenção dos Brasões na Praça do Império, o Partido Comunista Português, de facto, está a favor da parte deliberativa como tal iremos votar favoravelmente esta moção. No entanto, gostaríamos de dizer que discordamos de alguns dos parágrafos iniciais que acompanham esta moção. Concordamos com a parte deliberativa, não com o resto. -----

----- Em relação à moção sobre os transportes que apresentamos, hoje, aqui, ela tem, algumas, pequenas alterações que penso que depois a Mesa, na altura da votação, irá, portanto, esclarecer os Senhores Deputados. -----

----- O PCP apresentou nesta assembleia duas moções que reputamos de maior interesse para a cidade; uma moção sobre um eventual encerramento de esquadras em Lisboa, e uma outra sobre os transportes, em particular, sobre o Metro. -----

----- Em relação às esquadras, lembrar que o anterior Governo já tinha tentado o seu encerramento, situação que não se veio a concretizar devido à mobilização das populações que se opuseram, nomeadamente, através de abaixo-assinados em defesa da manutenção das esquadras. -----

----- A Ministra da Administração Interna e o atual Governo, pretendem retomar este processo, anunciando o encerramento de onze esquadras, desvalorizando o trabalho de proximidade com as populações, bem como, a garantia de condições de segurança da população lisboeta e a diminuição da criminalidade. -----

----- Não aceitamos tratar as questões de segurança, ou avaliar as esquadras em termos de produtividade, mas estamos a falar de um direito essencial das populações que é o direito à segurança. Note-se que a eficácia da presença das esquadras nos bairros se tem traduzido na diminuição da criminalidade que resulta do policiamento de proximidade e do envolvimento dos seus efetivos na vida da comunidade, apesar de muitas vezes, os meios humanos e materiais serem escassos. Estamos convictos que a concretização do encerramento das esquadras irá trazer, como consequência, o

aumento da insegurança entre as populações, bem como o aumento da pequena e média criminalidade. -----

----- Na reunião pública do Executivo da Câmara Municipal, realizada em julho deste ano, os vereadores do PCP manifestaram-se contra este encerramento, argumentando com a necessidade de um policiamento de proximidade e a garantia das condições de segurança. Neste contexto, a moção que, aqui, apresentamos propõe a rejeição do encerramento de qualquer esquadra e que a Câmara envie esforços junto do Ministério da Administração Interna e do Comando do Metropolitano de Lisboa da PSP, para que seja assumido um compromisso de manter todas as esquadras de proximidade de Lisboa ao serviço da população. -----

----- Em relação à moção sobre transportes que, também, apresentámos, referir que este é um tema recorrente nesta assembleia, ainda muito recentemente, há menos de dois meses, manifestámos, aqui, a preocupação constante do PCP pela defesa das medidas que promovam a mobilidade, o respeito pelo ambiente e preocupações ecológicas, nomeadamente, através de diversas intervenções, recomendações e moções que fomos apresentando. Contrariamente ao que é expectável em termos de boas práticas ecológicas e ambientais, os transportes públicos na cidade não servem o cidadão e são incentivo ao transporte individual com todos os prejuízos inerentes. -----

----- Entre os dias quinze e vinte e dois de setembro, assinalou-se mais uma semana Europeia da Mobilidade com diversas ações, mas agindo contra as boas práticas do que deve ser uma mobilidade efetiva e satisfatória, o serviço prestado pelo Metropolitano de Lisboa está longe de servir as necessidades da população, que visita, preside ou trabalha na cidade de Lisboa, afastando-se daquele que deve ser o seu objetivo fundamental, assegurar a prestação de um serviço público de qualidade que garante o direito à mobilidade das pessoas. -----

----- A degradação dos transportes tem vindo a acentuar-se com particular realce para a Carris e Metro, com perda de utentes, produção de carreiras, menos seguranças, tudo isto acompanhado por enormes aumentos tarifários, desde 2011. Durante cinco anos, foi sempre para pior, aumentaram os preços, reduziram a oferta, baixaram a fiabilidade, os transportes públicos transformaram-se num caos por culpa de um governo, o Governo anterior, PSD/CDS, que quis destruir todos os serviços públicos e transformá-los em negociatas à custa dos utentes e do Estado. Faltam trabalhadores em todas as empresas, e sem trabalhadores não andam comboios, nem autocarros, nem barcos, também. Adiaram-se investimentos que não podiam ser adiados como o alargamento da estação de Arroios e a modernização da linha de Cascais, desinvestiu-se na manutenção e é, por isso, que cada vez há menos comboios a circular, ou estações de metro, deixam as estações ao abandono e, agora, até os bilhetes vão deixar de ser vendidos nas máquinas, já está a acontecer, aliás, porque não se tratou a tempo da modernização do sistema. Tudo isto fazia parte de um plano muito simples do anterior Governo de deixar de dar para poder privatizar. -----

----- Apesar de toda a contestação dos alertas e do reconhecimento unânime da gravidade das situações em que se encontram os transportes, em Lisboa, tarda em aparecer uma efetiva resolução dos problemas. Ainda recentemente, o Senhor

Presidente da Câmara disse que será necessária uma década para que os transportes tenham condições e sirvam a população. Uma década é muito tempo é urgente que se comece já a trabalhar no sentido da resolução efetiva dos problemas. No entanto, não é isto que verificamos. No Metropolitano as condições e os problemas de serviço agravam-se, todos os dias verificamos perturbações na linha, os motivos são os mais variados, de qualquer forma, e uma vez que já não tenho tempo, não posso deixar de referir que todas estas situações destas perturbações e estes pretextos, são situações que o Governo e a Administração do Metro, se quisessem, podiam ter o poder e os meios para solucionar. -----

----- Para terminar, saudamos ainda os trabalhadores e os utentes nas lutas e manifestações que têm levado a cabo para uma melhoria efetiva nos transportes de Lisboa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- A vinte e um de julho deste ano, aprovámos, por unanimidade, a Recomendação nº 6/111, do PSD, sobre a necessidade de atuar, com urgência, na escola 2 mais 3 do Alto do Lumiar. Na altura, elenquei uma série de problemas, o mais grave dos quais, a necessidade de retirar coberturas de amianto em avançado estado de degradação. Não fui a única. Chove pelo menos num pavilhão, os balneários e os refeitórios estão em mau estado, o quadro elétrico não suporta a carga necessária para o bom funcionamento da escola, etc, etc, etc. -----

----- Como se recordarão, o documento recomendava à Câmara que envidasse junto do Ministério da Educação e da Comissão Parlamentar de Educação, todos os esforços para que a escola 2 mais 3 do Alto do Lumiar passasse a ser um polo integrador que dignifique a cidade antes do início do presente ano letivo. A verdade, é que o ano letivo 2016/ 2017, já teve o seu início e, nada foi feito, nada à exceção de uma pintura no refeitório e promessas, e promessas, e promessas. -----

----- A oito de julho de 2016, a escola recebeu a visita da Senhora Secretária de Estado adjunta da Educação na companhia do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, mas a verdade é que, para além da promessa de estar bem posicionada numa lista de espera, nada foi feito, além da pintura. -----

----- Venho, pois, aqui, relembrar este tema para que não caia no esquecimento, venho relembrar a necessidade imperiosa de se fazer obras para que os quatrocentos e vinte alunos possam ter um ensino de qualidade, sem a angústia de enfrentar, todos os dias, potenciais fatores de doenças cancerígenas. -----

----- Eu sei que a responsabilidade é do Ministério da Educação, mas parte deste Governo saiu desta Câmara, Câmara esta que mantém relações umbilicais com o referido Governo, as quais, faz questão de alardear. -----

----- Estes quatrocentos e vinte alunos não são uma questão política, não só uma questão de cidadania, não só uma questão de ser, ou não, português. Estes quatrocentos e vinte alunos são uma questão de humanidade, são quatrocentas e vinte crianças em sofrimento e, por isso, eu volto a repetir a pergunta, para quando o início destas obras?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Um dos temas que Os Verdes trazem hoje à discussão é a criação da Assembleia Municipal Jovem de Lisboa.-----

----- É nosso entendimento que a participação dos jovens é fundamental para uma sociedade mais participada, mais democrática e inclusiva. Para isso, temos que criar meios para que esta participação seja mesmo uma realidade e para que os jovens possam ser parte ativa no processo de construção de uma sociedade melhor.-----

----- Acreditamos também que os órgãos autárquicos podem estar mais próximos dos jovens se promoverem a sua participação e envolvimento.-----

----- Por isso mesmo, propomos a criação da Assembleia Municipal Jovem de Lisboa, um espaço onde os jovens possam apresentar e debater as necessidades e aspirações da vida local.-----

----- O objetivo é, naturalmente, promover a participação dos jovens na vida local e na sociedade em geral, permitir-lhes um contacto mais próximo com o poder local e sensibilizá-los para as competências e funcionamento dos órgãos autárquicos. Além disso, a Assembleia Municipal Jovem seria um importante contributo para a sua formação, proporcionando-lhes uma melhor compreensão dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos.-----

----- No fundo, o que Os Verdes pretendem com esta proposta é assegurar que os jovens não se limitem a ouvir sobre a democracia e a cidadania, mas que tenham a oportunidade de praticá-las.-----

----- Outra tema que trazemos à Assembleia é a defesa das esquadras de Lisboa.-----

----- De vez em quando, os sucessivos Governos lembram-se de fazer reestruturações das forças de segurança, através do encerramento de esquadras.-----

----- Desta vez, a Ministra da Administração Interna pretende encerrar 11 esquadras na cidade de Lisboa. Situação que não é nova pois já houve tentativas nesse sentido que foram, e bem, travadas devido à forte mobilização da população.-----

----- Também nessa altura, Os Verdes tomaram posição contra o encerramento de esquadras.-----

----- Todos nós sabemos que as esquadras de policiamento de proximidade localizadas em vários bairros da capital têm desenvolvido um trabalho de combate à insegurança que se reflete na diminuição da criminalidade.-----

----- Portanto, não podem ser critérios economicistas nem o número baixo de ocorrências a prevalecer, porque estamos a falar de segurança de pessoas e bens. O

que deve contar é a diminuição da criminalidade que resulta do policiamento de proximidade.-----

----- Perante isto, propomos que a Câmara Municipal de Lisboa defenda, junto do Governo, a manutenção e a renovação das esquadras na cidade de Lisboa e que proponha ao Governo que, antes de qualquer medida que venha a comprometer a segurança dos cidadãos em Lisboa, ausculte a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, a autarquia e as Juntas de Freguesia. -----

----- Propomos também que seja ponderada a abertura de concursos que permitam a futura substituição de profissionais e que seja garantido um policiamento de proximidade, assim como os meios logísticos necessários ao bom funcionamento das esquadras de Lisboa. -----

----- O terceiro tema que pomos à consideração dos Srs. deputados está relacionado com as obrigações do município para com a Assembleia Distrital de Lisboa.-----

----- O Ministério das Finanças comunicou recentemente à Câmara que esta mantém uma dívida de 134.420 € para com a Assembleia Distrital de Lisboa, valor que resulta do incumprimento do pagamento da respetiva quotização, desde Janeiro de 2012 até ao final de Junho de 2014. -----

----- Estes valores foram aprovados numa reunião plenária distrital, em cumprimento dos requisitos legalmente exigidos, órgão em que têm assento todos os Municípios do Distrito de Lisboa e destinavam-se a suportar os encargos com o pessoal e os custos de funcionamento dos serviços que se encontravam dependentes da Assembleia Distrital de Lisboa.-----

----- Muito simplesmente, e em nome do rigor e do cumprimento, o que propomos é que a Câmara faça esse pagamento, regularizando, assim, a referida dívida. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. E boa tarde a todos e a todas. -----

----- O Bloco de Esquerda apresentou uma recomendação para a criação de um código de conduta que se aplique aos membros da Câmara Municipal de Lisboa, sabemos que existe um projeto, mas não sabemos se está aprovado, na prática, um código de ética para os trabalhadores, este código foi elaborado pela Comissão de Boas Práticas e, portanto, entendemos que faz todo o sentido, à semelhança do que foi aprovado no Conselho de Ministros, que haja um código de conduta para a Vereação da Câmara Municipal de Lisboa. Estabelecer regras e princípios de imparcialidade e transparência, entendemos que é o mínimo que deve ser feito, nesta área e, por isso, apelamos ao voto favorável de todos os grupos municipais. -----

----- Depois temos duas moções sobre mobilidade em Lisboa, a primeira que se relaciona com a Semana Europeia da Mobilidade que ocorreu na semana passada, entre dezasseis e vinte e dois de setembro, celebrou-se em sessenta e três cidades portuguesas, em 2015, este ano, possivelmente, foram algumas mais, mas entendemos que as preocupações com mobilidade na cidade, devem ser mais alargadas para o restante ano e não concentradas em iniciativas e eventos nesta semana de setembro.

Existe um fator essencial para cuidar a mobilidade na cidade de Lisboa, que são os transportes públicos e, nesses os equipamentos Carris e Metro são os pilares fundamentais.-----

----- Sabemos que a um de janeiro de 2017, a Carris será transferida para o município, não sabemos os contornos, nem como será feita esta transferência e, muito menos, o programa que a Câmara Municipal de Lisboa tem para a Carris.-----

----- Sobre o Metro existem algumas versões, não sabemos ao certo em qual delas iremos ficar, mas era de todo importante que houvesse uma preparação para esta transferência e, portanto, propomos deliberar que algumas das receitas do município em matéria de estacionamento automóvel possam contribuir para a melhoria e o financiamento dos transportes públicos, propomos que haja, com estas receitas, também, uma redução na generalidade dos preços dos transportes públicos, em especial, na reintrodução de descontos nos passes e, sobretudo, que haja uma gratuidade para desempregados nos transportes públicos, em Lisboa. Tudo isto visa, naturalmente, melhorar a qualidade e a oferta dos transportes públicos em Lisboa.-----

----- Em segundo lugar, temos uma noção específica sobre o Metro, porque o Metro está em situação muito grave que eu diria até de pré-colapso. Quem anda e utiliza o Metro, em Lisboa, percebe que houve um desinvestimento fortíssimo nos últimos anos que causa perturbações de grande importância e gravidade, a quem utiliza este equipamento de mobilidade, há menos oferta e há menos qualidade e, portanto, é preciso que a Câmara Municipal de Lisboa se envolva de forma absolutamente comprometida com a melhoria do serviço de Metro, em Lisboa. -----

----- Depois, apresentámos uma recomendação sobre o Lusitano Clube. Informamos já que não o fizemos, articuladamente, ou pré-agendado, com os membros do Lusitano Clube que cá vieram, hoje, nem com o Senhor Presidente da Câmara que fez, esta manhã, umas declarações não surpreendentes, mas, no mínimo, chocantes. Disse num Fórum sobre Turismo, que não sabia o que era turismo a mais e, muito menos, por não saber, não sabe como lidar com isso e que, também, não está preocupado. Está preocupado, sim, em aumentar a oferta do turismo na Cidade de Lisboa. Se não foram essas as declarações, foi isso que foi transcrito no jornal e, portanto, deve esclarecer com os jornalistas. E, portanto, se não sabe, perdeu uma grande oportunidade, porque se tivesse chegado a tempo a esta Assembleia, teria ouvido um dirigente de uma coletividade centenária, com cento e onze anos de existência, no centro de Alfama, que vai, exatamente, deixar de existir, por causa da pressão imobiliária influenciada pela pressão do turismo que existe na Cidade de Lisboa. -----

----- Sabemos que não são espantosas, nem surpreendentes estas declarações, porque tem sido essa a política deste executivo e deste Presidente, em Lisboa, o turismo é quem mais ordena na cidade e, portanto, vamos desvalorizar este debate, vamos minorizar quem possa levantar alguma ideia sobre este assunto e até ridicularizar com a proposta de um candidato norte-americano que levanta muros à volta dos territórios.-

----- E, portanto, se não quer discuti-lo, pode não o fazer, mas, pelo menos, oiça e perceba a realidade com que se tem que lidar algumas das coletividades e habitantes da cidade, sobretudo do centro histórico, e que são, de facto, graves e que estão a

destruir o centro da cidade. E não é o Bloco de Esquerda e não é o Bloco de Esquerda que, apenas, levanta este problema, oiça o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, e as recentes entrevistas que tem dado sobre o assunto, e perceba que a sua não preocupação é uma preocupação fundamental de quem lida com os problemas no centro histórico, oiça o Doutor João Seixas, o pilar da reforma administrativa na Cidade de Lisboa e que tem, muitas vezes, vindo a esta Assembleia, assistir às discussões sobre a reforma administrativa, e oiça o que ele diz sobre a hiper especialização da economia do turismo na Cidade de Lisboa e as consequências nefastas que terá a curto e médio prazo. E, portanto, pode continuar a ignorar o problema, pode até tentar não o perceber, mas vai ter que lidar com ele a muito curto prazo.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- De forma telegráfica, quando se cita alguém é bom citá-lo com rigor. Não teve no Fórum mas não se coíbiu de fazer a leitura e interpretação daquilo que leu e tirar a conclusão sob a minha orientação política e a do executivo, pronto. E por isso, vai levar o troco, vai levar para o troco. Porque se faz as interpretações sobre a base do meu pensamento e da ação daquilo que lê e depois diz que não leu e que não sabe o resto, só critica aquilo que lê, está bem, é uma forma que diz muito sobre a forma como faz o debate. -----

----- A minha afirmação, as duas primeiras são textualmente assim, o que não está a refletir é a terceira afirmação. E a terceira afirmação é, comete um erro grave quem achar que pode parar uma dinâmica de crescimento do turismo da cidade e, simplesmente, negá-la, construindo um muro, da mesma forma que erra quem ignorar e não souber gerir as transformações que o turismo está a trazer à Cidade de Lisboa, onde eu depois elenco, aliás, várias que já, aqui, discutimos muitas, que vão desde as questões da habitação, das questões da qualidade de vida dos residentes, das questões do ruído, das questões dos bairros históricos, acima de tudo, das questões da qualidade de vida dos residentes da cidade de Lisboa. A minha afirmação textual é, comete um erro quem achar e quem tiver um discurso infantil, que é achar que vamos parar isto, aqui, com mãos, pelo que as pessoas não chegam a ideia do muro, acho que isso é uma ideia infantil para lidar com o problema, como também é um erro político achar que a cidade é a mesma e não tem que adaptar políticas para uma realidade que mudou, que é ser uma cidade atrativa do ponto de vista turístico, que vai continuar a ser, e que nós devemos querer que continue a ser. E foi, exatamente, este o sentido daquilo que eu declarei, discorrendo, aliás, depois no seu seguimento, as várias áreas não sendo exaustivo das políticas públicas que a Câmara de Lisboa tem que continuar a prosseguir para termos um turismo sustentável, capaz de valorizar o território, capaz de gerar emprego, capaz de gerar riqueza, capaz de nos ajudar a preservar a autenticidade da cidade, os nossos valores identitários, e ser uma fonte de rendimento, ser uma fonte de progresso, ser uma fonte de avanço, e não uma fonte de exclusão. É esta a citação integral daquilo que eu disse. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados e Imprensa. -----

----- O PAN traz, hoje, a esta Assembleia duas recomendações, sendo uma delas relativas aos programas camarários de Uma Praça em Cada Bairro, Pavimentar Lisboa e o Plano Mobilidade Ciclável em que sugerimos que seja feita uma apresentação alargada de todos estes programas, de uma forma integrada, uma vez que, muitas vezes, somos confrontados com um, ou outro, dos programas e na realidade, não temos informação suficiente sobre eles. -----

----- A outra recomendação é relativa à criação de novos recintos de recreio canino na Cidade de Lisboa. Considerando que, através do Decreto 14/93, de três de abril, foi aprovada a Convenção Europeia para a proteção dos animais de companhia na qual foram signatários os Estados Membros do Conselho da Europa, destinando exclusivamente à proteção de animais que têm com o ser humano uma especial relação de proximidade e de convivência, garantindo o seu respeito, salvaguarda de condições de higiene e alimentação, e prevenindo situações maus tratos. -----

----- Considerando que o Decreto-lei 260/2012, de doze de dezembro, procedeu à quinta alteração ao Decreto-lei 276/2001, de dezassete de outubro, tendo estabelecido as normas legais tendentes a pôr em prática, em Portugal, referida Convenção Europeia para a proteção dos animais de companhia; -----

----- Considerando que o município de Lisboa tem assumido um papel crescente no âmbito da proteção animal e do bem-estar animal, tendo concretamente e na sequência da reabilitação urbana do Jardim do Campo Grande, procedido à criação do primeiro recinto e recreio canino da Cidade de Lisboa, constituído por um espaço vedado com vários obstáculos, onde os cães podem correr e brincar soltos em segurança; -----

----- Considerando, também, na sequência da requalificação do Parque Silva Porto na Mata de Benfica, em 2013, a Junta de Freguesia de Benfica procedeu a uma série de requalificações, alterações, no Parque Silva Porto, tendo sido construído o Benficanino, o primeiro parque canino de Benfica com as mesmas valências do Parque Jardim do Campo Grande; -----

----- Considerando que, de acordo com o estudo apresentado em 2015, os animais de estimação estão a tomar conta dos lares portugueses e tal comportamento tem sido muito impulsionado pelos novos estilos de vida, estimando-se que em 10% dos lares portugueses coabitam cães e gatos, e que cerca de dois milhões de lares portugueses possuem, pelo menos, um animal de estimação; -----

----- Considerando, ainda, que de acordo com o mesmo estudo, estes números mostram que os animais estão a ganhar cada vez mais espaço, somando todos estes considerandos, e em face do exposto, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, a criação de novos espaços vedados, onde os munícipes deste concelho possam levar os animais de estimação a fim de poderem brincar e

circular soltos em segurança, libertando, por essa via, os demais espaços verdes públicos, onde, atualmente, circulam livremente, animais de companhia. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muito boa tarde.-

----- Em primeiro lugar, para tomar posição sobre algumas moções apresentadas, começando pelas duas relativas à reorganização do dispositivo das esquadras em Lisboa, o Grupo Municipal do Partido Socialista dá nota que não poderá acompanhar ambas as moções, poderá ser acompanhada Partido Ecologista, “Os Verdes”, uma vez que não é contraditório com aquele que tem sido o rumo traçado pela Câmara Municipal em articulação, aliás, com o novo dispositivo das esquadras, porque efetivamente, parece-nos que a uma moção apresentada pelo Partido Comunista informa, enfim, num ato de avaliação, no que respeita à forma como está a ser prevista a execução que se segue da reorganização do dispositivo. -----

----- Não é, inteiramente, verdade que não tenham fechado esquadras nenhuma na fase anterior. Precisamente, na Freguesia do Lumiar a esquadra 44ª fechou com graves consequências para o resto do dispositivo policial, precisamente, porque não foi construída a esquadra que faltava que devia ativar o processo. Portanto, parece-nos que a linha que ficou traçada é a linha adequada para a qual temos, também, nota que tem havido recetividade por parte do Governo para acelerar a construção das esquadras e a requalificação e, portanto, não nos é possível acompanhar a moção apresentada pelo PCP, até porque nos parece que grande parte dos problemas dos efetivos nem se prendem, precisamente, com as esquadras, mas sim, de facto, com uma ausência de meios humanos e, também, com o facto de muitos dos agentes da PSP terem sido remetidos para cursos de formação superior e, portanto, não estão, de momento, de facto, em serviço. -----

----- Quanto à moção de “Os Verdes”, efetivamente, em relação a ela, ela encontra-se no mesmo espírito, e essa sim, poderemos dar acompanhamento. -----

----- No que respeita aos dois textos relativos ao Metropolitano não podíamos estar mais de acordo com a pertinência da matéria, aliás, o próprio Conselho de Administração do Metro de Lisboa reconhece que o desinvestimento realizado no Governo anterior, de facto, com finalidades bem evidenciadas prejudica ideias e deixou, de facto, em estado calamitoso o Metro de Lisboa, infelizmente, não é possível recuperar com a rapidez que desejaríamos a falta de investimento, prolongado. De facto, encomendar uma carruagem do metro é algo que demora tempo a certificar, portanto, mesmo que desencadeie os procedimentos, é pelo menos um ano um ano e meio até que seja possível reforçar composições, é necessário, pelo menos, um ano e por vezes, mais tempo, para concluir procedimentos de admissão de pessoal, felizmente, está na linha justa, o atual Conselho de Administração e acho que, quer a moção do Bloco de Esquerda, quer a moção que o Partido Comunista aqui atrás, vem, de facto, ao encontro das necessidades que a mobilidade da Cidade de Lisboa e o incentivo à utilização de transportes coletivos, coloca em cima da mesa. -----

----- Em terceiro lugar, ainda, sobre matérias de mobilidade, temos, também, uma moção apresentada pelo Bloco de Esquerda quanto à reconfiguração e à passagem da Carris para a esfera, ou melhor, um conjunto já, de recomendações com vista a acautelá-la. Aqui, infelizmente, não podemos acompanhar todos os considerandos por duas ordens de razão; por um lado, porque estando em curso, neste processo negocial entre o município e o Governo, parece que condiciona, excessivamente, aquela que deve ser a margem de adaptação e de transferência e, nalguns casos, até, parece que é pouco ambiciosa, ou seja, face a muitos dos objetivos que o município, e que nós, conjuntamente, nesta Assembleia Municipal, temos vindo a traçar como objetivos para reforçar a oferta, a redução de desconto, o incentivo à mobilidade, quer dos jovens, quer população sénior, muito do que aqui vem exposto, seja através dos recursos a mobilizar seja, através da forma de implementar este tarifário, até nos parece ficar um bocadinho aquém do que podemos conseguir. -----

----- Portanto, não podemos acompanhar os dois primeiros pontos, mas, de facto, em relação ao terceiro, eu acho que é unânime nesta assembleia, que todos estamos de acordo com uma mudança de paradigma e essa sim, efetivamente, acompanhamo-la. --

----- Finalmente, ainda, no âmbito das moções, novamente a questão dos Brasões Florais da Praça do Império, enfim, é assunto que esta assembleia tem discutido, não digo à náusea porque seria excessivo, enfim, mas muito intensamente, mas pelo menos que fique claro uma coisa, o conjunto Foral que ali se encontra não faz parte do projeto original de 1940, de Cottinelli Telmo, com vista à reconfiguração daquele Jardim foi nomeado um júri independente, que fez uma avaliação técnica e que formulou uma proposta, proposta essa que deve ser respeitada pela Assembleia Municipal, uma vez que aceitamos o princípio que deve ser delegado naqueles que, tecnicamente, avaliam a qualidade do local e, portanto, não se justifica aceitar um recuo, e portanto, votaremos contra a moção que é apresentada. -----

----- Depois, passando às recomendações, a começar pela recomendação relativa à Escola do Alto Lumiar e, aqui, perdoem-me a franqueza e a firmeza do que vou dizer, mas Senhora Deputada Margarida Saavedra, de facto, há uma falta imensa vergonha na cara do Partido Social Democrata, nesta Assembleia, uma falta de vergonha tremenda, porque ao longo de quatro anos da gestão anterior, a escola nem sequer tinha dinheiro para solicitar um orçamento para saber quanto é que custaria fazer a remoção do amianto. De repente, vêm-se na oposição e, de repente, “virgens ofendidas”. Nós somos os defensores da Escola EB23 do Alto do Lumiar. -----

----- Curiosamente, ao fim de duas iniciativas na Assembleia de Freguesia e na Assembleia do Lumiar, imediatamente, a Secretária de Estado disponibilizou-se para ir à escola, primeiro membro do Governo que visita a escola, na história do agrupamento. E, aqui veem com a maior “lata” do mundo, perdoem-me, com toda a “lata” do mundo, dizer o que é que foi feito, uma visita em julho e, ainda, não há obra em curso. Mas, curiosamente, não há obra em curso, mas, felizmente, há vontade política para o fazer e, de facto, por nota comunicada pelo gabinete da Secretária de Estado foi dado nota que a escola vai ser incluída como prioritária nas intervenções que irão ocorrer, em 2017. E não é mais prioritária, porque infelizmente, Lisboa não

pode ir aos fundos comunitários e por não poder ir de facto, não tem uma linha tão acelerada. Portanto, se calhar, um pouco de noção de tudo o que não foi feito, não é tanto, sabendo que os senhores fizeram no ano passado é, sabemos tudo o que não fizeram ao longo dos últimos quatro anos e que os quatrocentos e vinte alunos deviam ter mais respeito, por quem deveria saber que nada fez e que não esteve à altura da responsabilidade e do mandato que tinha em mãos. -----

----- Finalmente, acompanharemos o voto, evidentemente, porque estamos todos de acordo, em recuperar a escola o mais rapidamente possível.-----

----- Finalmente, brevemente, também, para não roubar tempo à intervenção que segue, quanto à Avenida Maria Vieira da Silva, só para dar nota e para dar uma explicação, obviamente, sabemos que há um ponto crítico junto ao centro comercial, e de facto, é uma delegação de competências, isto é até matéria que era mais bem tratada na Junta de Freguesia, podemos fazê-lo na próxima quinta-feira, no Lumiar, mas, efetivamente, fizemos já uma sublevação de passadeiras onde ela é possível, junto à escola, as outras sublevações pressupõe, ou deslocação da passadeira, ou a deslocação de sumidouros e portanto, estão em execução e, portanto, tem de ter uma avaliação prévia, mas, obviamente, também, votaremos favoravelmente. -----

----- A recomendação apresentada pelo Bloco quanto ao código de conduta também é pertinente e vai ao encontro daquilo que tem sido as metas fixadas e outras, dizer, não nos fiquemos, nem dos eleitos na Câmara Municipal, nem pelos funcionários, os próprios membros da assembleia Municipal, também, muitas vezes, enquanto eleitos e enquanto representantes que, também, têm que representar interesses, submetamo-nos todos à mesma lógica e à mesma boa prática e ela vai, efetivamente, no bom sentido, como no bom sentido também vai a ideia de reforçar a participação jovem através da mimetização da Assembleia Municipal jovem e, também, a ideia da criação de novos recintos caninos que o PAN, aqui, traz, de facto por exemplo, dou o exemplo, em projetos de requalificação urbana como Uma Praça em Cada Bairro, quando algumas opções de aproveitamento de zonas de impasse, há, de facto, muitas oportunidades para ativar esta possibilidade, recolhendo, precisamente, aqueles bons efeitos e aqueles bons exemplos que foram apresentados e, portanto, também é com todo o gosto que acompanharemos. -----

----- Uma última nota final, também, importante que se prende com a questão das obrigações do município em relação à Assembleia Distrital. Não nos parece possível acompanhar a formulação que, aqui, é apresentada pelos “Os Verdes”, porque não está de todo clarificada aquele que é o nível das obrigações, ainda, em dívida relativamente à Assembleia Distrital, e, de facto, há um apuramento em curso e parece prematuro aceitar valores que, efetivamente, segundo informação que obtivemos, não estão consolidados e, portanto, nesta fase, estando a ser acompanhado entre a Câmara e o Ministério, não parece pertinente poder fazer este exercício e poder ter já em conta a maneira de, através de votação desta recomendação, poder concretizá-lo, evidentemente, se houver disponibilidade para uma formulação genérica de acompanhamento sem fixação de valores, seria uma questão diferente, mas,

exatamente, como vem formulada, não fica, efetivamente, não corresponde àquilo que a aparentam ser dados disponíveis por parte do município. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, a propósito de vergonha na cara, devo dizer-lhe que, nos últimos quatro anos, o Senhor foi Presidente da Junta três. E, não me parece que tenha incomodado o odioso Governo anterior com moções, pelo menos, aqui, nunca apareceram, nem com recomendações. O senhor esteve distraído, ou o anterior Governo nem sequer lhe abriu a porta? -----

----- Também lhe lembro que últimos quatro anos, o atual Presidente da Câmara, que também, tem a tutela, também me parece que não pediu grandes audiências ao anterior Governo, e nunca este problema, aqui, foi levantado, pelo menos, desde que eu sou Deputada. Portanto, em questão de tempo, estamos falados. -----

----- Senhor Deputado, também, lhe digo uma coisa, o passado, qualquer que ele tenha sido, para desculpar a não ação no futuro, já está requentado, já está muito requentado. Senhor Deputado, peço desculpa mas isso, já não pega. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, eu lamento vir, de facto, chamar a atenção para a sua falta total de atenção, porque desde que sou Presidente de Junta de Freguesia, por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia do Lumiar, e aqui, foram aprovadas duas moções por iniciativa do Grupo Parlamentar “Os Verdes” e do PCP, também. Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD foram, aqui, discutidas nesta Assembleia Municipal, e em todas as ocasiões tomámos posição sobre a matéria, fizemos e encetámos contactos com o ministério interior e, foi assim, que descobrimos que a escola nem sequer tinha verba para fazer o orçamento, foi a Junta de Freguesia que se disponibilizou para que a escola pudesse orçar e solicitar à DREL um orçamento, de facto, gestão do Governo anterior. -----

----- E como a Senhora Deputada, também, sabe, se não sabe, deveria saber, a competência de gestão das Escolas EB23 não correspondem, nem à Câmara Municipal, nem às Juntas de Freguesia. A competência é da Administração Central. ---

----- E, de facto, debatemo-nos e esbarramos sempre na porta quando solicitamos intervenções, seja no quadro da remoção do amianto, seja no quadro das reparações urgentes que se impunham na escola. Portanto, de facto, não é uma questão de aligeirar responsabilidade, é uma questão de, pelo menos, ter a noção de que quando estão a ser tomadas medidas pela Câmara Municipal e pelo novo Governo em funções, a forma de vir dizer, que escândalo que nunca se fez nada ao longo deste tempo como é possível que junho para agosto, e não esteja a escola em obras, quando durante quatro anos nada foi feito, rigorosamente, nada foi feito, de facto, mostra um desprazo que deveria envergonhar, sinceramente, da bancada do Partido Social Democrata.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, faz parte das liberdades parlamentares usar de determinadas palavras, falou-se em vergonha, falou-se em desprante, a Mesa pode chamar a atenção que essas palavras não são palavras adequadas e que, portanto, temos que respeitar a opinião de todos, naturalmente, com a devida contenção semântica que se impõe, nestas questões. -----

----- A Senhora Deputada penso que, agora, já não tem regimentalmente direito, novamente, à palavra. Estou a fazer a chamada de atenção.-----

----- O Partido Social Democrata tem tempo disponível, portanto, pode utilizar esse tempo disponível, na altura da segunda ronda, dar-lhe-ei o tempo disponível para completar aquilo que ia a dizer.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Caros Senhores Vereadores, Caros Senhor Presidente, Caros Deputados, apenas, uma pequena intervenção para fazer a apresentação dos documentos do CDS-PP. -----

----- E mantendo o grau de preocupação que temos mantido, nesta assembleia, quer através de propostas, quer através da sessão de perguntas à Câmara, nomeadamente, relativamente, à segurança escolar e à mobilidade, apresentamos, hoje, uma recomendação referente à Avenida Maria Helena Vieira da Silva, na Freguesia do Lumiar. -----

----- No passado mês de maio, na sessão de perguntas à Câmara, alertámos e solicitámos que o Executivo procedesse à elevação das passadeiras junto ao Colégio de São Tomás, obrigando, assim, à redução de velocidade dos veículos que ali circulavam e, portanto, resta-nos na nesta matéria, agradecer e saudar a Junta de Freguesia do Lumiar por ter feito com tempo tão célere, esta obra, antes do início do ano letivo e, portanto, aqui fica o nosso reconhecimento. -----

----- No entanto, a mesma artéria tem outra passadeira, que já nos foi explicada a questão técnica, que também é perigosa, junto ao supermercado Pingo Doce, com registo de vários atropelamentos, ainda há duas semanas, uma senhora idosa foi ali atropelada, mas quase todas as semanas são ali atropeladas pessoas e, portanto, esta recomendação visa alertar para esse problema e pedir, mais uma vez, a instar a Câmara que, através de protocolo de delegação de competências, ou uma competência que já é da Junta de Freguesia do Lumiar, proceder a esta obra na medida do possível e tendo em conta as condicionantes técnicas que o Senhor Presidente da Junta já aqui nos falou. -----

----- Depois, relativamente à moção sobre os brasões do Império, não vale a pena tecer comentários e fazer, aqui, um relato exaustivo daquilo que foi o processo de forma mais mediática, conhecido desde o Verão de 2014, mas importa sempre lembrar que à Câmara cabe assegurar a preservação do contexto histórico em que os brasões ajardinados estão inseridos, e que é, como todos sabemos, uma zona dedicada ao ciclo das descobertas, com símbolos desenhados, representando territórios que tiveram

ligação estatutária a Portugal e que são, desde há quase quarenta anos, estados independentes e soberanos, parte de um percurso histórico de séculos e cuja evidência em nada prejudica o excepcional relacionamento do país e do município, com os países e povos independentes e de expressão Lusófona de que, aliás, a própria UCCLA constitui testemunho vivo.-----

----- E, portanto, ouvimos com preocupação, na altura, as referências do Vereador José Sá Fernandes sobre este processo, sabendo que foi da sua cabeça, e através de palavras suas, que brotou a acusação de serem sinais de colonialismo, apanhando de surpresa, o então Presidente António Costa e sem que alguma vez tenha existido um protesto, ou reivindicação, em relação à simbologia destes arranjos florais. Desde esse momento, o CDS-PP teve um papel ativo e construtivo na procura de uma solução que preservasse os brasões e, nomeadamente, que a gestão e conservação do Jardim fosse assegurada pela Junta de Freguesia de Belém que sempre se manifestou favorável. ----

----- Foram muitas as vozes críticas às intenções da Câmara, várias personalidades de vários quadrantes da sociedade e, agora, de milhares de cidadãos através da petição, mas está com as palavras do ex-presidente da Câmara, então de aviso, João Soares que em declarações dadas ao observador, em 2014, afirmou que a história tem que ser assumida sem complexos. E deu exemplos quando foi Presidente de Câmara, como a recuperação da Estátua de Óscar Carmona que estava apeado no Jardim do Campo Grande e a descoberto da posterior reabilitação de uns brasões da casa real existentes numas das salas do edifício da Câmara, após o incêndio de 1996. -----

----- Depois, neste processo através de comunicado, a Câmara informou os lisboetas e nós, também fomos apanhados de surpresa, sobre a proposta vencedora em que afirma que o objetivo é preservar o património paisagístico existente e que a sua valorização histórica, o que seria perfeito se, mais à frente, também, não afirmasse nesse comunicado que a proposta, agora aprovada, não vai, por isso, acabar com brasões que há muito não existiam. -----

----- Portanto, como classificar o argumentário de quem deliberadamente destrói algo para, depois, dizer que não pode reconstruir o que já não existe? -----

----- A gestão das diferentes expressões culturais de Lisboa sejam elas clássicas, ou populares, requer grande sensibilidade. Todas as capitais europeias modernas e inovadoras são hoje o exemplo máximo da preservação da sua história e património, entendidos como reflexo da sua identidade nacional e cultural, e como uma mais-valia turística e económica. Esta história ajardinada, tem de ser entendida como um ativo turístico de grande importância, no contexto em que se insere, Lisboa, também, deve dar o exemplo dessa modernidade. -----

----- Por tudo isto, o CDS-PP não se conforma e pede a anulação do concurso de recuperação do Jardim da Praça do Império, e que se dê início a outro que tenha em conta a reabilitação dos brasões, respeitando a sua configuração original e o respeito pela história e pela portugalidade. -----

----- Relativamente, a outros textos apresentados por outras forças, e porque o tempo não é muito, dizer apenas que iremos acompanhar a proposta do PEV, porque ela é

pertinente, sobre a criação da Assembleia Municipal Jovem, mas também sobre a reativação da Assembleia Municipal das Crianças, criada no último mandato. -----  
----- Depois, dizer também, que em relação à Recomendação nº 10 do PAN, dizer que estamos, também, totalmente, de acordo, mas temos assistido a uma intervenção massiva na cidade, através de vários programas e, portanto, importa perceber, aqui, o impacto que ela tem na cidade, e a significativa alteração ao Plano de Mobilidade que existe, e que está provado, e em execução. -----  
----- E dizer que fomos contactados e penso, que todos os partidos são contactados por vários municípios, todos os dias para esclarecimentos sobre obras, quer sobre um programa, quer sobre outro programa, saber que obras que obras se diz que já caíram, que não vão cair, que há prazos em atraso, e, portanto, era muito importante que houvesse este esclarecimento, ou numa sessão pública como propõe o PAN, ou até aproveitando o Debate do Estado da Cidade e a Câmara fazermos o obséquio de dar essa informação, nessa altura. -----  
----- Depois dizer sobre as noções sobre o Metro e a Carris, mas relativamente à moção e, em particular, sobre a Moção nº 5 do BE, dizer o seguinte, o CDS revê-se nos factos que integram os considerandos da moção, mas não pode concordar com a parte deliberativa e, aliás, ainda há pouco, o Deputado Ricardo Robles dizia aqui, afirmava que não conhecemos, sequer o processo negocial e que está em decurso entre a Câmara e o Estado. E, portanto, quando se defende, aqui, contratos do Estado, e se propõe a transferência trimestral de 10% das receitas do estacionamento de Lisboa para o operador, ficamos aqui com algumas dúvidas, porque é que é 10%? E no que é que ele é baseado? Em que estudos? Em que avaliações? E é 10%, porque não 5%, ou 20%? Portanto, parece-me um bocado prematuros estes números. -----  
----- Depois, defende uma política tarifária de redução generalizada dos preços, isso todos nós concordamos, e todos nós queremos, parece-me óbvio, mas também não percebo em que é que se baseia o BE para apresentar esta percentagem que, aqui, refere e pede aprovação. -----  
----- Portanto, parece-me um bocado irresponsável, estarmos, aqui, a avançar com valores sem que o BE não nos apresente uma fundamentação técnica, uma política de financiamento, de uma política de investimento tarifário da oferta e, portanto, parece-me tudo um bocado no ar. E portanto, estamos perante, aqui, uma solução e uma moção de campo simplista, falamos de aumento de custos para investimento em material circulante e em pessoal, e todos nós concordámos que é necessário, e em simultâneo, também, pede-se redução da receita e, portanto, esta é a situação ideal, mas obviamente, não se apresentam, aqui, uma sustentabilidade financeira para que nós possamos votar favoravelmente esta proposta, e nem se percebe quem é que vai pagar porque, também, o processo negocial está em decurso. Paga a Câmara? Paga o Estado? Pagam os contribuintes através dos impostos? Vão só pagar os lisboetas através das taxas? Eu acho que esta matéria é importante e, portanto, não poderíamos acompanhar favoravelmente esta proposta, tendo em conta que não é apresentada uma sustentação das medidas, aqui, apresentadas. -----  
----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cara Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caras e Caros Companheiros.-----

----- Relativamente às duas primeiras moções que têm a ver com questões relativas às esquadras e à segurança, nós colocamos, e penso que não somos só nós que colocamos a questão, a segurança é uma coisa muito lata, não é, como nós sabemos, quando falamos em Uma Praça em Cada Bairro, quando falamos em devolver gente à cidade, quando falamos em todo o plano que há para as zonas ciclistas, e do convívio, falo-vos, agora, da minha formidável Avenida da República, finalmente, um bocadinho de verde, outra vez, na Avenida da República, isto tem a ver com segurança. E, portanto, nós temos todas as dúvidas em colocar a questão da segurança apenas no policiamento, sempre tivemos e, portanto, faremos o nosso voto de acordo. -

----- Relativamente à questão da manutenção dos brasões, a moção do CDS-PP e com toda a amizade e respeito, de facto, já foi apontado pelo Deputado Pedro, o projeto inicial do Cottinelli Telmo não acolhia, não havia brasões, os brasões foram mais tarde, elaborados num tempo em que os jardineiros faziam brasões florais e era esse tempo que era um tempo interessante, mas o próprio regime, digamos assim, deixou-o cair, portanto, não há brasões, e quando se fala na manutenção, manutenção quer dizer que é uma coisa que existe e que nós vamos manter porque é histórica. Isto é, simplesmente, voltar ao projeto inicial, com o qual estamos, obviamente, de acordo, portanto, a memória também se fala com os arquitetos que fizeram história nesta cidade, e certamente que aqueles senhores jardineiros, e os seus descendentes, compreenderão, foi apenas uma obra de embelezamento, como havia tantas, mas que o próprio regime deixou cair. -----

----- Depois, relativamente à questão da Escola EB23 do Lumiar, vocês sabem que esta é uma das minhas matérias favoritas, a educação, eu registo, de qualquer modo, com agrado, e registamos que há aqui uma evolução da recomendação, a primeira recomendação que fizeram era no sentido de pedir à Câmara a oneração deste projeto, perceberam que não é assim, isto cabe ao Ministério, e agora o que se pede é que, de facto, haja, digamos, notícias da Assembleia Municipal. Foi esclarecido que já foram pedidas e eu penso, e registo com agrado que, de facto, esta obra é uma das obras prioritárias que este Ministério vai encetar. Esta escola é das escolas de Lisboa, não a mais degradada, mas das mais degradadas e, portanto, acho que nos podemos rejubilar todos e todas com isso.-----

----- Relativamente ao Lusitano Clube, este é, de facto, um clube e acompanhamos as preocupações do Bloco, já temos, depois, dúvidas, e vamos pedir a divisão por pontos, quanto à nova Lei de Arrendamento, as coisas resolvem-se, enfim, resolvendo-se.-----

----- Do código de conduta foi dito, também, já, claro que vamos estar a favor, era interessante, também, termos um código de conduta para nós, membros da Assembleia Municipal seria interessante acompanhar isso, paralelamente, se for possível. -----

----- Finalmente, relativamente à questão das obrigações do município, a informação que nós temos é que, inclusivamente, foram integrados três trabalhadores da Assembleia Distrital de Lisboa e, portanto, há que haver mecanismos de compensação. As contas estão, ainda, a ser feitas e, portanto, não poderemos acompanhar o voto, mas acompanharemos, naturalmente, o voto favorável da Assembleia Municipal Jovem, dos espaços e também, da apresentação com todos os programas; Uma Praça Em Cada Bairro, Pavimentar Lisboa e o Plano para a Mobilidade Ciclável, porque o conjunto dos cidadãos e cidadãs percebem melhor se isto estiver integrado.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, serão, apenas, três notas muito breves.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas da Assembleia Municipal.-----

----- A primeira nota é que evocar a memória de alguém, através da simples leitura de um voto de pesar é sempre difícil, e eu não queria, aqui, deixar de recordar, de uma forma muito rápida, a extraordinária figura que foi Carlos Mendonça e a importância que ele teve para a afirmação da cultura dos bairros da nossa freguesia e, também, da nossa cidade e, também, aquilo que ele teve enquanto elemento inovador, introduzindo nas Marchas de Lisboa, alguns novos conceitos e algumas novas formas de as encarar, que fizeram escola na cidade e que, de certa maneira, foram acabando por ser replicadas, melhores ou piores, em muitos outros bairros e em muitas outras marchas.-----

----- Carlos Mendonça era um homem culto, bastante culto, era uma pessoa evoluída e era um extraordinário talento, um extraordinário artista e deixou uma marca indelével de facto, não só num dos bairros mais carismáticos da minha freguesia, o Bairro de Alfama, assim como terá deixado, no resto da cidade de Lisboa, sobretudo naqueles meios próximos deste tipo de cultura popular que foram as marchas.-----

----- E eu queria, aqui, portanto, transmitir sentimento de perda que nós temos em Santa Maria Maior e, particularmente, na coletividade pela qual ele sempre quase sempre deu a cara, no que respeita às marchas populares e, naturalmente, também, não posso falar em nome dos outros, mas estou certo que todos reconhecerão a importância que Carlos Mendonça teve, aqui, na cidade e, daí se justifica a proposta que se faz aqui que possa ser atribuído, de preferência em Alfama, uma rua, uma artéria, que se venha a escolher, poderemos trabalhar nisso, venha a ser atribuído o nome de Carlos Mendonça a uma das artérias da cidade.-----

----- A segunda, apenas, para fazer, também, uma breve referência à recomendação que o Bloco de Esquerda faz sobre o Lusitano Clube não para contestar a componente deliberativa que, naturalmente, estou de acordo, ninguém deseja que desapareça uma coletividade, mas para esclarecer o Bloco que sobre um dos parágrafos que lá está, que refere a Junta de Freguesia, apenas para informar o Bloco de Esquerda que as Juntas de Freguesia não tem património municipal e, portanto, não tem nenhum tipo

de património disponível que possam atribuir a qualquer tipo de coletividades, instituições, ou associações que, aliás, recebe diariamente dezenas de pedidos similares, também, de outras coletividades e, sobretudo, e se os tivesse teria que pôr na primeira fila as dezenas de residentes que são expulsos das suas casas por causa desta conjugação da lei das rendas com a proliferação do alojamento local, de uma forma descontrolada. -----

----- E, aqui, também, a terceira nota muito rápida para dizer ao Senhor Deputado que me cita, e hoje, pelos vistos, faz sempre situações um bocadinho ao lado daquilo, é preciso ler bem as coisas, nunca me ouviu fazer um discurso contra os turistas e o turismo, nunca me ouviu a fazer esse discurso, aliás, acho que esse é um discurso de direita, devo-lhe dizer com toda a sinceridade, é um discurso de direita. Nós somos uma cidade aberta, um país aberto, e ainda bem que há pessoas que nos querem visitar, e agora, até já nem há passaportes e, portanto, ainda bem que recebemos turistas e que os turistas gostam do nosso país.-----

----- O meu discurso é um discurso em defesa da qualidade de vida dos residentes da Cidade de Lisboa e, em particular, da minha freguesia, esse sim é um discurso em defesa e, sobretudo, contra a organização de exploração intensiva que muitos nossos empresários resolvem fazer de oportunidade que o turismo representa, matando um bocado, “a galinha dos ovos de ouro”, que é isso que está a acontecer, é isso que está a acontecer e contra a qual eu, naturalmente, terei que sempre que erguer a minha voz. Mas, também, lhe devo dizer que aquilo que me parece importante é abordarmos esta questão sempre na perspetiva da defesa da qualidade de vida de quem mora aqui, e na proteção dos seus interesses e do seu direito a ter uma habitação. Esta conjugação da lei das rendas com a desregulação do alojamento local, como sabe, não depende das Câmaras Municipais, depende da Assembleia da República e acho até que está a ir muito devagar, a ir muito devagar, eu sinto-me um bocado, Senhor Deputado, muito mais à esquerda que o seu partido, que o meu próprio partido, nesta matéria, devo-lhe dizer, muito mais à esquerda, e que os outros partidos, também. Acho que já devíamos ter legislado e ter tomado medidas sérias sobre esta questão, não só sobre a regulação, mas, também, sobre a lei das rendas, porque o que acontece hoje em dia é que a lei das rendas atinge, não só população com mais de 65 anos, os 5 anos ainda estão a vigorar, mas com aquela figura sinistra que foi implementada pelo Governo do PSD/CDS de que bastava a assinatura de um técnico responsável pela obra, em regra, tem um padrão que é o proprietário do prédio, dizendo que tem que desocupar o prédio que eu vou fazer obras, retirando do circuito qualquer parecer das Câmaras Municipais, qualquer como era anteriormente, isto tem permitido que se façam despejos por esta via e, de facto, há pessoas que recebem, como terá acontecido com esta coletividade e com muitas outras pessoas, sobretudo, pessoas que moram, cartas, o prédio vai para obras tem X dias para sair, isto é que não pode ser, e que está mal, e é necessário intervir, é necessário intervir com rapidez antes que seja tarde, antes que seja tarde e, portanto, até lhe deixo aqui um apelo que eu faço o mesmo aos Deputados do meu partido, isto é um apelo, que junte o seu partido, faça a todas as pressões que se puder fazer para que se altere rapidamente, pelo menos do ponto de vista cirúrgico, estes

pontos da lei para que pare esta autêntica caça à habitação que está a surgir, mas não são os turistas são, de facto, os empresários, os investidores, os grandes Senhores do imobiliário, nesta matéria. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Eu sinto-me na obrigação de dar uma informação aos Senhores Deputados, embora o Senhor Deputado Miguel Coelho não me tivesse referido, diretamente, a matéria que está na Assembleia da República, em matéria de lojas históricas, alteração da lei das rendas e a alteração da legislação sobre obras em prédios arrendados, está neste momento, na 11ª Comissão a ser apreciada pelo grupo de trabalho que é coordenado por mim, e não foi ainda dado desfecho a esta matéria, porque eu impus, e penso que isto deve ser sempre feito, que fossem ouvidas todas as entidades que têm, diretamente, a ver com a matéria, antes da Assembleia fazer o seu voto final. É esta a única e exclusiva razão pela qual a lei, ainda, não está terminada. -----

----- Temos uma série de audições a fazer, estamos a fazê-las, umas pessoas são frontalmente contra, outros são a favor, não importa agora, mas o princípio é que, antes da decisão final dos deputados, devemos ouvir as entidades e a sociedade civil o que têm a dizer sobre a matéria. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- É só uma coisa muito breve, eu confesso que tive o otimismo de esperar que o Partido Socialista respondesse à nossa moção com uma data, porque, de facto, eu vim aqui falar de quatrocentas e vinte crianças que estão em risco de saúde, e recebi um insulto como resposta, bom, é uma resposta como outra qualquer que, sobretudo, dignifica quem a dá. -----

----- Eu quero aqui dizer uma coisa muito muito importante, o que quer que esteja no passado, enquanto eu aqui estiver, estas quatrocentas e vinte crianças continuam a ser a minha preocupação, e não vai haver insulto que me detenha. Eu não respondo da mesma maneira, porque fui educada a não insultar as pessoas, mas responderei sempre defendendo estas crianças, Senhor Deputado, e adoraria que o Senhor me calasse quando vier aqui dar uma data, porque nessa altura, calo-me e eu, até, o aplaudo. Até lá, Senhor Deputado, com insultos, eu preferia que resolvesse as situações com datas. -

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa já não tem figura regimental para lhe poder dar a palavra. Qual é a figura? Não, Senhor Deputado. Isso já é um protesto, um contraprotesto. -----

----- A Senhora Deputada usou o tempo de palavra....já percebi o seu ponto, estou aqui a ouvir a Mesa, a conferenciar com a Mesa. A Senhora Deputada, também, faz parte da Mesa mas não está aqui. -----

----- A opinião da Mesa é de que o Senhor Deputado pode, então, usar da palavra para um protesto, não é um contraprotesto, é um protesto de novo. Pedia para ser sucinto e para não começar novamente a utilizar as mesmas expressões.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Telegráfico, Senhora Presidente. -----

----- Mas quanto às expressões, penso que aludir a vergonha, não acho que caia os parêntesis de ninguém na lama por fazer referência àquilo que me parece ser uma objetiva falta de comparência ao debate nos termos em que ele devia ser prestado, seriamente. E, de facto, aquilo que foi sublinhado foi o seguinte, durante quatro anos, ou três anos, esta Assembleia Municipal, inúmeras vezes discutiu este tema trazido pela mão do Partido Social Democrata. Nessa data, nunca fez confusão à Senhora Deputada Maria Saavedra a ausência de uma data e, aparentemente, ausência de uma data torna-se, agora, pertinente quando de alguma forma a responsabilidade já não é sua. Mas curiosamente, na resposta foi dada pelo Ministério de Educação até vinha uma referência a uma data para obras a iniciar em 2017, peço desculpa por não ter uma precisão de mês, dia e hora para o arranque das obras, mas seguramente, compreenderá que a complexidade da matéria, especialmente quando ela se deixa arrastar com os pés, durante anos, não merece uma resposta imediata. E, mais uma vez, chamo a atenção, pede-me a mim uma data, tenho todo o gosto em ser o anúncio de quem trás boas notícias, mas, como saberá a responsabilidade, nem é da freguesia, nem do município que tem feito todos os esforços possíveis até, recentemente, na própria Câmara Municipal, novamente, a aprovação de uma moção de acompanhamento com uma carta dirigida pela Senhora Vereadora ao Gabinete da Secretária de Estado que está a tomar diligências, e parece espantoso que, pela primeira vez que há um vislumbre da resolução do problema, a indignação por parte do Partido Social Democrata, que esteve a suportar o Governo durante quatro anos, que mais desinvestiu na escola pública de que há memória, consegue aparecer neste debate como vítima ofendida, e ainda por cima sentir-se ofendido por ser sublinhado que a forma como se apresenta neste debate, essa sim, é faltar ao respeito aos quatrocentos e vinte alunos que aguardam pela remoção do amianto, que aguardam pelo pavilhão, que aguardam pela cantina, que aguardam por tudo acerca de quatro anos.

----- E, portanto, se quer uma data mais precisa, lamento não a poder trazer, mas repartamos adequadamente as responsabilidades. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, já todos percebemos os pontos de vista de cada um, a Mesa não vai eternizar este episódio, têm pontos de vista diferentes é o vosso problema, e estamos todos, aqui, para vos ouvir e, naturalmente, com respeito uns pelos outros. -----

----- Vamos prosseguir, então, os nossos trabalhos. -----

----- Terminámos as intervenções dos Senhores Deputados, e pergunto à Câmara se tem alguma coisa a acrescentar ao debate? O Senhor Presidente da Câmara não faz sinal, então sendo assim, vamos começar com as votações, e eu pedia, agora, a vossa atenção que há aqui várias alterações, votações por pontos, etc. -----

----- Em primeiro lugar, temos dois votos sobre o mesmo assunto, o louvor à Missão Portuguesa nos Jogos Paralímpicos que eu apresentei, e que é subscrito, também, pelo Bloco de Esquerda e pelo CDS-PP, e o voto de louvor pela participação portuguesa nos Jogos Paralímpicos, subscrito pelo Partido Socialista. Eu falei com os subscritores do voto do PS que estão disponíveis para fundir, como o nosso regimento prevê e aconselha, os dois votos. Portanto, iríamos votar a último parágrafo, fundir o Voto 3 com o Voto 4, portanto, o Partido Social Democrata também se quer associar, muito bem. -----

----- A proposta seria, votaremos o último parágrafo do Voto 3 que é o parágrafo onde se fala do louvor, enfim, e de todas as coisas. O CDS-PP e o BE já se associaram, o PAN e o MPT também se associam, o PCP, bom, Senhores Deputados, é mais fácil dizer que todos os Grupos Municipais se associam a este voto da fusão e, portanto, o que iríamos votar e o **último parágrafo do Voto nº 3/118**, e o **ponto 2 do Voto nº 4/118** que tem matéria nova e que tem a ver com a quem é que endereçamos o voto, que não está previsto no Voto nº 3, portanto, os considerandos não são votados, portanto, eu penso que se votarmos isto assim, temos uma fusão correta dos dois votos. Se está tudo de acordo, então nestas condições vamos votar o **último parágrafo do Voto nº 3/118**, e o **ponto nº 2 do Voto nº 4/118** que passarão a ser a parte deliberativa da fusão dos dois votos. -----

----- **Voto nº 3/118 – Louvor à Missão Portuguesa nos Jogos Paralímpicos Rio 2016.** -----

----- (O Voto nº 3/118 fica anexado à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- **Voto de Louvor nº 4/118 – Pela Participação Portuguesa – Jogos Paralímpicos Rio 2016** -----

----- (O Voto de Louvor nº 4/118 fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. O **último parágrafo do Voto nº 3/118**, e o **ponto nº 2 do Voto nº 4/118** foram **aprovados por unanimidade com aclamação.** --

----- Vamos, agora, para o **Voto nº 5/118.** -----

----- **Voto de Saudação nº 5/118 – Voto de Saudação Pela Pintura do Teto da Igreja de Santa Isabel, Em Campo de Ourique.** -----

----- (O Voto de Saudação nº 5/118 fica anexado à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. O **Voto de Saudação nº 5/118** foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Vamos entrar, agora, nas moções. A primeira moção, **Moção nº 1/118**, apresentada pelo PCP.-----

----- **Moção nº 1/118 – Contra o Encerramento de Esquadras em Lisboa.**-----

----- (A **Moção nº 1/118** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PS, CDS-PP, PNPN e 6IND, abstenção do MPT, votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV e PAN. A **Moção nº 1/118** foi **rejeitada**.-----

----- O CDS-PP indica que irá entregar uma Declaração de Voto.-----

----- (O CDS-PP entregou a seguinte Declaração de Voto):-----

----- *“Os Deputados Municipais do CDS-PP declaram que votaram contra a recomendação em epígrafe esclarecendo para o efeito:-----*

----- *O CDS-PP acompanha a pretensão do PCP em relação ao incremento do policiamento de proximidade mas diverge dos meios que este partido pretende alocar para a sua implementação.-----*

----- *As esquadras policiais sem condições para um desempenho de função com dignidade, para agentes policiais e a população que as frequenta, não devem subsistir na cidade. Por esse motivo o CDS não só não se opõe ao seu encerramento como até o aconselha.-----*

----- *O encerramento de pequenas instalações permite inclusive libertar os efetivos policiais afetos a atividades burocráticas para o policiamento na rua.-----*

----- *A policiamento de proximidade para ser eficaz necessita de mais viaturas e polícias pelo que o CDS-PP exorta os partidos que apoiam o atual Governo, nomeadamente o PCP, a travar a iniciativa do Ministério das Finanças que impede a formação de 500 novos polícias. Dos 800 inicialmente previstos, e necessários para o cumprimento dos deveres da PSP, somente terão formação 300.-----*

----- *A formação de 800 novos polícias é um processo que já vem de 2014 e que o Governo liderado por António Costa prometera cumprir, mas que é agora inviabilizada por Mário Centeno devido a "constrangimentos orçamentais".-----*

----- *A austeridade não tinha acabado?”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- *“Vamos passar à **Moção nº 2/118**.-----*

----- **Moção nº 2/118 – Em Defesa das Esquadras de Lisboa.**-----

----- (A **Moção nº 2/118** fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Esta moção é apresentada pelo PEV. Há uma alteração na redação que eu vou passar a identificar. No ponto 1 da parte deliberativa, onde se falava na ASPP/PSP, passa a ser a expressão genérica Associações Sindicais da Polícia. A mesma alteração, cá em baixo, as expressões “ASPP/PSP” e “SPP/PSP”, substituir todas estas expressões por Associações Sindicais da Polícia.-----

----- Acrescentar, ainda, em baixo “e Comando Metropolitano de Lisboa da PSP”.-----

----- São estas as alterações, portanto, vamos pôr à votação com estas alterações.-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. A **Moção nº 2/118** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- A **Moção nº 3/118** sobre o Metropolitano de Lisboa, também tem alterações que eu vou passar a identificar:-----

----- No ponto nº 1.1 da parte deliberativa, onde está “no sentido de exigir”, substituir “exigir” por “garantir”. E o ponto nº 1, onde se diz “imediate contratação”, passaria a ser “a contratação”, sem a palavra “imediate”, e no ponto 1.2 onde se diz “imediate libertação” seria, “a libertação” sem a palavra “imediate”.-----

----- São estas as alterações.-----

----- **Moção nº 3/118 – Metropolitano de Lisboa – Por Uma Solução Urgente**.-----

----- (A **Moção nº 3/118** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. A **Moção nº 3/118** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos passar à **Moção nº 4/118**.-----

----- **Moção nº 4/118 – Por um Verdadeiro Serviço Público do Metro de Lisboa**.-----

----- (A **Moção nº 4/118** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. A **Moção nº 4/118** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (O CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto):-----

----- *“Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra os pontos 1 e 2 da recomendação em epígrafe esclarecendo para o efeito:-----*

----- *- O CDS revê-se na preocupação pelos factos que integram os considerandos da moção mas não pode concordar com a parte deliberativa quando esta defende um modelo de contratos com o Estado (que tem sido a prática) e propõe a transferência trimestral de 10% da receita de estacionamento de Lisboa da CML para o operador; -*

----- *- O CDS não compreende, e porque o BE não consegue fundamentar, porque não são apresentados outros valores e percentagens;-----*

----- *- O BE defende, ainda, uma política tarifária de redução generalizada dos preços. Sendo uma matéria em que todos concordamos e defendemos, não se encontra a fundamentação que baseia o BE para apresentar estas percentagens;-----*

----- *- Ou seja, parece irresponsável estar a aprovar valores em particular sem que o BE se fundamente num estudo sobre a política de financiamento, investimento, de tarifário e de oferta.-----*

----- *- A solução que apresentam é simplista: aumento de custos para investimento em material circulante e em pessoal e, em simultâneo, redução da receita.-----*

----- *- Falta o BE explicar como sustenta financeiramente o que agora propõe e quem paga (Paga o Estado? Paga a CML? Pagam os lisboetas através das taxas? Ou pagam os cidadãos portugueses através de impostos?)-----*

----- *Importa ainda acrescentar que a Assembleia Municipal não pode tomar uma decisão, em consciência, quando o processo negocial entre o Estado e o Município se encontra em decurso.*” -----

----- Vamos passar à **Moção nº 5/118**. E o PCP pede a votação por pontos. -----

----- **Moção nº 5/118 – Pelo Direito à Mobilidade.** -----

----- (A **Moção nº 5/118** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **Ponto 1 da Moção nº 5/118**, votos contra do PS, PCP, CDS-PP, PEV, PNP, MPT e o voto da Presidente da AML, abstenções do PSD e dos 6IND, votos a favor do BE e do PAN. O **Ponto 1 da Moção nº 5/118** foi **rejeitado**. -----

----- **Ponto 2 da Moção nº 5/118**, votos contra do PS, CDS-PP, PNP, MPT e o voto da Presidente da AML, abstenções do PSD e dos 6IND, votos a favor do PCP, BE, PEV e do PAN. O **Ponto 2 da Moção nº 5/118** foi **rejeitado**. -----

----- **Ponto 3 da Moção nº 5/118**, não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. O **Ponto 3 da Moção nº 5/118** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Senhor Deputado Carlos Silva Santos para uma Declaração de Voto, e o CDS-PP, também para uma Declaração de Voto sobre esta moção. A Declaração de Voto do Deputado Carlos Silva Santos é oral e em nome do grupo.” -----

----- (A Declaração de Voto indicada pelo CDS-PP não deu entrada nos serviços, até à presente data). -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Em nome do nosso grupo, nós votámos contra o ponto 1, naturalmente, porque aqui há uma questão de fundo, que é a questão da gestão dos serviços de transportes na cidade. Nós somos contra a municipalização e achamos que devem ser as empresas públicas, financiadas pelo Orçamento de Estado, e não por receitas, novas, ou velhas, do município, mesmo que quantificadas. -----

----- Portanto, é uma questão de fundo, isto é uma responsabilidade do Orçamento de Estado e é a ele que cabe financiar os transportes públicos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Agora, vamos passar à votação da **Moção nº 6/118**. -----

----- **Moção nº 6/118 – A Favor da Manutenção dos Brasões Florais na Praça do Império** -----

----- (A **Moção nº 6/118** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- Votos contra do PS, BE e 6IND, abstenção do PNP, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT e PAN. A **Moção nº 6/118** foi **rejeitada**. -----

----- **Recomendação nº 3/118 – Escola 2+3 do Alto do Lumiar.** -----

----- (A **Recomendação nº 3/118** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. A **Recomendação nº 3/118** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **Recomendação nº 4/118 – Pela Segurança Pedonal na Avenida Maria Helena Vieira da Silva**.-----

----- (A **Recomendação nº 4/118** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. A **Recomendação nº 4/118** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **Recomendação nº 5/118 – Proteger o Lusitano Clube**.-----

----- (A **Recomendação nº 5/118** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- Foi pedida votação por pontos.-----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº 5/118**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. O **Ponto 1 da Recomendação nº 5/118** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- **Ponto 2 da Recomendação nº 5/118**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. O **Ponto 2 da Recomendação nº 5/118** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- **Ponto 3 da Recomendação nº 5/118**, votos contra do CDS-PP e do MPT, abstenção da Presidente da AML, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6 IND. O **Ponto 3 da Recomendação nº 5/118** foi **aprovado por maioria**.---

----- Terei que fazer uma Declaração de Voto, apenas dizer que isto está já em discussão na Assembleia da República e só por isso é que a questão não se resolve, entre o Governo e a Câmara, mas sim no Parlamento, porque já lá há iniciativa legislativa sobre a matéria, por isso é que me abstive.-----

----- Vamos prosseguir.-----

----- Temos a **Recomendação nº 6/118**.-----

----- **Recomendação nº 6/118 – Pela Elaboração e Aprovação de um Código de Conduta Aos Membros da Câmara Municipal de Lisboa**.-----

----- (A **Recomendação nº 6/118** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenções do PSD, PCP e do MPT, votos a favor do PS, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6 IND. A **Recomendação nº 6/118** foi **aprovada por maioria**.-----

----- O PCP quer fazer uma Declaração de Voto oral.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “A nossa abstenção é porque consideramos que este mimetismo de tentar replicar o que foi feito em relação ao Governo, não tem nenhuma justificação, pelo menos, aparente, e os próprios proponentes não apresentaram nenhuma razão, ou dúvida, ou

sugestão, que levasse a que a necessidade deste tipo de documento para um comportamento da nossa Assembleia, ou mesmo, neste caso, do nosso executivo. -----  
----- Por isso, nós achamos só por mera repetição de outras decisões a outros níveis, não se justifica, ao nível do nosso município, tomar esta decisão. -----  
----- Muito obrigado.” -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----  
----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----  
----- Agora, vamos passar à votação da **Moção nº 7/118**. -----  
----- **Recomendação nº 7/118 – Obrigações do Município de Lisboa relativamente à Assembleia Distrital de Lisboa**. -----  
----- (A **Recomendação nº 7/118** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----  
----- Votos contra do PS, CDS-PP, PNPB e 6IND, abstenção do PAN, votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV e MPT. A **Recomendação nº 7/118** foi **rejeitada**. -----  
----- **Recomendação nº 8/118 – Assembleia Municipal Jovem de Lisboa**. -----  
----- (A **Recomendação nº 8/118** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----  
----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB e 6 IND. A **Recomendação nº 8/118** foi **aprovada por unanimidade**. -----  
----- E eu informo, desde já, que irei levar o assunto à Conferência de Representantes para vermos em sede de Conferência de Representantes qual é o modelo para levarmos a cabo esta iniciativa porque temos que definir como é que queremos lançar isto. É uma iniciativa que envolve alguns meios e alguma energia e temos que ver como é que vamos fazer isto. -----  
----- **Recomendação nº 9/118 – Criação de Novos Recintos de Recreio Canino na Cidade de Lisboa**. -----  
----- (A **Recomendação nº 9/118** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----  
----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB e 6 IND. A **Recomendação nº 9/118** foi **aprovada por unanimidade**. -----  
----- **Recomendação nº 10/118 – Apresentação Pública Conjunta dos Programas “Uma Praça em Cada Bairro”, “Pavimentar Lisboa”, e “Plano para a Mobilidade Ciclável”**. -----  
----- (A **Recomendação nº 10/118** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----  
----- Não há votos contra, abstenções do PSD, PCP e PEV, votos a favor do PS, BE, CDS-PP, MPT, PAN, PNPB e 6 IND. A **Recomendação nº 10/118** foi **aprovada por maioria**. -----  
----- Terminámos as votações do PAOD, e com isto terminámos, também, o PAOD, e vamos entrar na nossa ordem de trabalhos que, neste momento, é a Informação Escrita

do Senhor Presidente da Câmara e, portanto, tem a palavra o Senhor presidente da Câmara para a sua intervenção inicial.” -----

**PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO Nº 2, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DA ALÍNEA E) DO Nº 2 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H20 MINUTOS;**

----- (A Informação Escrita do Presidente da Câmara fica anexada à presente Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Colegas de Vereação. -----

----- Esta é a primeira informação escrita que a Câmara apresenta após as férias de Verão, e é um período em que se registaram importantes avanços nas várias frentes da governação da cidade.-----

----- Não quero ser exaustivo, aqui desta tribuna, nesta primeira intervenção, seria fastidioso, mas permitam-me que pontue de forma sintética alguns dos elementos passados, alguns dos elementos do futuro próximo da gestão da cidade que considero que são mais de destacar, nesta ocasião.-----

----- Este foi, de facto, um período rico, intenso, na resolução de problemas antigos e de grande importância para o futuro da Cidade de Lisboa. Quero destacar, em primeiro lugar, dois entendimentos importantes com o Governo;-----

----- Em primeiro lugar, o acordo com o Governo que vai permitir que Lisboa tenha de novo a sua Loja do Cidadão que foi retirada dos Restauradores, sem qualquer alternativa. A Loja do Cidadão dos Restauradores era uma loja que servia mais de um milhão de pessoas que, quotidianamente, utilizavam os serviços aí instalados, e foi encerrada por uma decisão sem sentido, contra a opinião da Câmara de Lisboa, e sem procurar, aliás, o diálogo com a Câmara Municipal de Lisboa para a sua realocação em condições financeiras que fossem compatíveis para a administração central.-----

----- Ora, quero aqui dizer, com muito agrado, que este problema vai ser ultrapassado, que se chegou a um entendimento com o Governo, nesta matéria, e que vamos ter de novo a Loja do Cidadão não agora, exatamente, nos Restauradores, mas no eixo central da cidade numa localização que considero, ainda, melhor e mais favorável por duas razões, será uma localização que será no Mercado 31 de Janeiro, junto do Saldanha. Esta localização é mais favorável por duas razões: -----

----- Em primeiro lugar, porque é uma zona mais central, mais próximo dos locais de emprego, de atividade das pessoas; -----

----- Em segundo lugar, porque este investimento vai-nos permitir contribuir para o nosso ambicioso programa de requalificação dos mercados municipais. O Mercado 31 de Janeiro que tem sido alvo de um trabalho intenso por parte da Junta de Freguesia de Arroios na sua melhoria, no seu desenvolvimento, na sua qualificação, vai poder hoje com este investimento, ganhar uma nova vida, uma nova âncora, porque serão

centenas de milhares de pessoas, aquelas que passarão, necessariamente, pelo mercado com destino à nova Loja do Cidadão. -----

----- Quero em segundo lugar, destacar o acordo que foi concluído com o Governo relativamente à gestão do policiamento do trânsito na cidade de Lisboa, regulação e policiamento de Trânsito da cidade de Lisboa. Os Senhores Deputados recordar-se-ão que esta é das reivindicações mais firmes, diria mais antigas, mais importantes pela qual o executivo se vinha batendo. Aliás, alvo de deliberações da Administração Central do Governo da República, já com dez anos, com mais de dez anos, em que previam que as câmaras municipais de Lisboa e Porto assumissem estas competências e estas responsabilidades. A verdade é que sucederam-se executivos, sucederam-se Ministros, sucederam-se, aliás, Presidentes de Câmara, e não foi, não tinha sido possível, até agora, desbloquear esta questão que é tão vital para a gestão e a vida na cidade. Na verdade, surge como incompreensível aos olhos dos cidadãos, e surge como incompreensível para a boa gestão da cidade, como é que a câmara gere a via pública e como é que não tem responsabilidade sobre o policiamento do trânsito na Cidade de Lisboa. -----

----- O acordo concluído tem três vertentes: -----

----- Em primeiro lugar, a aprovação, finalmente, do Estatuto da Polícia Municipal de Lisboa. Foi na última reunião do Conselho de Ministros a aprovação do Decreto-Lei que vem criar, precisamente, esse estatuto. -----

----- A segunda pedra, a pedra mais importante, é a transferência para a Polícia Municipal de Lisboa de um conjunto de duzentos e cinquenta e sete efetivos, entre agentes e oficiais, que serão afetos exclusivamente às funções da fiscalização e da regularização do trânsito na cidade. Estes duzentos e cinquenta e sete efetivos, para os Senhores Deputados terem a noção da dimensão, significa quase a duplicação da Polícia Municipal, em tamanho, tem neste momento, cerca de trezentos e cinquenta efetivos, e estes efetivos ficarão, exclusivamente, afetos à função da regulação do trânsito. -----

----- Está, neste momento, em curso os processos de aquisição dos carros, dos motociclos, dos equipamentos necessários ao total desempenho da função, é a nossa expectativa é que, a partir do início de 2017, estejamos em condições de assumir, na plenitude, esta responsabilidade. Ora, esta responsabilidade significa que nós vamos ter os meios, vamos ter os recursos dedicados que permitam uma muito melhor fiscalização da utilização da via pública, muito melhor fiscalização dos lugares e zonas de estacionamento, uma muito melhor regularização de todo o funcionamento da mobilidade na Cidade de Lisboa. E vai permitir que nós possamos fazer isto em estreita articulação com a PSP, de forma clara, perante os munícipes, quais as competências de cada um. -----

----- Está a ser preparado um acordo interadministrativo, entre a Polícia de Segurança Pública e a Câmara de Lisboa, que defina com muita clareza, os âmbitos de atuação de cada uma das polícias, dos corpos de polícia, relativamente, às várias áreas de competência de forma a podermos usar e empregar melhor os recursos que temos, os recursos humanos e técnicos que temos, e para que passemos aos cidadãos uma

mensagem muito clara, isto é, que cada um saiba perante cada tipo de problema e de questão, verdadeiramente, quem é o órgão de polícia a quem se deve dirigir. -----

----- Este protocolo operacional, não se reveste de uma lei da República, não se reveste de uma lei-quadro, reveste-se sim de algo que, por vezes, ainda, tem mais importância na gestão do quotidiano que é a interpretação concreta de legislação e, acima de tudo, a coordenação entre os vários organismos que concorrem para a aplicação de uma mesma lei. -----

----- Em síntese, teremos no início do próximo ano, uma velha reivindicação da cidade de Lisboa satisfeita e teremos melhores condições para propiciarmos melhor mobilidade, melhor disciplina, melhor funcionamento da via pública a toda a cidade de Lisboa. -----

----- Senhora Presidente e Senhores Deputados quero destacar, ainda, os avanços conseguidos em quatro áreas centrais e emblemáticas que quero aqui referir. Tratam-se, também, de projetos, de iniciativas que há muito nós procurávamos resolver, que há muito a Câmara procurava desbloquear, e que por uma razão, ou outra, ou às vezes por muitas razões, muitas das quais a falta de vontade política e a falta de empenho na resolução dos problemas, teimavam em deixar estes problemas sem solução. É por isto do meu grande agrado poder ter assinado com o Estado Português, o protocolo para a cedência à cidade de Lisboa da estação Sul e Sueste que será, agora, alvo de um processo, de um profundo processo de requalificação, devolvendo à estação Sul e Sueste toda a sua traça original, num projeto feito, aliás, pela neta do Arquiteto responsável pela Estação, e dotar, essa Estação, atribuí-la à função de ser a Estação Central das viagens marítimo-turísticas no Rio Tejo. Era algo que, no mandato anterior, se procurou, de forma muito intensa, conseguir, não foi conseguido tal um emaranhado de posições e de títulos diferentes de propriedade e de confusões na administração central sobre esta gestão, mas quero deixar, aqui, uma palavra de agradecimento a todas as equipas do Estado da Administração Central e da Câmara de Lisboa, em particular do Ministério das Finanças e dos seus dirigentes que permitiram em tempo recorde, resolver um assunto que parecia insolúvel há muito tempo. A gare Sul e Sueste vai ser da Câmara de Lisboa, vai ser totalmente requalificada, de acordo com o programa original, e vai ser devolvida à cidade com uma nova porta para o Rio Tejo. -----

----- Ainda neste âmbito, quero destacar o acordo que foi feito para concluir, finalmente, após vários anos, a passagem para a Câmara de Lisboa de toda a ala poente do Terreiro do Paço. -----

----- Os Senhores Deputados lembram-se, seguramente, muitos assistiram aos inícios dessas batalhas, ao debate sobre o futuro do Terreiro do Paço, da sua importância na cidade, do parque de estacionamento àquilo que é hoje, foi um processo de luta de muitos na Câmara Municipal de Lisboa, de muitos que apoiaram esta causa e, finalmente, esta causa encontra-se concluída no que diz respeito, unicamente, aliás, ao piso térreo do Terreiro do Paço. A ala nascente já estava atribuída ao município, a ala poente estava atribuída ao município com uma pequena exceção de uma pequena área entre o Torreão Poente e a zona do Ministério da Agricultura, que restava. -----

----- Finalmente, concluiu-se o acordo com o Exército Português que, também, queria aqui saudar e agradecer o empenho, e permite-nos, agora, dar início às obras e às intervenções para que aquele espaço seja devolvido à cidade, completando, aliás, o grande projeto que, há uns anos, a cidade iniciou. -----

----- É, ainda, neste sentido, quero assinalar, aqui, o acordo realizado com as Infraestruturas de Portugal para que possamos, em conjunto, desenvolver um projeto de natureza museológica e de natureza turística, que é o projeto do Museu sobre o Pilar da Ponte 25 de Abril. No fundo, trata-se de celebrar os cinquenta anos da Ponte 25 de Abril da melhor forma, dando-lhe uma visão, dando-lhe uma nova perspetiva sobre o futuro que, aqui, vai ser consolidada através de um polo museológico que nos vai mostrar o interior da ponte, que nos vai mostrar a história da construção da ponte, a incrível história da construção da ponte, a importância da ponte ao longo das décadas no desenvolvimento da cidade, da região e do país, mas também nos vai permitir ter uma nova varanda de observação sobre a Cidade de Lisboa. -----

----- Permitam-me Senhores Deputados que conclua com aquele que é seguramente, o elemento que eu não poderia não destacar, eleger à partida que foi o acordo estabelecido com o Governo para o remate do Palácio da Ajuda e para o encerramento de uma ferida com mais de duzentos anos, na nossa cidade. Eu quero fazê-lo aqui e não escondo o orgulho, o gosto e a importância deste projeto para a Cidade de Lisboa. Não escondo o orgulho que é para nós podermos ter empenhadas as nossas energias e as nossas forças para conseguirmos algo que há duzentos anos tardava na nossa cidade. A verdade é que aqueles que conhecem a história sabem bem que, durante muito tempo, não houve a confluência da vontade política para que aquela obra fosse concluída, disse um pouco a brincar que poderíamos talvez perdoar todos aqueles que, no século XIX, não concluíram a empreitada. Tivemos as invasões francesas, tivemos a fuga da corte para o Brasil, tivemos uma guerra civil, tivemos o ultimato no final do século XIX, tivemos a bancarrota, tivemos a mudança, o fim da monarquia no início do século XX, e a mudança de regime, mas já se percebe pior que ao longo de todo o século XX, quer no tempo do Estado Novo, onde vasto património monumental do país foi recuperado, alguns deles até reerguido distante do seu padrão original, mas mesmo na nossa democracia, nos quarenta anos de democracia custa a crer como é que uma obra desta natureza não foi realizada. -----

----- Eu quero deixar aqui uma homenagem a todos aqueles que, ao longo destas décadas, se bateram para que este projeto fosse levado avante, foram muitos, muitos de vários quadrantes, de várias orientações, mas quero registar, também, aqui, o facto é que só agora, neste momento, houve a vontade política, no Estado, na Câmara para podermos concluir, em conjunto, numa parceria inédita, uma obra deste tamanho, num palácio desta importância. Quero pois dar uma palavra de agradecimento a todos no Ministério da Cultura, na Associação de Turismo de Lisboa, na Câmara Municipal de Lisboa que contribuíram para que este projeto avançasse e que permitisse, não só que a cidade reganhe um dos seus palácios emblemáticos, não só que a cidade reganhe uma nova atração para todos que será que a exposição permanente das joias da coroa e da ourivesaria real, mas, acima de tudo que possamos fazer desta obra um ponto de

projeção do nosso futuro num palácio que é tão emblemático da nossa identidade. Na verdade, o que significa um investimento na recuperação do património não são atos do passado, são atos que nos permitem projetar com melhor confiança o nosso futuro e são atos como digo, não é todos os dias, não é todas as décadas, aliás, não é todos os séculos permite-me, que conseguimos tomar uma decisão que vai permitir fazer uma obra que há duzentos anos aguardava na cidade de Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, quero destacar aqui, dois avanços importantes na área social e também no nosso programa económico da cidade, um deles que não poderia ficar, aqui, sem menção nesta Assembleia Municipal e nesta informação escrita, é o arranque das demolições das alvenarias do Bairro da Boavista. É, e os Senhores Deputados não me deixarão, sabem que não exagero quando digo era das grandes reivindicações da cidade, era uma medida constante, expressamente, do Programa do Governo da Cidade de Lisboa, e muitos deputados, de várias bancadas, ao longo de muito tempo, se bateram para que esse processo se iniciasse, foi pois, com gosto, e queria deixar uma palavra à Senhora Vereadora Paula Marques e a toda a sua equipa, por aquilo que conseguiram fazer, que nós, neste momento, demos início ao processo que muitos, aliás, duvidavam que pudesse acontecer. A verdade é que as alvenarias começaram, a primeira fase começou a ser demolida, já lá não estão, e iremos dar início à construção da primeira fase e ao primeiro bloco das casas, das novas casas que permitem pôr fim, não só a uma situação degradada do ponto de vista da habitação social, mas que conseguem, também, projetar uma imagem de futuro e de modernidade, aquilo que queremos da habitação social, Lisboa. A habitação social não é uma habitação mais barata, uma habitação de segunda, uma habitação diferente, menor, pior do que a habitação que nós queremos para todos os cidadãos. E o Bairro da Boavista, aliás, como o projeto Bairro Padre Cruz, é exemplo, disso mesmo, o que ali vemos é a melhor arquitetura mais adaptada às necessidades, em particular, etárias de quem ali vai residir, as melhores soluções do ponto de vista dos materiais, as melhores soluções do ponto de vista da eficiência energética, o melhor enquadramento do ponto de vista da vida do bairro. É pois um projeto, aquilo que agora se inicia, esta primeira fase é pois algo emblemático em pormos fim, no Bairro da Boavista, àquilo que, aliás, já tínhamos iniciado no Bairro Padre Cruz e que corresponde ao cumprimento de um dos pontos mais importantes do Programa do Governo da cidade, porque a cidade faz-se a si mesma no cumprimento do nosso programa, cumprindo os direitos e o acesso aos direitos para todos os cidadãos. -----

----- Senhora Presidente, antes de passar ao encerramento, gostava de à parte final da minha intervenção, gostava de destacar três elementos: -----

----- Primeiro, o avanço que é dado com a primeira grande iniciativa que realizamos na antiga manutenção militar, instalação que tive oportunidade e projeto que tive oportunidade de apresentar aqui em anterior informação escrita. A manutenção militar é, seguramente, um dos projetos mais ambiciosos, mais desafiantes para o futuro da Cidade de Lisboa, quer porque ele se centrará no desenvolvimento do empreendedorismo e das empresas de base tecnológica, mas, fundamentalmente, porque ele será a grande âncora do processo de desenvolvimento de toda a zona

oriental da cidade. Creio que todos aqueles que conhecem, estudam, que amam a Cidade de Lisboa, olham, hoje, para o seu desenvolvimento e reconhecem que, precisamente, a zona entre Santa Apolónia e a Expo até Braço de Prata, é a zona que necessita de mais intervenção e para o qual o futuro está mais tempo adiado. Ora, nós sentimos que este é o momento em que temos, hoje, as condições, temos os recursos públicos e privados, temos hoje as vontades, e temos hoje as energias para acelerar este processo de desenvolvimento. -----

----- A escolha da manutenção militar foi crítica por isto mesmo, porque se encontra no local certo e por se encontra, também, vai permitir concentrar as energias certas. ----

----- Aqueles que tiveram a oportunidade de ver o primeiro evento denominado “O Caminho para a WebSummit, que juntou o concurso para as *Startup’s* portuguesas que vão poder estar neste grande evento, percebeu bem a força, a energia, o magnetismo que todo aquele espaço, que toda aquela comunidade gera, e como aquilo irá ser importante para o futuro da Cidade de Lisboa. -----

----- Quero por fim, Senhora Presidente, destacar dois elementos do futuro que têm sido referidos e que serão, naturalmente, alvo de debate político na câmara e, em particular aqui na Assembleia Municipal, mas que não quero, em momento próprio, não quer deixar a dar a devida nota dada a sua importância para o futuro da cidade. O primeiro dos quais é o facto de a Câmara ter concluído, com êxito, as negociações com o Banco Europeu de Investimentos relativamente ao acordo quadro ao abrigo do plano Juncker. Isto significa que foi concluído um acordo que dotará a cidade dos recursos financeiros apoiados por fundos comunitários, para desenvolver ao longo da próxima década, as suas prioridades centrais em matéria de desenvolvimento. Na área da requalificação urbana, da regeneração urbana, do espaço público, da mobilidade suave, na área da habitação social e na área tão importante de execução do plano de drenagem, na sua parte de maior investimento. -----

----- Trata-se de um plano estratégico de longo prazo, que foi desenvolvido devido à escassez do que é a política de coesão normal mais típica que Portugal recorre com mais frequência, são os fundos estruturais, estando Lisboa, praticamente, excluída do acesso a estes fundos, a iniciativa da Câmara de Lisboa foi uma iniciativa pioneira ao nível dos municípios europeus, que foi procurar no plano Juncker os recursos, os instrumentos, os apoios para podermos desenvolver com solidez o nosso programa político ao longo da próxima década. -----

----- Quero deixar aqui uma palavra de saudação ao Vereador João Paulo Saraiva que negociou em nome da Câmara de Lisboa, com sucesso, este acordo quadros, estando certo que ele será, naturalmente, alvo de debate e de apresentação de forma detalhada, tal a importância estratégica que tem para os próximos anos, e de oportunidade para os próximos executivos desenvolverem o programa para a cidade de Lisboa. -----

----- Por último, Senhora Presidente, quero referir aqui um assunto que, também, traremos aqui à Assembleia Municipal, e que se prende com a delimitação da unidade de execução da Praça de Espanha. -----

----- A Praça de Espanha tem sido uma zona cujo desenvolvimento e o seu futuro está adiado há muitas décadas, por várias razões, desde logo, um acordo mal desenvolvido,

ou impossível de desenvolver, que há cerca de trinta anos se traduziu na venda na permuta de uma parte dos terrenos da Praça de Espanha, mas acordo que não foi possível desenvolver. -----

----- Em segundo lugar, a instalação provisória do mercado que se fez na Praça de Espanha. -----

----- E em terceiro lugar, o facto de durante muitas décadas, a rede viária envolvente da cidade, dificultar outra solução que não a solução que, hoje, ali temos. É que, ao longo dos últimos meses, mais de um ano, fomos, sucessivamente, fechando os obstáculos ao desenvolvimento futuro da Praça de Espanha. Foi concluído o acordo com o Montepio, e com a Lusitânia que fez a regularização patrimonial dos terrenos da Praça de Espanha, passando-os para o outro lado da Praça de Espanha, isso normalizando essa situação, foram encerradas as instalações provisórias do mercado com a indemnização cabal de todos os feirantes e a sua localização nos mercados que desejavam, em toda a cidade, e hoje temos a noção de que o desenvolvimento da rede viária permite outra solução. -----

----- A Câmara Municipal aprovou uma unidade de execução e dentro dessa unidade de execução, vamos desenvolver três partes fundamentais do ponto de vista da sua ideia, a primeira das quais que gostaria de dar, aqui, pública nota, é o acordo que realizamos que é o elemento mais importante do programa de desenvolvimento da Praça de Espanha, que é o acordo a que chegámos com o Instituto Português de Oncologia para que as instalações, naturalmente se mantenham naquele local, mas que possam ser melhoradas e reforçadas naquele local. -----

----- Gostaria, Senhora Presidente, depois, de apresentar publicamente este, independentemente da figura e das obrigações de cada órgão, de poder apresentar à Assembleia a visão que temos, em conjunto, com a administração do IPO, para o desenvolvimento daquela zona, porque o que vai permitir o projeto que temos em conjunto é o desenvolvimento de um novo edifício de ambulatório dentro do atual terreno do IPO, que é terreno municipal que, aliás, mas que é hoje dotado da possibilidade de ter uma frente para a Praça de Espanha. -----

----- Em segundo lugar, dentro do programa de execução da Praça de Espanha está um concurso de ideias para a reorganização da praça e a sua reconstrução como uma centralidade, aquilo que, no fundo é hoje um emaranhado entrecortado de vias cujo miolo não tem acesso por ninguém, vai dar origem a uma das principais praças e jardins da cidade com uma vastíssima área, capaz de ser aproveitada entre toda a área da Avenida dos Combatentes até à zona do Teatro. Ora, pensarmos esse espaço com futuro é alvo de um protocolo que estabelecemos com a Fundação Gulbenkian e com o Montepio, para nos darem as ideias e ajudarem a desenvolver um concurso de ideias para podermos pensar o futuro daquela zona. -----

----- E o terceiro elemento? O terceiro elemento está no fecho do projeto da Praça de Espanha, relativamente à utilização dos terrenos que a Câmara, ainda, dispõe que hoje estão delimitados, como digo, estão articulados com o Instituto Português de Oncologia relativamente ao seu desenvolvimento e crescimento futuro, mas que devem ser utilizados pela Câmara de Lisboa para reforçar a oferta de escritórios na

zona, promovendo, aliás, um contínuo entre a zona de Entrecampos, a Avenida de Berna, a Praça de Espanha, Avenida José Malhoa, e a zona de Campolide, como zona central, uma zona de centro de escritórios da Cidade de Lisboa. -----

----- É no fundo esta ideia, destes três pilares, destas três partes que gostaríamos de apresentar, que apresentamos, que fizemos apresentação na Câmara, mas que gostaria, depois, de apresentar de forma detalhada à Senhora Presidente e avaliarmos a sua apresentação na Assembleia Municipal.-----

----- É evidente, já tive ocasião de afirmar que não haverá desenvolvimento do projeto da Praça de Espanha, em si, nada disto terá obra física neste mandato, mas o que interessa é que tenhamos as ideias muito claras, o que é uma zona cujo desenvolvimento está bloqueado, há décadas, estamos hoje a resolver as questões que estavam, que obstaculizavam esse desenvolvimento, temos hoje uma visão muito clara sobre o seu futuro, uma visão que integra a valorização do IPO, que faz que a devolução de uma parte importante para uma nova grande praça e uma nova centralidade na Cidade de Lisboa e que permite, também, aquele desiderato tão importante que é dotar a cidade de novos espaços de escritórios que são, hoje, tão vitais para atrairmos mais emprego para a nossa cidade. -----

----- É esta visão de futuro, é esta imagem da construção do futuro da Cidade de Lisboa que queria, naturalmente, partilhar, aqui, com todos e com esta Assembleia. ----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro-secretário da Mesa** no uso da palavra, informou o seguinte:

----- “Para anunciar à Assembleia quais são os Senhores Deputados e Grupos Municipais inscritos, até agora:-----

----- Pelo PSD, o Senhor Deputado Magalhães Pereira; -----

----- Pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, a Deputada Cláudia Madeira e o Deputado Sobreda Antunes; -----

----- Pelo Partido Socialista, o Deputado David Amado; -----

----- Pelo Bloco de Esquerda, o Deputado Ricardo Robles. -----

----- Para recordar, como tivemos a interrupção do tempo do verão, que este período se inicia como já se iniciou, com a intervenção inicial do Presidente da Câmara, depois, em seguida, teremos a intervenção dos Grupos Municipais e os Deputados Independentes, e esta intervenção é seguida por imediata resposta do Senhor Presidente da Câmara, ou do seu Substituto legal, ou nos Vereadores em que eles delegarem competências para as respostas setoriais e, também, aquilo que muitas vezes motiva dúvidas, um ou outro esquecimento dos Grupos Municipais, e de todos nós, que um Grupo Municipal e Deputados Independentes, dispõem de um tempo global para efetuar a sua intervenção, podendo utilizá-lo de uma só vez, ou por diversas vezes, ou seja, podem fazer uma intervenção, podem repartir por Deputados dos diferentes grupos, como é o caso de que já temos inscrições, ou podem fazer um modelo pergunta, resposta da Câmara, e voltarem a perguntar enquanto tiverem tempo. -----

----- Portanto, passamos ao primeiro Grupo Municipal, ou Deputado inscrito, que é o Deputado Magalhães Pereira do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Serviços, Público e Comunicação Social. -----

----- A imposição regulamentar de apresentação a esta assembleia, a este Parlamento de Lisboa, pelo Presidente da Câmara Municipal de uma informação na forma escrita, relatando o que ocorreu nos três meses anteriores, neste município, e muito especificamente a sua própria ação, é tarefa que este Presidente efetua com algumas displicências, resultando em documento de muito reduzida, expressão e, aliás, muito pouca informação que esteja escrita, já que entre o que aqui há pouco veio apresentar e o que, de facto está escrito, qualquer semelhança é mera coincidência. -----

----- Nem sequer os desinteressantes temas acrescentados pelos serviços em cento e não sei quantas páginas, tem significado em termos de ação estratégica da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Escreve o Presidente, ou quem este a encomenda para esses mesmos efeitos, sobre novos contratos de delegação de competências, o que, aliás, matéria isenta de debate, sendo a Assembleia a recomendar, insistentemente, que assim se proceda, de forma equitativa o que, aliás, nem tem sido o caso. -----

----- Escreve-nos, também, e até o que faz frequentemente sobre assuntos de natureza, extramunicipal, como sejam as Lojas do Cidadão, as experiências sensoriais do mirífico morador da Ponte sobre o Tejo, cuja natureza nos abtemos, aliás, de comentar, e que nos lembra que o Presidente eleito desta Câmara, aquele que, de facto, foi eleito, uma vez, alegou na sua peculiar forma de se exprimir e a propósito da poluição em Lisboa, que já se viam golfinhos no Tejo, sem reparar, porém, que estavam mas era pintados no pilar dessa mesma ponte. E fala também, na organização de oficinas a que, pomposamente, se chama em língua estrangeira e que eu dispenso dizer que é para não incomodar os Senhores Deputados com a minha pronúncia britânica, o que a circunstância e praticar métodos de proteção contra calor intenso, o que é circunstância, aliás, que ocorre infalivelmente de forma cíclica, todos os anos, desde o princípio dos tempos, como se fosse preciso ter que dizer isso às pessoas, de facto, uma coisa é fazer oficinas para esse efeito, uma coisa fantástica. Fala disso e daquilo, mas não falou do que devia. E isso é que era importante dizer. -----

----- Por qualquer razão que nos escapa, não falou dos constantes engarrafamentos que mesmo no Verão passado assolaram a cidade, e do caos no estacionamento causado pelas inúmeras intervenções que assaltaram os cidadãos incautos, tudo ao mesmo tempo e algumas feitas pela noite dentro, sem sequer ligar ao descanso merecido das pessoas, num fervoroso e nervoso de fazer muitas coisas, antes das eleições. -----

----- Também não falou e, aliás, devia ter falado da suspensão ao adiamento de obras importantes para Lisboa, como sejam as muito urgentes relativas à drenagem pluvial, sendo, aliás, curioso que, agora, no fim da sua intervenção longa, falou de facto que ir buscar o dinheiro para fazer a drenagem, quando este assunto está para ser iniciado há bastante tempo, mas por essa mesma via, continuando a incúria neste aspeto vital para

Lisboa, pondo em risco a cidade, neste outono, e no inverno que aí vem, como igualmente não falou de quaisquer ações tendentes a rejuvenescer a cidade e disso temos falado, aqui, continuamente, sem dizer de forma determinada a fixação, sem fazer e facilitar, a fixação de novos casais, continuando assim Lisboa a expulsar de si própria as sucessivas gerações, enfeitado que está com o asfixiante afluxo de turistas escorraçados, coitaditos que estão, momentaneamente, ligação de passagem dos antigos paraísos de férias no Norte de África, e no próximo e Médio Oriente. -----

----- Não tem, aliás, emenda quem quer que seja que, de facto, produza esta informação escrita sempre com os mesmos tiques pseudoculturais e faz que não percebe que tem a obrigação absoluta e estrita de escrever em português, e que se porventura, encontrar qualquer expressão que lhe custe mais a traduzir, deve imperativamente, utilizar o equivalente em português, ou com a devida vénia, e muito poucas vezes, se faz favor, muito poucas vezes, pôr a expressão entre aspas ou equivalentemente, em Itálico, pois se a nossa língua é a terceira mais falada no mundo, porque insólita razão se entra, constantemente, numa espiral de estrangeirismo nestas informações escritas, deve ser porque quem escreve acha que fica mais fino, ou se calhar, é a única pessoa que aprendeu línguas na escola, aliás, diga-se de passagem, é tão evidente a falta de correspondência em que aqui o que diz Presidente e aquilo que se escreve que nem sequer nos diz o que não estando escrito, manifestamente, deveria ter estado. Mas faz promessas, faz muitas promessas, algumas, a maioria para além do seu próprio mandato. -----

----- Não escreve, por exemplo, sobre o drama existencial na 2ª Circular, cujo desenvolvimento, no meio de nomeações, e de nomeações de júris, abertura e encerramento dos concursos, cancelamento ou adiamento dessas obras emblemáticas que deveriam estar mesmo prontas, mesmo, mesmo, antes das eleições, mais lembra a velha rábula do Parque Mayer, com a história de Olívia patroa e de Olívia costureira. --

----- Não escreve, também, sobre a situação do lixo em Lisboa, da deposição de lixo junto aos ecopontos, e por aqui, e mais por ali, sempre a decompor-se em vários percursos, nem o seu levantamento nas ruas que não faz, quanto e quando deveria fazer e, quando se espera que faça. E a cidade cheira, a cidade cheira e, cheira mal. Já nem sequer cheira a Lisboa. -----

----- Confirma-se, também, e continua-se, também, a aguardar por informações concretas sobre a decisão de Lisboa da gestão das transportadoras, o que esta Câmara sempre quis agora ao seu alcance. Sabe-se lá a que preço e como se assegurará que, daí não resultaram prejuízos incomportáveis para a cidade, ou então que as novas taxas e taxinhas irão dar para tudo, pois tudo e para olhos azuis, inclusivamente que a ATL faz, a ATL tem, a ATL contrata, a ATL recebe e faz o que quiser da gestão da taxa turística. Dá para o Pavilhão Carlos Lopes que, agora nada se sabe, mais para o Pátio da Galé, idem, idem, aspas, aspas, mais para o Torreão, mais para as instalações fabris do Beato, mais para a gestão de saúde, mais para tudo de que não se sabe nada. -

----- Sabe-se que se vai fazer uma fachada nova no Palácio da Ajuda, também, da ATL. Essa associação dá mesmo para tudo, só não dá para a Câmara cumprir o seu dever de fiscalizar a ação da Câmara, a Assembleia, peço desculpa, pelo que tudo de

novo que o Estado concede ao Município é a omnipresente associação que trata. Já não é Lisboa, é a ATL, e esta não presta contas a Lisboa. Mas há sempre a hipótese de, se for preciso, inventar outra taxa qualquer para fazer companhia à famigerada taxa de proteção civil que tanto tem andado na bolsa dos lisboetas e enriquecido, ilegitimamente, os cofres municipais. Já não será preciso esperar muito pois que parece que o novo IMI estará, eventualmente, a caminho. -----

----- Lisboa é, de facto, só obras de última hora e de fachada, mas continua a nada revelar quanto ao património encontrado nas ciclópicas escavações efetuadas por toda a cidade e, sobretudo, na zona ribeirinha, nem o que ocorre na interminável a construção do subterrâneo do Campo das Cebolas, assim se continuando o processo de descaracterização e isolamento dos lugares que são a matriz de Lisboa.-----

----- Senhora Presidente, assistimos a processos que têm e continuarão a ter como inevitável a consequência do despovoamento da Cidade de Lisboa, perante a contínua prossecução de objetivos que são estranhos os seus mais essenciais interesse. Será de propósito? Parece. -----

----- O que esta informação escrita demonstra em perfeita evidência é que esta Câmara e o seu Presidente que faz da propaganda o seu modo de vida não servem a nossa cidade. -----

----- Quanto ao que é vital para Lisboa são, de facto, uma mão cheia de nada, e a outra de coisa nenhuma. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Eu quero agradecer a intervenção do Deputado Magalhães Pereira que, verdadeiramente, não desilude. Não desilude porque é uma intervenção igual a si próprio e no registo a que nos se habituou. -----

----- Senhor Deputado, peço desculpa, dizer que é um assunto extra municipal a resolução da Loja do Cidadão, em Lisboa? Isto é, devolver às pessoas a possibilidade de todos os munícipes, e não munícipes, na cidade, de todos os que vivem e trabalham na cidade poderem ter a possibilidade de terem serviços públicos rápidos, acessíveis, cómodos, não acha isto importante para a vida das pessoas? E sabe, porque é que não é extra municipal, Senhor Deputado? Por uma simples razão, é que este acordo fez-se por iniciativa e vontade da Câmara Municipal de Lisboa. Que há uma diferença. Sabe qual é o pequeno ponto que é uma vontade, a iniciativa que a Municipal de Lisboa que já vem do passado só que agora há uma pequena diferença, sabe qual é? É que agora encontramos um Governo que tinha a mesma vontade para resolver um problema que o anterior causou e não conseguiu resolver na Cidade de Lisboa. -----

----- Senhor Deputado, se há tema, aliás, se há tema que vejo com surpresa o Senhor Deputado falar e dar o flanco, é mesmo este, porque acho que a única palavra que deveria dar era mesmo saudar a Câmara de Lisboa pela feliz situação de ter resolvido o problema do acesso de milhões de pessoas lisboetas, e daqueles que aqui trabalham, de outros municípios que, agora, vão poder tratar dos seus assuntos com mais rapidez, com mais comodidade e com mais eficácia e não aquela deterioração brutal que

tiveram porque, a questão dos Restauradores não foi só o de criar uma loja, ainda é a Loja do Cidadão, ainda é, veja lá, ainda não cheguei aos outros, é porque a questão da Loja do Cidadão dos Restauradores não foi uma questão de não ser construída uma nova. Não. Foi uma degradação profunda, gratuita, porque não foi procurada, em tempo, outra solução com a Câmara que degradou as condições de vida de milhões de pessoas e de muitos, centenas de milhares de lisboetas em várias operações que têm que fazer com o Estado, e é por isso que isto é da maior importância para o futuro da Cidade de Lisboa, e é por isso que isto é da maior importância para os lisboetas. -----

----- Segundo ponto que lhe queria falar é sobre a questão das obras. -----

----- Senhor Deputado, consegue traduzir aqui de forma, aliás, muito clara, o que é a completa confusão do PSD sobre o tema das obras na cidade, completa confusão, porque o PSD consegue dizer sobre as obras, Senhor Deputado deixe-me concluir, eu ouvi-o com muita atenção, e ainda, não comecei a falar em inglês, eu ouvi-o com muita atenção, eu é a completa confusão que vai no PSD, e no Senhor Deputado que deu voz, aqui, relativamente ao tema das obras. O Senhor Deputado consegue dizer tudo, e o seu contrário. Os Senhores Deputados conseguem dizer o seguinte: -----

----- As obras são más, são péssimas para a cidade, mas o Presidente avança por questões eleitoralistas de cosmética. Não vos assalta que este argumento é sim um pouco contraditório? Então as obras são más, prejudicam a vida dos cidadãos, fazem mal às pessoas, não tem em conta as necessidades das pessoas, e nós avançamos para ganhar eleições, mas porquê? Os cidadãos não se apercebem? E depois, dão outro passo. Se a obra no caso da 2ª circular, aliás, não avança vêm dizer que a obra não avançou, que há aqui um problema, é por questões eleitorais, é por eleitoralismo, é por outra razão qualquer. E por isso, o discurso do PSD sobre as obras é um discurso completamente, sem norte, sem rumo, porque aliás, ainda não perceberam que não conseguem fazer o debate do fundamental que é a natureza da transformação que cada uma destas obras está a fazer na vida da cidade. Todas estas obras têm uma linha de fundo condutora que, alias, começa a ficar visível aos olhos dos cidadãos que nós esperamos, naturalmente que ela seja visível aos olhos cidadãos que é a devolução do espaço público às pessoas, a redução do espaço à circulação automóvel e de devolução ao espaço público, menos ruído, menos poluição, mais comércio local, mais ciclovias, isto é mais Cidade de Lisboa para todos. É isso que está presente na obra do Eixo Central, que está a correr bem, é isso que está a correr na obra de Uma Praça em Cada Bairro, seja, Campolide, seja em Santos, seja na Graça, é isso que está a acontecer na Frente Ribeirinha, e Senhor Deputado chamo-lhe a atenção que aquilo que diz não é exato. O trabalho que está a ser feito pelas equipas, que foi feito pelos projetistas, e que está a ser feito de execução da obra, em matéria de preservação patrimonial da Frente Ribeirinha é verdadeiramente, único. Recomendo-lhe que vá ao site da Câmara e ao site da empresa que está a desenvolver o projeto, que tem feito um trabalho extraordinário do ponto de vista da preservação dos achados arqueológicos, aliás, permita-me aqui uma palavra de reconhecimento à equipa de arquitetos que uma parte fundamental desses achados foram, e estão a ser, foram incorporados no projeto, e outros estão a ser devidamente, incorporados na execução da obra. Aquilo que vai

ali nascer é uma obra que vai orgulhar a Cidade de Lisboa, e quero também, lhe dar uma novidade, está a correr no fundamental sem problemas, dentro do calendário, estava a estabelecido.-----

----- Por último, e a Doca da Marinha, também, olhe, aproveito para uma novidade, olhe, esqueci-me, nesta fase de tantas coisas, aquilo que o Senhor Deputado diz; “faz propaganda do seu modo de vida”, admito eu, propaganda versos realizações, isto é, faz propaganda porque não realiza, esqueci-me de dizer que fez um acordo relativamente à Doca da Marinha e que irá iniciar em obra, creio eu, ainda, durante o mês de outubro, com o facto de, se derrubarmos o muro de acesso com a construção do novo, com a passagem das instalações dos equipamentos de combate à poluição da Marinha, para outro local, e para a devolução à cidade da Doca da Marinha. E acho que o Senhor Deputado, aliás, já viu, isto as novidades são tantas e tão boas, que eu dou-lhas, agora, assim, na resposta, e não na minha intervenção. -----

----- Terceira questão, relativamente à questão, também lhe vou dar mais novidades, relativamente a uma questão importante sobre a questão do plano de drenagem, é que o plano de drenagem, ao contrário do que o Senhor Deputado diz, o plano de drenagem está em execução. Todas as obras que estão a ser executadas e todas as obras que vão ser executadas em qualquer dos programas da Câmara que impliquem o sistema de drenagem, essas obras estão a ser feitas. Se o Senhor Deputado conhecer o plano de drenagem bem, verá que tem lá desde a grande obra infraestrutura ao dos túneis de grande dimensão e capacidade, Senhor Deputado, é assim, eu acho que sou uma pessoa confiante, eu acho que o executivo que lidero é um excelente executivo, eu acho que a maioria que suporta é uma excelente maioria, mas há um limite, milagres também não dá, porque não dá para fazermos isto é assim aqueles projetos dos túneis são projetos de obras de cerca de setenta a oitenta milhões de euros que estão, neste momento, a ser concebidos os projetos para serem lançados os concursos. Eu só espero, Senhor Deputado, aliás, tenho a certeza absoluta que, quando eles depois, vierem do ponto de vista financeiro, para serem aprovados, que vão merecer aqui, o aplauso do Senhor Deputado e de toda a bancada do PSD. Mas vai ter notícias sobre isso, muito em breve, vai ter notícias sobre isso, em breve.-----

----- Mas o que eu lhe queria frisar aqui, é que o plano de drenagem está em execução em múltiplos locais e múltiplas obras da cidade. O plano de drenagem esteve em execução por exemplo, Senhor Deputado, não sei se reparou quando fizemos a obra da Rua de Alcântara, o plano de drenagem está execução agora quando for lançada a obra do Largo do Calvário. O plano de drenagem esteve em execução, aliás, quando fizemos a Rua Miguel Torga, não sei se reparou uma parte da dificuldade daquela obra foi, precisamente, a substituição de toda a rede de saneamento numa zona importante. E aos poucos, em todas as obras, essas intervenções estão a ser feitas e, por isso, temos hoje já uma vasta frente de obras na drenagem que avançou, e que está a avançar com o que tínhamos previsto. -----

----- Por último, Senhor Deputado, e para lhe dar mais uma novidade também para terminar, desta forma, com simpatia, o Pavilhão Carlos Lopes vai ser inaugurado em fevereiro, fevereiro, já tem mês marcado, naturalmente, que o Senhor Deputado está

convidado como todos os Senhores Deputados para assistir a mais uma devolução à cidade de uma tão importante obra que, há tanto tempo, tantos reclamavam. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- A Mesa pergunta ao PSD se mais alguma intervenção a fazer? Senhor Deputado, o juízo é seu. Não tem problema nenhum. A fazer teria de ser agora, por isso cabe-me fazer a pergunta. O vosso tempo ainda têm, mas é só de uma vez. Portanto, depois passaremos a outros e já não poderão usar da palavra, por isso é que estou a perguntar.

----- Vamos prosseguir com o próximo partido inscrito.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nesta primeira intervenção sobre a apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da CML, “Os Verdes” têm vários assuntos a abordar. -----

----- Primeira questão, no período a que se refere esta Informação Escrita, que compreende os meses de Junho, Julho e Agosto, estiveram em preparação atividades na área da promoção da mobilidade e, em concreto, no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade. -----

----- Contudo, temos assistido nos últimos tempos a reclamações constantes por parte dos utentes dos transportes na cidade de Lisboa devido ao mau serviço prestado. -----

----- A verdade é que os transportes estão um caos e os tempos de espera são cada vez maiores, tanto no Metro como na Carris. Lisboa está a oferecer péssimos transportes públicos e é caso para perguntar onde está a Câmara Municipal no meio disto? -----

----- Perante todo este clima de insatisfação e de reivindicações, gostaríamos de saber o que fez a Câmara para defender o direito à mobilidade dos cidadãos? Por exemplo, o executivo sabe se os planos de manutenção do Metro estão a ser devidamente cumpridos? Sabe que estão paradas várias carruagens, umas porque estão avariadas e outras porque estão a servir para serem retiradas peças para permitir que outras composições possam continuar a circular? E perante tudo isto, qual foi a posição da Câmara junto do Governo? -----

----- Segunda questão, no Departamento de Educação encontramos referência à montagem de monoblocos em várias escolas. No entanto, o Sr. Presidente da Câmara, quando assumiu a presidência da autarquia, tinha uma promessa que era acelerar o ritmo das obras de renovação das escolas. Nessa altura, em Abril de 2015, estavam por concluir 50 empreitadas ao abrigo do Programa Escola Nova. -----

----- Gostaríamos portanto de saber qual é o ponto de situação no início deste ano letivo. Quantas escolas faltam intervencionar? Por que não foram ainda feitas obras nestas escolas e quando vão ser feitas? -----

----- Concretamente em relação à Escola Teixeira de Pascoais, a antiga escola 101, aqui bem perto, no início do ano foi retirado o campo de jogos para serem colocados contentores, o que não permite aos alunos usarem o espaço para atividades, mas as obras ainda não arrancaram. Ou seja, desde Janeiro não há campo de jogos nem

espaço, há contentores mas não há obras. Durante quanto tempo vai esta escola continuar assim? -----

----- Gostaríamos também de saber quantas escolas na cidade de Lisboa, sob a tutela da autarquia, têm contentores. -----

----- Terceira questão, falando, ainda, de escolas, “Os Verdes” gostariam de saber se durante os últimos meses, principalmente no período de férias, foi realizada alguma intervenção de remoção do amianto nas escolas.-----

----- Além disso, era importante sabermos, neste início de ano letivo, quantas escolas da cidade de Lisboa, tuteladas pela CML, ainda têm amianto? -----

----- É que ao longo de toda a informação escrita, não há uma única referência à remoção de amianto. -----

----- Quarta questão, ainda sobre o amianto, uma das instalações que continha esta substância era o edifício da Polícia Municipal, onde têm estado a decorrer os trabalhos de remoção. Acontece que os trabalhos têm decorrido com os polícias no local, sem proteção, e importava que fossemos esclarecidos sobre se esta situação está a ocorrer dentro da conformidade que é exigida e se não representa perigo para os trabalhadores.-----

----- Quinta questão, outra questão prende-se com o espaço de restauração do Complexo Desportivo do Casal Vistoso, que continua a não existir. Em 2008 foi a primeira vez que “Os Verdes” pegaram neste assunto, recomendando que este espaço entrasse em funcionamento, pois estava tudo preparado e equipado para o efeito, e as máquinas de distribuição automática estão longe de ser a solução adequada. -----

----- Não se compreende como é possível que a CML demore oito anos, no mínimo, a resolver esta situação e é sobre tudo isto que solicitamos esclarecimentos.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Senhora Deputada, sem prejuízo de alguns elementos de pormenor que depois lhe farei chegar, que não disponho, aqui, dos elementos, eu acho que a Senhora Deputada não pode concluir, não pode tirar a conclusão que tirou, relativamente, ao andamento do programa Escola Nova, pelo contrário, o programa Escola Nova é uma prioridade do executivo, aliás, era uma prioridade já do anterior executivo, é uma prioridade do executivo, e ele tem andado bem do ponto de vista do seu desenvolvimento. E não pode dizer aquilo que afirma de forma curta sem referir o facto de que o programa Escola Nova tem hoje mais setenta intervenções, calendarizadas naquela que tinha na sua versão original. E por isso, quando se diz; “não, mas ele não está concluído”, bom, a questão é que ele não está concluído, mas hoje o programa Escola Nova tem um outro âmbito que não tinha, e em vinte e uma escolas, as obras que estão realizadas são diferentes e muitas vezes maiores do que aquelas obras que estava originalmente desenhadas no programa, como ele foi idealizado. -----

----- É por isso, que não se pode tirar a conclusão direta que tira porque tem sido feito um esforço de grande dimensão e de grande intensidade na renovação do parque

escolar que está sobre responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa e, ainda, assim continuará a ser. -----

----- Tive, aliás, oportunidade aliás, a oportunidade no início deste ano letivo de abrir três escolas, de visitar três escolas que tiveram, recentemente, obras ao abrigo do programa Escola Nova, e obras de diferente natureza e profundidade. Uma obra aguardada há muito, muito tempo, de grande profundidade na escola Silva Porto, aliás, uma escola com trabalho notável do ponto de vista da integração de crianças e jovens com deficiência, e no desenvolvimento de um programa, inclusive, a conselho da Senhora Deputada, aliás, a visitar e a conhecer a realidade daquela escola, e ouvir os pais, e ouvir os docentes, sobre o que é que aquela nova escola significa nas suas vidas, a visita à escola Paulino Montez uma velha e histórica escola, alvo de uma reabilitação profunda, em particular, que eu gostaria de destacar, em particular, todo o espaço envolvente dentro da escola na área do recreio da escola que é, verdadeiramente, impressionante do ponto de vista da qualidade de vida e atratividade da escola pública. É um gosto ouvir os professores, dizerem-nos: “nós hoje temos uma procura muito maior por parte das famílias, e por parte dos jovens que aqui passam, e dizem, eu quero vir para esta escola que é pública, e não há melhor reconhecimento que nós possamos ter...”, mas, também, a intervenção que foi feita, a visita que fizemos à Escola Aida Vieira, onde a intervenção que foi feita ao abrigo da Escola Nova complementa outra intervenção que, anteriormente, tinha sido feita, mas que, agora, finalmente, conseguimos resolver os principais problemas que estão colocados numa escola, aliás, também com um projeto educativo de integração de alta qualidade e de alta relevância. -----

----- É pois um programa que está a correr no seu ritmo, que está a correr bem e que nós queremos prosseguir, iremos prosseguir, sem qualquer reserva do ponto de vista orçamental. E dizer isto, também, significa dizer uma outra coisa, eu acho que o Município de Lisboa tem, hoje, condições para poder negociar com a Administração Central o programa relativamente à requalificação das escolas do 2º e do 3º ciclo. -----

----- Aquilo que o Município de Lisboa não teve condições, pela forma, também, como o Governo, a Administração Central se colocou perante o problema, não está, aqui, e agora, a Deputada Margarida Saavedra, mas este é o momento para termos, está aqui atrás, peço desculpa, este era o momento para termos, para falarmos sobre aquele tema, porque eu acho que é o momento, porque temos, hoje, a confiança no desenvolvimento do ritmo da modernização das infraestruturas que estão já sob a nossa responsabilidade, para podermos pensar no lançamento de um novo ciclo de competências que nos permita começar a recuperar, esse sim, o que começa a ser, e se torna evidente a grande área da dificuldade, que é o Parque Escolar ao nível do 2º e do 3º ciclo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- O PEV, ainda, não terminou a sua intervenção, portanto, segue-se a segunda parte.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “No intervalo correspondente ao período de tempo decorrido entre um de junho e trinta e um de agosto, os serviços municipais inventariaram um outro conjunto de atividades sobre as quais o Grupo Municipal de “Os Verdes” gostaria de obter ainda alguns esclarecimentos.-----

----- Sexto tema, a questão da Higiene Urbana:-----

----- Na página VI da introdução é referida a existência de um projeto-piloto de recolha de resíduos a decorrer na zona da Bica. Ali se informa que, definidos os locais onde deveria ser implementada a contentorização fixa e após sessão com os moradores, como forma de ultrapassar os constrangimentos morfológicos do bairro, a remoção de lixo, que era feita através de sacos para o efeito, passou a ser efetuada através de contentorização comunitária. Ou seja, em vez de as pessoas largarem os sacos no chão da via pública, passaram a ter contentores fixos onde os colocar.-----

----- Mas enquanto na Bica a solução disponibilizada representou uma evolução para os moradores, o mesmo já não se poderá dizer de outras zonas da cidade, como é o caso do Alto do Lumiar e que aparece referido no final da página 104 da Informação Escrita.-----

----- Recentemente, a Direção Municipal de Higiene Urbana procedeu à instalação de um conjunto de ‘ecoilhas’ em PERs junto à Escola nº 34. Com estas ‘ecoilhas’ desativou-se a já existente recolha de lixo nos edifícios de habitação, para passarem a haver contentores - as denominadas ‘ecoilhas’ - onde as famílias se têm agora de deslocar para deixar os seus resíduos.-----

----- Este procedimento avulso apenas foi aplicado nos edifícios de realojamento (PER nºs 9 e 12). Em todos os restantes edifícios tudo permaneceu como estava. Mais se queixam os residentes que esta medida foi implementada no maior ‘secretismo’, sem conhecimento atempado nem da Junta de Freguesia, nem da Gebalis, nem do Grupo Comunitário da Alta de Lisboa.-----

----- Esta alteração sobre a entrada em vigor deste mais antigo sistema de recolha de lixo apenas foi comunicada na véspera da sua implementação, deparando-se os condomínios com um dado adquirido: no dia 28 de Julho tinham recolha de lixo à porta de casa, no dia 29 tiveram de passar a depositar o lixo nas referidas ‘ecoilhas’.---

----- Terá este retrocesso sido introduzido a bem da eficiência e da higiene públicas? Porque não foram atempadamente realizadas ações de sensibilização junto dos moradores, com o apoio das organizações locais? Porquê só em dois quarteirões? Haverá para a CML munícipes de 1ª e de 2ª categoria, quer dentro do mesmo bairro, quer entre bairros distintos da cidade?-----

----- Claro que o impacto e as repercussões desta atitude, que não abonam a imagem do Município, vão muito além do uso indevido ou não das casas do lixo e de comportamentos errados, que antes deveriam ser combatidos com medidas de sensibilização e educação dos moradores.-----

----- Pergunta-se: será que a CML não estaria à espera que intervenções irresponsáveis como esta gerassem indignação junto dos munícipes, perpetuando a estigmatização de

determinadas franjas da população, designadamente as que habitam naqueles PERs? De acordo com um assessor do Senhor Vice-Presidente, a situação apenas será revertida quando a CML “conseguir solucionar a questão da salubridade e a reorganização das casas do lixo onde teriam sido detetados problemas”.-----

----- Assim sendo, vai ou não a CML reverter a situação descrita no mais curto espaço de tempo? Se sim, para quando? VE vai ou não promover novas ações de sensibilização ambiental?-----

----- Sétimo tema, sobre a Direção Municipal de Recursos Humanos: -----

----- Nas páginas 31 e 32 é referida a abertura de vários concursos, designadamente para cantoneiros de limpeza, coveiros, tratador e apanhador de animais e bombeiros sapadores. E na p. 35 é dada informação sobre ações de formação na área da jardinagem, nomeadamente a desempregados com idade superior a 18 anos. Constatamos, porém, que continuam a não ser abertos procedimentos concursais para esta área específica tão carente.-----

----- Recordamos que, em resposta a uma questão levantada pelo PEV, o Senhor Vereador dos Espaços Verdes que hoje, como quase sempre, continua ausente nesta sala, afirmou na Assembleia Municipal de Lisboa, de quinze de julho de 2014, a propósito de um pacote de propostas para externalização de serviços, e passamos a citar; “infelizmente, não podemos contratar mais ninguém”. Por um lado, porque haveria impedimentos legais, por outro porque “se quiséssemos contratar mais alguém, estaríamos a desfazer um serviço público que hoje existe e que não está desmantelado e que é a higiene urbana”. Mais esclareceu que a Câmara Municipal de Lisboa não tinha pessoal suficiente para fazer o tratamento dos espaços verdes, acrescentando que “estamos a tentar dar as melhores condições possíveis aos jardineiros que cá estão a trabalhar e, ainda, dar as melhores condições possíveis à Escola de Jardineiros que queremos incrementar”.-----

----- Ora, no início do mesmo mês, também na Assembleia Municipal de Lisboa, o Senhor Vereador revelou que a autarquia necessitava de “cerca de mil jardineiros para todos os espaços verdes”, explicando que de cento e setenta, oitenta estavam em "serviços moderados" devido à idade, daí a contratação de empresas privadas para trabalhos, num valor global de cerca de dezassete milhões de euros.-----

----- Senhor Presidente, passaram mais de dois anos, tempo suficiente para cumprir a promessa de incrementar a Escola de Jardineiros e Calceteiros, na Quinta de Conde de Arcos. A página 35 da Informação Escrita assinala perto de centena e meia de formandos. No entanto, continuam por abrir os concursos para jardineiros e calceteiros.-----

----- De uma vez por todas, esclareça, por favor, este plenário: se existem formandos capacitados, se há um elevado despesismo em contratação de empresas externas para procederem à conservação da calçada e à manutenção dos espaços verdes, se já não existem impedimentos legais para a abertura de concursos, quando vão ser abertos estes tão necessários procedimentos concursais para jardineiros e calceteiros?-----

----- É pena não estar cá o Senhor vereador dos espaços verdes, como de costume.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa chama a atenção que nós estamos no limite do quórum. -----

----- Aqui do vosso lado direito tenho praticamente as bancadas vazias, está apenas um Senhor Deputado sentado. E, portanto, eu pedia aos serviços que alertassem... não, estou a falar daquela zona toda... que alertassem os Senhores Deputados que possam estar lá dentro que convém virem para a sala porque estamos no limite do quórum. -----

----- O Senhor Presidente tem a palavra para reagir à intervenção do Senhor Deputado Sobreda Antunes. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada olhando aqui para o lado direito da sala começamos a sentir-nos sozinhos e não sei.”-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** retorquiu:-----

----- “Mas olhe que para o outro lado estamos muito bem acompanhados.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra prosseguiu a intervenção: -----

----- “Estamos, estamos bem acompanhados. Estou a dizer é que não se percebe bem onde é que estará a nossa oposição à direita, mas possivelmente se reencontrarão. -----

----- Senhora Presidente, Senhor Deputado, eu gostava de forma muito telegráfica responder-lhe o seguinte. -----

----- Primeira questão sobre as mudanças do Alto do Lumiar, para lhe dar razão. Não correu bem, é um processo que reconhecidamente não deveria ter ocorrido da forma que ocorreu. O Vice-Presidente está já em diálogo com as associações de moradores para se reequacionar a questão e há o compromisso da Câmara de resolver este problema.-----

----- Por outro lado, segundo ponto, é agradecer-lhe a referência que faz ao bairro da Bica e ao novo modelo que está implementado no bairro da Bica. Porque a verdade, se aquilo que nos dá satisfação, aquilo que é nossa obrigação quando temos um problema, é tentar. Tentarmos uma solução, se não conseguirmos, tentamos outra solução, se não conseguirmos voltamos a tentar outra solução, esta é nossa obrigação. -

----- Mas, há uma satisfação grande, é quando conseguimos encontrar uma solução para um problema. E a verdade é que a experiência que hoje está a ser feita no bairro da Bica, está a provar, bem, na resolução dos problemas importantes que era o depósito dos sacos do lixo no chão. -----

----- E a definição de áreas fixas com um sistema, aliás, simples mas inteligente, de posicionamento dos contentores, está a resolver um dos mais importantes problemas de higiene urbana que naquele bairro se colocava. Isso para nós é de grande importância, porque, em primeiro lugar porque ganhámos confiança numa solução que podemos alargar, mas há aqui um valor intrínseco que é a resolução de um problema concreto num bairro, numa área, muito sensível. -----

----- Ora, é esta questão que, aliás, não tive oportunidade de responder há pouco ao Senhor Deputado Magalhães Pereira, mas é esta confiança que nós estamos a ganhar

sobre o diagnóstico que fizemos e a resposta que estamos a introduzir, que nos dá confiança sobre as melhorias na área da higiene urbana, em particular na área da recolha do lixo. Porque o que nós estamos no fundo a montar, é o quê? É uma rede complementar à rede de recolha seletiva porta-a-porta que, durante anos era a coluna vertebral única do nosso sistema de recolha de lixo na cidade. -----

----- Ora percebendo que não se trata só de um problema de organização, percebendo que se não se trata só de um problema de recursos, percebemos que havia aqui um problema de dificuldades, de limitações da própria solução técnica que o Município tinha adotado já há muito tempo atrás. Ora o que é que estamos a fazer? Nós estamos a criar uma rede complementar de espaços de recolha, de depósitos de lixo, de forma separativa, aliás, quando ele é possível acontecer e que estão a ser colocados precisamente nas zonas da cidade que têm sido alvo de depósito dos sacos na rua de forma bastante regular. -----

----- Isto é, nós estamos a começar a instalação destes contentores, precisamente nos sítios em que observamos que há uma recorrência do fenómeno do depósito de sacos, isto é, os locais em que o sistema de recolha seletiva porta-a-porta possivelmente tem mais fragilidades e elas são mais evidentes. -----

----- E, por isso, o caso da Bica é um bom caso e um bom exemplo para resolver aquele problema concreto, mas também para os restantes bairros históricos da cidade de Lisboa. E o nosso modelo de contentores, é um modelo que temos muitas expectativas, boas e fundadas expectativas de que venha a propiciar uma significativa melhoria na higiene urbana da cidade. -----

-----Terceiro lugar Senhor Deputado. Há compromissos que a Câmara assumiu e assume de forma inequívoca relativamente ao serviço público da cidade, e temos muito orgulho nisso. O Senhor Deputado não ouviu, durante todo este mandato, nenhum outro discurso que não fosse o discurso da valorização do serviço público prestado pelo Município e pelos seus trabalhadores. -----

----- Tem visto, aliás, provas sucessivas em diversas matérias de reforço das capacidades operacionais dentro dos vários serviços. Agora, há algo que ninguém pode fazer que é tomar decisões contra o quadro e as restrições legais como se elas não existissem e, depois, também tomá-las de forma a que elas não possam maximizar o resultado do serviço público. -----

----- A verdade é esta, a Câmara de Lisboa hoje não está sujeita à regra, àquela famosa regra que imperou dos dois para um, que implicava a diminuição no número de trabalhadores. Mas nós estamos obrigados à regra do não crescimento da despesa com pessoal e, por isso, as nossas escolhas do ponto de vista do reforço e até da substituição de efetivos ou da contratação do reforço de efetivos, tem que ser muito seletiva. Porque nós não podemos acudir em simultâneo à área da manutenção da cidade, que todos que identificaram e bem que era importante fazer a partir de unidades próprias, não podemos fazer esse reforço também em simultâneo na área da higiene urbana que os Senhores Deputados e o Senhor Deputado diz que é essencial que funcione bem. Fazemos na Assembleia Municipal seguinte e dizemos que temos

que o fazer também nos serviços dos bombeiros, que é uma competência nossa e inalienável.-----

----- E os Senhores Deputados, a Câmara nestas três áreas teve opções positivas, do ponto de vista da tentativa de compensar as aposentações e as saídas nestes setores e até, na medida do possível, em reforçar os efetivos. Mas isto não é compatível com simplesmente pegarmos numa área que, de há muito está externalizada no seu fundamental, do ponto de vista da execução, que é a área dos espaços verdes e dizermos, vamos prestar este serviço com qualidade cá dentro e podemos fazê-lo. Não o podemos fazer do ponto de vista legal dos números e não o podemos fazer face à dimensão que essa situação hoje tem na cidade. -----

----- Acho que seria mau abdicarmos da margem que temos para contratação de recursos humanos, estarmos a criar pequenas unidades que não vão prestar um bom serviço, porque isso significava, aliás, não termos a folga de contratações para aquelas unidades que a Câmara definiu que são o serviço público e no qual não tem, aliás, participação de qualquer operação de natureza privada. E falo naturalmente da área da proteção civil como falo da área da recolha e higiene urbana, tirando novamente a situação particular do Parque das Nações.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa informa que o tempo da Câmara se esgotou e, portanto, terá que se ver agora qual o partido que disponibiliza tempo para a Câmara poder continuar a responder. -----

----- Temos mais três partidos inscritos. O primeiro é o Partido Socialista, depois o Bloco de Esquerda e depois o PCP com duas inscrições. -----

----- O Senhor Deputado David Amado do Partido Socialista para fazer a sua intervenção.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal David Amado (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Da análise da informação escrita respeitante a este período, há uma conclusão a que rapidamente se chega, diz respeito à forma como a cidade de Lisboa tem sido gerida ao longo deste mandato. E essa conclusão é que, neste momento, existe uma visão clara e um modelo de governo para a cidade. -----

----- Os resultados estão à vista, as soluções apresentadas para cada uma das necessidades, serão perpetuadas durante um largo período de tempo em virtude da sua qualidade, pertinência e inovação.-----

----- A cidade de Lisboa governada por Fernando Medina e pela sua equipa é uma cidade melhor, é uma cidade mais reabilitada, mais regenerada e com uma inigualável maior qualidade de vida. -----

----- A maior prova que o atual mandato tem superado largamente toda e qualquer expectativa, é a postura da oposição, em especial a oposição de direita. Perante obra feita, soluções inovadoras, dinamização da economia, como tem reagido a oposição de direita?-----

----- Têm reagido com uma confrangedora falta de ideias, zero de ideias para ser mais preciso. -----

----- Têm reagido com recurso à crítica populista fácil que procura explorar alguma insatisfação, face a uma cidade que se encontra a ser profundamente remodelada para devolver o seu espaço público aos cidadãos. -----

----- Têm reagido com a criação de polémicas artificiais, empoladas e distorcidas. -----

----- Têm reagido com uma insultuosa mistura, entre o que é um projeto autárquico concebido para servir Lisboa e candidaturas de afirmação pessoal de índole meramente partidária. -----

----- A oposição de direita encara o próximo desafio autárquico como uma tábua de salvação dos seus líderes. -----

----- Têm reagido com a aquisição de mapas. Sim, não me equivoquei, com a aquisição de mapas. Uns, porque descobriram agora o vento e a água de Lisboa e poucas ruas conhecem e, outros, porque desesperam para encontrar a namorada do candidato desconhecido e não se querem enganar e ir ter ao Largo do Caldas. -----

----- Ideias para Lisboa, nenhuma, muito pouco para quem tanto critica e para quem tanto critica sem nenhuma razão. Percebe-se bem o motivo para este estado de espírito de criticar por criticar, para quem está ávido de chegar ao poder e vê esse objetivo cada vez mais distante, o desespero começa a ser por demais evidente. Para quem procura encontrar nos lisboetas motivos de descontentamento com Fernando Medina ou críticas ao trabalho que a Câmara Municipal de Lisboa tem feito e apenas houve o eco da sua própria voz. O desânimo toma o lugar da criatividade que deve estar por trás de novas ideias e novas soluções. -----

----- Sejam claros, sinceros e pragmáticos, Lisboa está melhor, Lisboa melhora de dia para dia e neste percurso de progresso há muito que a oposição se demitiu de o acompanhar. Acaba por ser confrangedor ver o frenesim com que tentam empolar questões mínimas, agitam-se, gesticulam, organizam-se nas redes sociais, conseguem algum espaço mediático, mas acabam sempre por se deter no mesmo problema, a realidade. E a realidade é apenas uma, Lisboa está melhor e para mal da oposição, os lisboetas reconhecem isso. -----

----- Esta é uma vantagem de ouvir os problemas das pessoas e apresentar soluções para que resolvam esses mesmos problemas, esta é uma vantagem de se saber o que se pretende e ter uma estratégia para a cidade, esta é uma vantagem de quem teve que arrumar a casa, pagar as dívidas que nos deixaram como herança e construir tudo a partir do zero. -----

----- E este é outro obstáculo que a oposição de direita não consegue ultrapassar, a memória dos lisboetas. Os anos passam, mas o trauma da cidade que definhou sem rumo e sem dinheiro para andar, continua bem presente na memória de todos nós. Mas deixemo-nos de falar do passado, ainda por cima quando esse passado é um episódio que nos entristece a todos, a nós que tivemos que construir o que a direita destruiu e à direita que não precisa de ser mais uma vez relembrada da profunda incompetência que demonstrou na gestão da cidade. -----

----- Permita-me Senhor Presidente, até porque o foco da minha intervenção é de destacar a informação escrita deste período, algumas matérias que considero de importância para a vida da cidade de Lisboa.-----

----- A primeira delas é-me especialmente cara enquanto Presidente da Freguesia de Alcântara, refiro-me, obviamente, a mais uma etapa da descentralização de competências do Município de Lisboa para as juntas de freguesia.-----

----- A aprovação dos contratos de delegação de competências no passado mês de Julho, reforça a orientação estratégica que é um reflexo da reforma administrativa. É demonstrativa da forma descomplexada como o Município de Lisboa se relaciona atualmente com as freguesias, reconhecendo não só a importância destas, mas dando uma prova sólida de confiança no trabalho que os autarcas têm executado.-----

----- Este conjunto de competências que foram agora descentralizadas é absolutamente inovador. O que antes era excecional, nomeadamente a requalificação de ruas ou a construção de novos equipamentos, passou a ser natural dada a capacidade de execução que as juntas de freguesia possuem neste momento. Prova-se que a reforma administrativa da cidade de Lisboa tem avançado com passos seguros e sustentáveis, sendo estes marcados por um processo de amadurecimento do qual beneficiam, uma vez mais as pessoas.-----

----- Ainda sobre os benefícios das pessoas, congratulo-me pelo anúncio da instalação da nova Loja do Cidadão no Mercado 31 de Janeiro. Penso que esta é uma excelente notícia para a cidade e que é merecedora do reconhecimento geral desta Assembleia. A ideia de dotar um dos mercados que possuiu das melhores ofertas a nível de frescos da cidade com um serviço essencial para a população, é verdadeiramente inovador. Este projeto é de resto, apenas mais um dos que têm sido anunciados recentemente e que irá transformar os mercados de Lisboa, impulsionando os mesmos, introduzindo novas dinâmicas económicas, sociais e culturais, num setor que estava estagnado na sua oferta tradicional.-----

----- Por outro lado, corrige-se no presente um erro crasso do Governo PSD-CDS que, em 2013, decidiu encerrar a Loja do Cidadão dos Restauradores e nunca teve a capacidade de encontrar alternativas que substituíssem os serviços essenciais para a população que ali eram prestados.-----

----- Numa outra perspetiva, da valorização cultural contemporânea e de alargar a oferta turística para além do centro histórico, destaco o anúncio que foi feito por ocasião do 50º aniversário da Ponte 25 de Abril, do futuro Centro Interpretativo - Experiência Pilar 7, o projeto que integra um miradouro panorâmico e uma experiência sensorial, física e intelectual no pilar da ponte em Alcântara.-----

----- O ponto alto deste centro interpretativo é criação do miradouro panorâmico, ao qual se acederá por elevador e que será construído à altura do tabuleiro da Ponte que permitirá uma vista inédita e privilegiada sobre a cidade de Lisboa.-----

----- Espera-se que este projeto receba 175 mil visitas por ano, o que irá obviamente, dinamizar a economia local.-----

----- Numa área que é especialmente sensível à governação da cidade, a higiene urbana, por diversas vezes o Grupo Municipal do PS tem dado merecido destaque ao

trabalho desenvolvido pela Autarquia nesta área. O que nos parece bastante positivo, não obstante haver aspetos pontuais que importam ser corrigidos.-----

----- É neste contexto e porque a higiene urbana influencia diretamente a perceção que as pessoas possuem da qualidade de vida que têm, quero destacar o projeto-piloto que começou a funcionar no Bairro da Bica e que pretende substituir a remoção de resíduos através de sacos, por remoção através da contabilização comunitária. -----

----- O desenho final do deste projeto-piloto resulta do diálogo com os moradores que, é uma nota positiva que importa destacar. A colocação de cerca de 80 contentores de 240 litros e os ecopontos enterrados que já começaram a ser colocados, têm-se mostrado com uma excelente solução que pode ser comprovada pela redução significativa do lixo nas ruas. Parece-me legítima a conclusão que o alargamento deste sistema a toda a cidade, irá permitir um sistema de recolha mais eficiente e com menos lixo nas ruas. -----

----- Direta consequência de uma ação da CML, é o facto de a cidade de Lisboa ter antecipado o cumprimento das metas definidas no pacto dos autarcas e dos compromissos com a Comissão Europeia, ao ultrapassar a redução de 20% de emissões de CO2, previstas no plano de ação para 2020. Este resultado tornou-se possível, através da adoção de políticas de consumo energético eficientes e estou em crer que também a política de restrições ao trânsito em determinadas zonas da cidade, terá o seu reconhecimento reforçado em breve no que diz respeito a avaliações de índole ambiental.-----

----- A perceção positiva da cidade por quem aqui vive, trabalha, estuda ou nos visita, tem na segurança um fator fundamental. É por este motivo Senhor Presidente que o Grupo Municipal do Partido Socialista, se congratula com a assinatura com o Governo central dos novos contratos locais de segurança para o Bairro do armador, do Condado, do casal dos Machados, da Cruz Vermelha e bairro de Santos. -----

----- O trabalho do atual Executivo junto destas populações destes bairros, tem sido profícuo, constante e tem dado bons frutos, servindo para diminuir as assimetrias e os estigmas para com quem ali reside. -----

----- Com a assinatura dos contratos locais de segurança, pretende-se a redução das fragilidades sociais, atuar preventivamente junto da criminalidade e da delinquência e generalizar o sentimento de segurança entre os habitantes destes bairros. -----

----- Finalmente, uma referência a dois eventos que por diferentes motivos agitaram de uma forma muito positiva a vida da cidade de Lisboa. -----

----- O primeiro deles foi a 2ª edição das Olímpiadas, um sucesso em toda a linha, cujos números dispensam mais comentários. Mais de 8300 atletas inscritos em 12 modalidades oficiais, 4 paraolímpicas e 8 de experimentação, mais de 90 eventos desportivos, envolvendo 412 treinadores, 153 árbitros e mais de 300 horas de atividade desportiva.-----

----- O 2º evento foi o The Tall Ships Race Lisboa 2016, que decorreu entre 22 e 25 de Julho e onde os 50 veleiros levaram milhares de pessoas à beira Tejo, provando que a estratégia devolver a frente ribeirinha aos lisboetas, é acertada. Curiosa nota, é o facto de antes de alguns descobrirem que tinham a água do Tejo colada à sua alma, já

outros trabalhavam diariamente para que as barreiras que separam os lisboetas do seu rio, fossem eliminadas.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, o que foi feito continua a ser bem feito, com renovada energia e redobrado sentido de missão. O que falta fazer está a ser feito, a um ritmo desafiante, incessante e que está a mudar para melhor a cidade de Lisboa.-----

----- O trabalho que a equipa liderada por Fernando Medina tem vindo a apresentar aos lisboetas é, como se pode comprovar através de pontuais exemplos retirados da informação escrita, diverso e transversal. E Lisboa tem sido amplamente desenvolvida em todas as áreas, em todas as freguesias e em todas as faixas etárias. Lisboa está bem, está bem e recomenda-se, Lisboa é cada vez mais uma cidade de todos e para todos.”-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente pergunto se quer reagir à intervenção do Senhor Deputado David Amado, se quer acrescentar alguma coisa?-----

----- Faça favor Senhor Presidente, tem a palavra.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “De forma muito telegráfica para agradecer as palavras do Senhor Deputado, para lhe agradecer, aliás, leitura política que fez bem sobre o momento que a cidade vive. Para lhe confirmar a vontade e energia do Executivo em prosseguir na execução do programa, mas também para referir, para salientar um elemento que referiu que, não pude referir todos a minha intervenção, que é precisamente o que o Senhor Deputado fez alusão, dos contratos locais de segurança.-----

----- É uma iniciativa a que atribuímos grande importância. Porque é um instrumento de deteção de trabalho comunitário, de articulação das diversas instituições e entidades sobre um determinado território que pode aumentar os níveis de segurança e, mais importante, ou tão importante, peço desculpa, os níveis de perceção de segurança das pessoas de uma determinada comunidade.-----

----- Foi uma iniciativa que abraçámos com empenho, com compromisso, com sentido de vontade que funcione, que a partir do trabalho das várias comunidades e de todos os agentes sobre as várias comunidades, possamos de forma preventiva agir sobre estratégias de segurança.-----

----- Por último e já percebi que a minha intervenção ficou bastante aquém das realizações do período. Gostava de chamar a atenção de um facto que creio que será também saudado pela generalidade dos Senhores Deputados. Que é que, finalmente, foi estabelecido o protocolo que vai permitir que a cidade tenha o tão ambicionado museu judaico, que vai ter e que vai nascer na Mouraria. Era algo que vinha a ser procurado há vários anos, era algo que vinha a ser alvo até de aprovação das várias forças partidárias, foi finalmente concluído.-----

----- Permitam-me hoje, pois, tenho que felicitar a equipa toda de vereadores, que todos eles conseguiram feitos muito importantes neste período. A Vereadora Catarina

Vaz Pinto e a sua equipa que depois de muitos anos de luta e de persistência na defesa da criação do museu, foi possível reunir as condições financeiras e organizativas, com o apoio mecenático importante da Fundação Patrick Drahi, para que o museu seja a uma realidade. Era mais uma das realizações do período a que eu não tinha feito referência.”-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Pode ser estranheza da minha parte, mas creio que é em Alfama, correto?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra retorquiu:-----

----- “Sim, sim, é em Alfama.”-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É que o Senhor Presidente disse na Mouraria e já estava a imaginar uma paz entre Israel e a partir do museu, já que na Mouraria...” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra retorquiu:-----

----- “Tem toda a razão Senhora Presidente, em Alfama, mesmo ali paredes-meias com a fronteira.”-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, muito bem. Vamos passar à próxima intervenção, é do Senhor Deputado Ricardo Robles.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Lemos atentamente a informação escrita do senhor Presidente para o trimestre que passou.-----

----- Continuamos o tom elogioso da última intervenção e queremos também saudar o protocolo para a abertura da Loja do Cidadão no mercado 31 de Janeiro. É um equipamento que faz muita falta a quem vive e quem trabalha, não só quem vive mas também quem trabalha em Lisboa. Por vezes, alguns dos serviços representados na Loja do Cidadão têm deficiências, não conseguem responder, mas o facto de se poder concentrar num só espaço muitos dos serviços que normalmente são utilizados pelos cidadãos e cidadãs de Lisboa, é um facto relevante e fez muita falta deste que a loja dos Restauradores foi encerrada. Está previsto para o verão de 2017 aguardaremos e esperemos que seja concretizado. -----

----- Depois, uma referência à revisão do regulamento de horários de funcionamento de estabelecimentos de venda ao público. Foi um regulamento muito discutido, muito polémico. Nesta Assembleia, apresentámos todos as nossas propostas, o Bloco de Esquerda apresentou as suas, não as viu a vingar, nomeadamente quanto às grandes superfícies e aos estabelecimentos, as lojas de conveniência. Entendemos que o

regulamento teria ficado mais justo e mais operacional para a cidade, se tivessem sido estas propostas aceites, mas ele está aprovado e entrará em vigor.-----

----- Depois gostávamos de referir a um dos pontos que consideramos fulcrais na política de educação do Município que se relaciona com as creches. É referido no ponto do dia da criança a inauguração da creche da voz do Operário, é referido o programa B-a-bá que ainda não está completo, tanto quanto sabemos.-----

----- Foi um programa interessante em que o Município se propôs a abrir vários equipamentos para crianças, creches, mas prolongou-se demasiado no tempo e é manifestamente insuficiente. Milhares de famílias, neste período que agora terminámos, atravessam-no de forma angustiada porque não sabem onde deixar as suas crianças a partir do mês de Setembro. -----

----- A oferta é muito pouca e a que existe ou é ao nível de IPSS ou privados, com preços absolutamente inoportáveis e que, portanto, criam dificuldades muito grandes às famílias em Lisboa. E, portanto, era importante que o investimento do Município nestes equipamentos fosse muito maior, que fosse dada uma prioridade política a estes equipamentos porque, de facto, fazem muita diferença na vida de tantas famílias na cidade de Lisboa. E se as queremos fixar, se lhes queremos dar incentivos à natalidade, temos que começar por aí, dar-lhes hipótese de deixarem os seus filhos com segurança e em locais com qualidade, onde possam estar descansados.

----- Depois, uma referência ao Regimento de Sapadores Bombeiros. A informação escrita faz-nos o registo da abertura de novo concurso para 50 novos bombeiros. -----

----- Sabemos, porque também assistimos ao Dia dos bombeiros no passado dia 11 de Setembro e assistimos aos dirigentes da Associação de Bombeiros, de que há uma carência brutal de recursos humanos no Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa. Estes 50 novos postos de trabalho, estes novos 50 bombeiros crescem ao curso que já está com a sua recruta em funcionamento, mas são, de facto, muito poucos.-----

----- As necessidades do Regimento Sapadores Bombeiros são muito superiores, estão em défice de pessoal há muitos anos, isso reflete-se na capacidade operacional do Regimento de Sapadores Bombeiros e a saída por aposentação ou reforma de alguns dos bombeiros tem sido superior às necessidades que agora serão colmatadas com estes cursos.-----

----- Portanto, investir em mais recrutamento deve ser uma prioridade para o Executivo e também ao nível dos equipamentos. Essa também foi uma das críticas feitas nessa sessão e gostaríamos de a sublinhar, porque é, de facto, uma prioridade para garantir o socorro na cidade de Lisboa, sobretudo quando sabemos que temos uma taxa que trata exatamente da proteção de pessoas e bens na cidade. É uma taxa que tem uma recolha bastante significativa para este tipo de serviço e, portanto, é preciso que esses valores sejam efetivamente aplicados. -----

----- E continuamos também à espera, eternamente à espera, do regulamento interno do Regimento de Sapadores Bombeiros que é um documento que toda a gente reconhece a sua importância, mas que continua algures em parte incerta. -----

----- E, por último, gostaríamos de abordar um tema que ouvimos até aos últimos segundos da sua intervenção e estávamos na iminência de que ele fosse abordado, mas

o Senhor Presidente não o fez, que se relaciona com o cancelamento da empreitada mais relevante do seu mandato. Portanto, a obra que seria a obra mais importante e que teria de ser feita de todas as formas e nunca seria deixada cair, foi cancelada no dia 2 de Setembro deste ano. -----

----- Sabemos que a prioridade que deu às obras da 2ª Circular, era um projeto que não poderia falhar de maneira nenhuma. E o Senhor Presidente convocou a comunicação social e informou que essa empreitada seria cancelada, evocou os seus motivos. Mas houve algo que no entender do Bloco de Esquerda pode ter falhado, que era ter comunicado a este órgão que se envolveu tanto na discussão deste processo e que merecia um mínimo de dignidade no seu tratamento e, portanto, merecia alguma informação deste tipo e não foi dita uma única palavra sobre o assunto. Recebemos às 4 horas da tarde e 21 minutos, um relatório que o senhor Presidente, que já tínhamos pedido por requerimento através da presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, há cerca de 3 semanas e que chegou hoje às 4 horas da tarde e 21 minutos da tarde. -----

----- Uma empreitada com esta dimensão merecia mais informação. Não a tivemos informação. Tivemos informação sobre outras empreitadas que também decorreram fora do período que abrange esta informação escrita, a estação Sul e Sueste no dia 7 de Setembro, o Palácio da Ajuda no dia 19, a demolição das alvenarias no dia 15 e, portanto, a abordagem a este tema que foi tão relevante durante tantos meses, foi nula, desapareceu, evaporou-se. Sendo que voltámos a ter notícias na semana passada de que, ao que consta na comunicação social, porque não recebemos nenhuma informação nesta Assembleia, de que o júri que foi inicialmente formado em Março, em Junho foi totalmente alterado à exceção de uma vogal, mas todos os membros efetivos e suplentes foram substituídos. Pela comunicação social também soubemos que foi devido a férias, mas depois na proposta que é suposto ir à Câmara Municipal de Lisboa, atente-se que o motivo será uma complexidade da análise do concurso, complexidade essa que já se sabia à partida de que existiria, portanto, não existem dados novos. -----

----- E, portanto, a confusão continua a pairar sobre este processo e naturalmente, como é sabido, o Bloco de Esquerda vai manter a sua proposta de criação de uma comissão eventual. Porque, de facto, as informações escassam sobre este processo e agora tínhamos essa oportunidade que o Senhor Presidente teve há pouco na sua apresentação e não foi dita uma única palavra sobre o assunto, parece evaporou-se o tema e deixou de ser relevante para a cidade. E, portanto, nós Bloco de Esquerda, vai voltar ao tema brevemente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara, tem tempo cedido pelo Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu: -----

----- “Quero em primeiro lugar registar o facto de ter saudado o protocolo com o Estado, relativamente à Loja do Cidadão, pela importância que tem. -----

----- Relativamente à questão das creches. O Programa Bê-á-bá como foi delineado, está concluído, está concluído e bem concluído, em particular, a partir do momento em que nós assinamos acordos de cooperação com a Segurança Social, que nós não, que as instituições assinaram e que se desbloqueou o problema da igualdade de acesso às creches.-----

----- O programa B-a-bá põe-nos numa situação que é, nós Lisboa, temos uma taxa de acesso aos equipamentos de creche que é, já hoje, superior à taxa que é usada como taxa de referência na Segurança Social para as instalações e equipamentos de creche. Que, na média que é utilizada como padrão europeu, definido na Convenção de Barcelona, corresponde a uma taxa de 33%. Isto é, convenção é o valor que está definido como valor de referência para os equipamentos de creche em função do número de crianças. Ora, Lisboa com o B-a-bá terá 39%.-----

----- Qual é agora o próximo passo? O próximo passo é fazer uma leitura fina, mais fina da realidade, porque Lisboa tem a situação particular de ser o ponto de chegada de uma população circulante que é igual à população residente. Mais, é uma população circulante que tende a ser mais jovem do que a população residente. Só que isso já não se compagina com os modelos, diria eu, tradicionais de avaliação e determinação das infraestruturas, porque já não estamos a falar de infraestruturas junto dos locais de residência, estamos a falar de infraestruturas, muitas vezes mais próximas dos locais de trabalho.-----

----- Este trabalho, vamos fazê-lo. Vamos fazê-lo com a Segurança Social e, na minha opinião, deve ser feito também em complemento com o que eu creio que tem que ser um objetivo da Câmara de Lisboa para o próximo mandato, que é antecipar o que é a generalização do pré-escolar ao nível dos 3 anos, que acho que deve ser um objetivo central para a cidade e estamos na linha da frente esse objetivo.-----

----- Neste âmbito gostava ainda uma última notícia que é a abertura, em breve, de 3 novos equipamentos. Um no Beco do Loureiro, um segundo que está em desenvolvimento no Convento do Desagravo e em terceiro lugar um Jardim-de-Infância na escola do Rego, integrado na Escola Mestre Arnaldo Louro com a passagem do jardim-de-infância para creche neste equipamento.-----

----- Terceira questão relativamente ao Regimento Sapadores Bombeiros. Não posso aceitar a crítica ao Executivo nesta frente. De forma alguma, relativamente aos meios afetos, nomeadamente financeiros, acho que a aposta que fizemos de uma taxa de proteção civil dedicada aos serviços de proteção civil, está a permitir um investimento e a resolução de problemas antigos do regimento e melhorámos os níveis de proteção da cidade.-----

----- Mas também, relativamente aos recursos humanos, não foi nenhuma limitação imposta pela Câmara, pelo contrário, que impediu que houvesse um maior número de admissões no regimento. A questão que se colocou é que o concurso foi aberto com um número de 50 que se podia alargar com uma reserva de recrutamento, mas não passaram nos testes o número de candidatos suficientes. E, por isso, é algo completamente alheio à vontade da Câmara e, por isso, estamos de novo a abrir novo concurso, para novos 50. Que são sempre processos muito morosos porque

candidatam-se centenas de pessoas, porque é preciso realizar provas, testes de aptidão, etc., etc., etc., que nos está a adiar o processo de reforço dos efetivos, neste caso até de suprimos as diminuições por aposentação dos efetivos. -----

----- Mas, esta área do Regimento Sapadores Bombeiros, claramente é uma área que a Câmara definiu, uma área de serviço público que tem que ser dotada dos recursos humanos, temos que compensar o sistema de aposentações. E repare Senhor Deputado como lhe respondo diferente daquilo que respondi ao Senhor Deputado relativamente aos serviços, por exemplo, de jardinagem. Aí não há vantagem, não há possibilidade de nós propiciarmos um serviço público internalizado e com qualidade. -----

----- Na proteção civil fizemos essa opção, sim, e não é por responsabilidade da Câmara que isto não aconteceu. -----

----- Última questão, de grande importância, que o Senhor Deputado traz relativamente à 2ª Circular. Não me referi a ela aqui, pela simples razão de ter vindo expressamente a semana passada, creio eu, há 2 semanas, aqui à Assembleia Municipal especificamente falar só sobre o tema da 2ª Circular e foi por essa razão que não me referi a ele. -----

----- Eu vou repetir aqui exatamente aquilo que disse e aquilo que é a posição, porque não vale a pena, ou melhor, os Senhores Deputados insistem em criar uma situação. Eu tenho que insistir na resposta do Executivo, à situação que está gerada. -----

----- O Executivo tomou, eu propus que o Executivo tomasse, eu vou propor ao Executivo que tome formalmente em reunião de Câmara a decisão de não adjudicação, porque acho que é a única decisão razoável que um Executivo pode fazer perante o relatório preliminar do júri, como aquele com que foi confrontado. -----

----- Oh Senhor Deputado aqui é bom que não tenhamos, sejamos muito claros e sem nenhuma ambiguidade sobre o que está colocado. A lei define um conjunto de competências próprias do júri. O júri exerceu livremente essas competências. E numa fase avançada do processo, bastante avançada do processo, o Executivo é colocado perante um relatório preliminar que colocou indícios fortes de práticas que não poderiam relevar à adjudicação da empreitada. É o júri que propõe não adjudicar a empreitada. -----

----- O relatório que agora fiz chegar à Assembleia Municipal, é precisamente esse relatório preliminar, foi tornado público e que sustenta a decisão do júri, ainda não é o relatório final. -----

----- Mas, perante aquela informação que outra posição razoável poderia o Executivo tomar? -----

----- Quando o júri que foi nomeado quando se lança o concurso, quando à decisão de contratar a empreitada, quando se lança o concurso é criado um júri para acompanhar todo o processo, para avaliar as propostas, prestar esclarecimentos, mais, o Senhor Deputado não ignora que a lei determina que o júri desenvolva as suas funções de forma independente da atuação do Executivo e foi isso que aconteceu. E volto a sublinhar, contra a minha vontade, isto é, eu não queria que isto acontecesse. -----

----- Eu fui das pessoas que mais se bateu pelo processo da 2ª Circular, eu continuo a acreditar que o projeto é um bom projeto, é um projeto necessário, é um projeto

importante, aliás, nós tivemos os dois alguma divergência, no sentido, quer dizer, nós não discordamos bem sobre a necessidade do projetos, nós discordamos sobre o grau e o seu desenvolvimento. O Senhor Deputado do BE defendia uma versão que era, deviam ser mais arrojados, deviam ter uma via dedicada a transporte público, mas não havia divergência.-----

----- Eu continuo a pensar o mesmo e, aliás, várias vezes sublinhei que aquilo que me afastava do BE relativamente à visão da 2ª Circular, era só uma questão de prudência e de tempo. É que eu acho que a 2ª Circular deve caminhar nesse sentido que o Senhor Deputado e o Bloco de Esquerda defendem, mas só depois de nós resolvermos a questão dos nós e das questões dos acessos, para que possamos então depois fazer essa utilização dedicada da faixa ao transporte público. -----

----- O projeto da Câmara, como sabemos, não contemplava isso e, por isso, eu digo, infelizmente o processo não avançou. Agora, nós tomámos uma decisão a bem da defesa do interesse público, exclusivamente orientados na defesa do interesse público e digo-lhe, infelizmente, tive que tomar a decisão que tomei que é propor à Câmara que o processo termine. -----

----- Tenho assistido, não digo com surpresa, porque não tenho nenhuma surpresa, à constante introdução de elementos de ruído e de desinformação sobre a matéria. Muitos desses elementos, eu tenho-me absterido sequer de comentar, porque há um relatório final de um júri, que é quem tem a responsabilidade legal e formal de providenciar essas respostas. Há um conjunto de matérias têm surgido na comunicação social, sobre realidades ou não realidades levantadas por este ou aquele interesse privado associado à empreitada que não cabe ao Executivo, nesta fase, ter qualquer comentário, cabe ao júri ter essa essa liberdade e essa liberdade de fazer o relatório final sem qualquer constrangimento. E, por isso, aguardarei com toda a serenidade o relatório final do júri que deve, aliás, estar por dias para ser apresentado. -

----- Foi por outro lado levantado, uma questão de um outro tipo de natureza que é, a questão da alteração do júri, isto é, a criação de uma insinuação que é, o Executivo queria mudar a natureza da obra, então mudou o júri pela sua natureza. Oh Senhor Deputado isso é um puro domínio do absurdo, é falso em primeiro lugar, é do domínio do absurdo e não cabe na cabeça de ninguém pensar que um Executivo faria algo dessa natureza. -----

----- São muito mais as empreitadas em que há alterações júri por vários procedimentos, que são totalmente alheios ao Executivo e que decorrem ao nível da direção das obras, do que as empreitadas nas quais o júri se mantém até ao final. Eu tenho aqui uma lista que depois poderei distribuir, que tem empreitadas contratadas ao longo do ano de 2016, durante 2015 e 2016, em que há alterações de júri que são ratificadas posteriormente ao nível do Executivo Municipal. -----

----- Porque é que se dão estas alterações? Porque se dão, porque por regra os júris são constituídos por pessoas, por técnicos e dirigentes dos serviços, há necessidades de organização do trabalho que são esses dirigentes que tomam essas decisões e que providenciam que os júris possam ter aquela ou terminada composição em terminado momento. E essa decisão, obviamente, tem que ser ratificada em decisão de Câmara. --

----- Agora, daí a intuir que há qualquer motivação do Executivo nessa alteração, é algo completamente absurdo. Oh Senhor Deputados, vamos lá ver se nos entendemos, eu defendo o projeto da 2ª Circular, mas se eu por alguma razão tivesse mudado de ideias, passa lá pela cabeça de alguém que eu inventasse uma história rocambolesca de mudar um júri, para inventar uma história sobre um procedimento. -----

----- Mas isto é só na cabeça de quem não tem mais nada para fazer, isto é na cabeça de quem não tem nada para criticar, isto é de um nível de...oh Senhores Deputados, isto começa a ser tão, como hei de dizer, tão fora de qualquer sentido. -----

----- O Senhor Deputado veja o seguinte, eu enfrento a oposição daqueles que dizem que o projeto é mau, depois enfrento a oposição dos mesmos que dizem que o projeto é péssimo e se avançar prejudica as pessoas, e depois dizem que eu invento uma história toda rocambolesca, mas que eu avanço, mas por razões eleitoralistas, eu avanço. Veja lá Senhor Deputado, ele é mau, mas eu avanço por razões eleitoralistas. E, depois, são as mesmas pessoas que se esquecem que, afinal, o projeto tinha razões eleitoralistas, não, eleitoralismo foi parar o projeto e para parar o projeto eu teria inventado uma história. -----

----- Senhores Deputados a vida é muito mais simples, muito mais linear, muito mais clara, muito mais, neste caso, aliás, até triste da história que é. A CML, segundo a opinião do júri, o júri teve fortes indícios que a Câmara Municipal de Lisboa pudesse estar a ser enganada num processo de contratação e funcionários públicos diligentes, tiveram a coragem de o escrever e de propor ao Executivo que não avançasse. E o Executivo, no cumprimento da sua missão de defesa do interesse público, fez a única coisa que eu já referi aqui que não merece qualquer elogio, nós cumprimos a nossa missão, é perante esta apreciação, não avançar. A história é tão simples quanto esta e tão triste, se se vierem a confirmar os indícios que o júri levantou e que eu, no tempo próprio, disse como é que eles iriam ser lidados. -----

----- Por isso, o relatório final do júri será apresentado, o relatório final do júri será presente ao órgão executivo, com a decisão do Executivo sobre o relatório final encerrar-se-á o processo do ponto de vista administrativo. Eu combinei com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, nesse momento será facultada à Assembleia Municipal, todas as peças do processo administrativo concluído de trás para a frente, relatório final, alegações ou pronúncias das partes relativamente ao relatório preliminar, o relatório preliminar, a decisão anterior de adjudicação, todos os relatórios em todas as fases do processo. Isto é, desde o caderno de encargos à decisão final, todas essas peças virão para a Assembleia Municipal, organizadas, por ordem, e o Vereador Manuel Salgado, como responsável das obras e eu próprio, naturalmente como Presidente da Câmara, virei cá as vezes que forem necessárias para todos os esclarecimentos. -----

----- E por isso, não há aqui nenhuma questão com o tempo, o tempo será aquele que os Senhores Deputados acharem, até se sentirem devidamente, esclarecidos. Mas dentro de uma coisa, é que cada um cumpre a sua missão de acordo com o que a lei define, e o que nós cumprimos é a nossa missão, dentro da lei, e não fora da lei. -----

----- Nós temos de tomar uma decisão, o Executivo pronunciou-se pela abertura do concurso, o Executivo pronuncia-se pela decisão de adjudicação, ou pela decisão de não adjudicação e é isto que faz, o resto, aguardemos pelo relatório final do júri que espero, aliás, que seja bem esclarecedor sobre muito do ruído que, aliás, mais não tem feito, Senhor Deputado, e desculpe dizer-lhe isto, porque não gostava que o Senhor Deputado alinhasse nessa linha, muito do que aparece feito a única coisa que tem feito é diminuir a autoridade dos serviços e dos servidores públicos que tomaram as decisões em consciência, que propuseram a tomada de decisões em consciência e muitas vezes que ouço se mais não são do que fazer eco de interesses privados contra a defesa do serviço público simplesmente para obter ganhos políticos a achar que atacam o Executivo. -----

-----Olhe, eu não me sinto rigorosamente nada atacado com este tipo de coisas, interessam-me pouco esses cálculos e interessam-me pouco essas engenharias, porque tenho a certeza que propus em consciência, a única coisa que podia ter proposto que era que o concurso não prosseguisse Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

-----Muito Obrigada Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados a bem da organização aqui dos nossos trabalhos informo que ainda temos duas intervenções do PCP, tem o seu tempo para a esta parte dos nossos trabalhos, nós caminhamos já para uma hora avançada da nossa Reunião, aquilo que eles e a sugerir o seguinte: das propostas que temos pendentes, pense que a que era muitíssimo urgente ser apreciada hoje é a 344, que já veio para que em julho e trata-se de um do protocolo desses do direito de superfície com o Instituto de Apoio à Criança e eu tenho notícia que há já uma data marcada para assinarem o protocolo e, portanto, poderia vir a ser prejudicial se não viesse a ser apreciada hoje, quanto às restantes propostas, nós não tivemos tempo de entrar nelas aquilo que eu iria sugerir era o seguinte e desde já .... Diga? E a nomeação do ROC, eventualmente, Senhor Vereador, não sei se consigo depende do tempo que as coisas demorem mas tenho que vos transmitir o que foi assente em Conferência de Representantes. -----

----- Nós temos para agendamento pendente apenas 2 ou 3 propostas para além das de hoje, não justifica estamos a marcar uma reunião na véspera de feriado de dia 4 com poucas propostas que não enchem uma tarde inteira e, portanto, ficou combinado que a próxima reunião é dia 11 de outubro e é o Debate Temático “Economia na Cidade” às 18 horas. Se porventura nós não esgotarmos esta Ordem de Trabalhos aquilo que eu proporei é que, nesse dia 11 em deste começámos às 18 começemos, por exemplo às 17, esgotamos o que tivemos para esgotar e depois fazemos o Debate Temático, eu não gosto de juntar outras coisas ao Debate Temático, mas são propostas que não são propostas de enfim, de grande dimensão e penso que poderíamos resolver o problema assim. Estou a dar estas informações para gerirem a vossa agenda e para ver se conseguimos levar a cabo os nossos trabalhos que temos para hoje e, portanto, se se possível vamos ver agora o tempo que temos, mas se possível, pelo menos a proposta de 344 e se possível a proposta e 457 que é o auditor das contas seriam as duas que eu deixaria, se fosse possível para serem aprovadas hoje, pelo menos estas, vamos ver

como é que o resto da nossa sessão .... Desculpe dia 4 em princípio é véspera de feriado está combinado não haver sessão.... Peço Desculpa mas já verei, mas não, fica também fica agarrada às outras que estão penduradas, as repartições de encargos... ---  
----- Vamos ver como é que decorrem os trabalhos e não vou perder mais tempo com isso e vamos dar agora a palavra ao último partido inscrito nesta fase do nossos trabalhos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Nós vamos ser em breves, até porque já estamos um bocadinho além da hora habitual de estarmos despertos para o debate, além do mais verificamos que o entusiasmo do nosso Presidente da Câmara, naturalmente, leva o tempo atrás e gastando o tempo, dele e dos outros, lá se vai gastando o tempo para as respostas que possam ser mais ou menos pertinentes.-----

----- Nós não vamos aqui nem queremos valorizar ou sobrevalorizar os incómodos, dificuldades e outras provocadas pelas obras em Lisboa. Nós sabemos que são dificuldades de contexto, nós aceitamos que só os custos naturais do processo para uma melhoria da cidade, por isso nós não temos dúvidas nem queremos esconder os incómodos, os problemas, as dificuldades, mas não explorar outras razões que não sejam eventualmente o planeamento acertado das coisas. -----

----- Fizemos e anunciámos a que a grande campanha da pavimentação nós queremos a pavimentação contínua, queremos o planeamento para o próximo semestre e para o próximo ano, mesmo o ano de eleições, nós queremos uma pavimentação das ruas que faltam e das que entretanto, vão necessitar de pavimentação. Nós queremos uma intervenção sistemática a integrada onde os 3 pilares não sejam só a pavimentação e a requalificação, mas também a circulação automóvel e a sua gestão adequada e os seus parques da retenção e os seus estacionamento, mas ainda tem mais importante o outro pilar o 3º pilar no sistema integrado global que é os transportes, são os transportes públicos e para isso é que nós gostaríamos de ver o grande entusiasmo do Senhor Presidente era pensar neste planeamento integrado para até uma recomendação não se deixar apanhar nestas argumentações, como ele diz, não muito valorativas de eleitoralismo. É preciso planear, planear, de forma integrada e com sentido a médio longo prazo e não só de campanha de emergência. Aí sim, dá a possibilidade de acusar de que, nessas emergências pode andar gato escondido, mas não querendo nós falar neste território, até porque achamos normal que sejam satisfeitas as necessidades dos habitantes de Lisboa, nós precisávamos das ruas pavimentadas. -----

----- Eu também precisava da minha rua pavimentada já está, já está pavimentada, agora digo e os transportes públicos que lá hão de passar e o planeamento para as 2 ou 3 ruas contíguas que também precisam de pavimentação? Oh Senhor Presidente da Câmara faça lá um plano integrado e sistemático! Satisfaça por aí eu posso-lhe dizer que satisfazer as necessidades sentidas e reivindicações, você não faz mais que a sua

obrigação, não faz mais que a sua obrigação, então obrigue-se a cumprir aquilo que nós, e bem, reivindicamos. -----

----- Mas mudando de assunto, eu falo de outra coisa que já que hoje vi que é que estava meio descoberta, ora era a Bica, ah, a Bica que que é um exemplo espetacular do controlo resíduos e eu senti estava ali um experimentalismo, estamos a experimentar uma solução, quer dizer, ainda vai poupar planeamento, o aspeto experimentalista é pouco, não pode só está a experimentar a ver se dá, por acaso que há meses ou há 2 meses e já está, responda-me qual é o plano efetivo integrado geral para o controlo da higiene urbana, diga, não diga experiências avulso, diga lá qual é a reconfiguração dos serviços! Quando é que o Super Posto dos Olivais vai ser a marca ponto de todo o plano e de todos os projetos? E quando é que inicia a sua atividade e quando é que são feitos os postos de apoio? Como é que é feita a gestão dos trabalhadores e dos meios que há? Também aqui vão ser dos há bombeiro ou há jardineiro, qual é opção para estes, qual é a opção que têm? Como é que estão a melhoria das instalações? É pá, eu sei que eles trabalham do lixo, mas porque é por que carga de água hão de ter instalações sempre sobre usadas, degradadas e porque não hão de ter boas instalações e boas condições, eu penso que eles seriam capazes de valorizar as melhores instalações e condições de trabalho, até porque estão a ritmos de trabalho que nunca penso eu que tiveram! -----

----- Outra coisa é pensar no plano de compras de equipamentos pesados para a recolha do lixo, a idade média parece que é alta, não há hipótese, vamos ter depois um plano, vésperas ou não da eleição, de uma eleição qualquer, um plano de compra intensiva e forte de planeado de comprar equipamentos pesados para a recolha de lixo? Ou vamos num plano a médio prazo de recolha ponto a ponto sem nunca deixar quebrar a situação ou chegar a uma situação de pré rutura? É isto neste sentido que em relação à recolha do lixo, e que conheça que não está ainda bem em todo o lado na cidade, é necessário trabalhar mais e melhor e de uma forma planeada, é preciso saber responder a, este modesto parágrafo da página 105 deram entrada 326 reclamações, 95 por cento incidiram sobre o serviço de remoção de lixos a s principais razões pelo serviço prestado foram a realização incorreta do serviço em 60 por cento, a remoção incompleta de resíduos 39 por cento, foram consideradas com fundamento 177 das 300 desta área, é um sinal bom? Está na última linha, último parágrafo de uma página importante, há que responder também a esta questão em termos qualitativos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente vai responder, praticamente não tem tempo cedido pelo PS, o PNPn também cedeu tempo mas eu fazia um apelo ao Senhor Presidente, uma vez que temos interesse ainda apreciar outras matérias capacidade de síntese se faz favor e ainda tem tempo assim como por um pouco, mas tem que ser a resposta a seguir a cada intervenção, eu tu e a fazer um apelo ao senhor Presidente a ser sucinto é só isso. Não prejudica o vosso tempo. Senhor Presidente faça favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

-----“ Senhora Presidente, serei e peço desculpa estar agora só agora a ser sintético. ----  
----- O senhor Deputado, não é por menor consideração é mesmo por uma questão de tempo, que feliz que eu fico por dizer que quero mais obras, é mesmo! Eu partilho dessa visão, nós precisamos de resolver mais rápido os problemas estruturais da cidade e precisamos de avançar mais e sem temor e sem receio, sempre com a preocupação de fazermos o investimento certo o melhor possível, mas avançar de forma decidida.-----

----- Segunda questão, transportes públicos é o tema da maior importância e aquilo que refere da gestão integrada de transporte público com a via pública, com o estacionamento, com as formas de coisas várias são as da mobilidade, eu não tem dúvidas em dizer será que o desafio estratégico dos próximos anos para o Município de Lisboa. O que se vai passar de transformação na cidade de Lisboa com o facto de a Câmara gerir a Carris e ter uma palavra importante na gestão e ter uma palavra importante na gestão do Metro é uma alteração profunda do exercício do quadro de competências da Câmara e que vai exigir um com foco político e uma atenção política de grande, de muito profunda para conseguirmos concretizar um plano estratégico de recuperação e ampliação dos níveis de serviço de transporte público na cidade, porque a verdade é esta: é muito mais o que é muito mais fácil e muito mais rápido destruir, como aconteceu nos últimos anos, do que vai ser levantar de novo, mas posso-lhe garantir que o nosso projeto, o nosso programa é a nossa determinação é precisamente levantar de novo, levantar muito mais alto o transporte público como instrumento central da mobilidade e da melhoria das condições de vida das pessoas. -----

----- Já tive várias oportunidades de falar sobre o tema a nossa consegue-se transporte público é precisamente a dupla, as duas palavras que estão nesta expressão: transporte público, um direito de todos, independentemente do seu rendimento, independentemente da sua classe, independentemente de qualquer outra consideração é algo que é intrínseco à nossa participação na vida na cidade e é nessa conceção que os vamos organizar, não promete termos melhorias um dia para o outro não será fácil entre os essas melhorias, mas a melhoria do sistema de transportes é possível e é possível que a sua gestão integrada e melhorada. -----

----- O que é que não afasta da posição do Senhor Deputado? É uma coisa simples, é o receio de que o Senhor Deputado relativamente à Câmara que à gestão a partir da Câmara. Eu não tenho esse receio, porque em primeiro lugar há um receio que eu percebo que do ponto de vista político e sindical sobre se a partir da Câmara se será ou não será concessionado a operação transportes, tenho sido muito claro sobre essa matéria com esta maioria não haverá concessão dos transportes na cidade de Lisboa, não haverá, e gostava de recordar para aqueles que tiverem receio dessa passagem para a Câmara que foi precisamente quando os pode estiveram na Administração Central que, por um triz eles não estiveram para passar para as mãos de privados e a causar danos e notáveis! Por isso quem acha que os transportes, na mão de um Estado Central governado neste caso por uma direita com essa intenção que protege o serviço público, não protege e também tenho a consciência do seguinte é melhor defesa do serviço público de transportes é fazermos do serviço público de transportes um

serviço de qualidade e de excelência para as pessoas e se é que a grande defesa do serviço. -----

----- Terceira questão sobre os resíduos e sobre a Bica, Senhor Deputado, o Senhor Deputado bem a visão para o desenvolvimento do sistema, este é o serviço público que está na competência da Câmara do qual nós não quisemos não queremos, não faremos nenhuma operação fora do âmbito do serviço público, pelo contrário temos investido muito na melhoria desse serviço público. O Senhor Deputado conhece a visão que está no plano municipal de resíduos, conhece, aliás, a visão por trás e os instrumentos concretos da nova rede de contentores, dos nossos carros do novo sistema de recolha complementar, Senhor Deputado não desvalorize porque não é experimentalismo, chama-se a humildade de perante uma dificuldade que há muito tempo e muitos Executivos acontecem na cidade, temos que ter a humildade de ir testando soluções diferentes e, quando chegamos à boa solução vamos reproduzir e podemos fazê-la em escala o que nós não podemos fazer é desistir e, neste caso não desistimos, encontramos uma boa solução e vamos reproduzir. -----

----- Relativamente às questões que me disse que terminavam por aqui, porque esta questão fundamental, este é um serviço nuclear da Câmara e neste caso equipar-se naturalmente aquilo que eu disse relativamente ao Regimento Sapadores Bombeiros. Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara encontramos, como habitualmente, um vasto conjunto de iniciativas e intervenções que foram levadas a cabo neste período. O meu camarada de bancada, deputado Carlos Silva Santos, já levantou aqui algumas questões sobre problemas da e na cidade, mas gostaria de questionar a Câmara sobre um assunto que recentemente voltou a estar na ordem do dia e que afeta a população lisboeta, o problema no sector dos táxis, nomeadamente a concorrência ilegal de empresas multinacionais, como a *Cabify* e *Uber*, que entraram em atividade à margem da lei e que até hoje continuam tranquilamente a operar num claro desrespeito pela legislação portuguesa, que não cumprem. A impunidade de que essas empresas têm gozado em Portugal causa revolta e indignação no sector do táxi, sujeitos a legislação no que diz respeito ao licenciamento e acesso à atividade, regulamentação sobre as características dos veículos, a formação e certificação, que tem que cumprir e que caso não cumpram sofrem as correspondentes multas que são por infração. -----

----- O processo liberalizador a que assistimos tem apenas como objetivo a substituição do sector do táxi pelo domínio das multinacionais, processo que irá conduzir à falência das pequenas empresas que operam no sector. Ao contrário do que se tem afirmado, o que está em causa não é modernizar o sector nem a introdução de novas tecnologias, medidas que seriam bem acolhidas quer pelos profissionais, quer pelos utentes; neste momento muitos táxis já dispõem de aplicações eletrónicas, utilizadas por numerosos utentes. O que está em causa é a total desregulamentação do sector e a liberalização ao serviço das multinacionais. -----

----- Já vai sendo tempo de acabar com a ilegalidade com que estas operam em Portugal, mas notícias vindas a público na comunicação social dão conta de legislação que o Governo e que irá ser debatida na Assembleia da República e sobre isto obviamente não me vou sequer pronunciar. O que me preocupa é realmente a realidade que irá afetar a cidade de Lisboa, a falência de empresas a atuar no setor vai-se traduzir num aumento de desemprego, a precaridade no trabalho vai aumentar pois as multinacionais em causa não oferecem condições de trabalho dignas e com direitos, estes fatores de ser a autarquia a definir o contingente de táxis pergunto como se vai posicionar a Câmara nesta questão, pensamos vão certamente contribuir para o agravamento das condições sociais em Lisboa, por outro lado sabemos que existe excesso de oferta de táxis na cidade.-----

----- Não me vou deter muito mais nestas questões, pois o fórum para a sua discussão é a Assembleia da República, mas não nos podemos alhear de uma realidade que vai afetar profundamente a cidade de Lisboa.-----

----- Em primeiro lugar a falência de empresas a atuar no sector vai-se traduzir num aumento de desemprego; a precariedade no trabalho vai aumentar, pois as multinacionais em causa não oferecem condições de trabalho dignas e com direitos. Estes fatores vão certamente contribuir para o agravamento das condições sociais em Lisboa.-----

----- Por outro lado, sabemos que existe excesso de oferta de táxis na cidade. Neste contexto e atendendo ao facto de ser a autarquia a definir o contingente de táxis pergunto: como se vai posicionar a Câmara nesta questão?-----

----- É fundamental que a CML se disponha a discutir e a negociar com os profissionais do táxi da cidade as melhores soluções para esta atividade e no interesse de Lisboa. Os profissionais do táxi têm propostas e estão dispostos a discuti-las e a negociá-las.-----

----- Outra questão que queria colocar aqui, essa sim vem na Informação Escrita e diz respeito aos mapas de execução das receitas e despesas do Município, portanto, Senhor Vereador Paulo Saraiva, na página 24 nas receitas nós verificamos que a receita corrente em linha com o orçamento e que representam uma subida significativa relativamente ao mesmo período anterior, isto é mais 11% do que o ano anterior, para este crescimento muito contribui a Derrama, com certeza, salientando-se também o conjunto das taxas cobradas que apesar de estarem abaixo do valor orçamentado subiram vários milhões de euros.-----

----- Para quem dizia que não haveria uma subida da tributação porque as novas taxas iriam compensar outras entretanto revogadas, parece-me que estes números não dizem bem isto.-----

----- Por outro lado eu gostaria de salientar isto como bastante positivo, no geral parece-me que a receita apresenta um bom desempenho, não sendo por aí que possa existir desculpa para a Câmara não prestar um bom serviço aos munícipes.-----

----- Em relação às despesas, página 25, penso que esta análise eu gostaria para a deixar para posteriormente uma vez que dentro em breve vamos começar a discutir estas questões e o próximo orçamento. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:--

-----“ Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Senhora Deputada, relativamente à segunda questão que coloca convém incorporar na análise as receitas da situação financeira, o impacto que tem o saldo de gerência, a análise das contas comparativas do lado da receita e a incorporação do saldo de gerência na receita faz uma aparência de um aumento da, quer dizer, traduz na lógica da contabilidade orçamental, naturalmente, um aumento de receita, mas não se pode confundir a aparência decorrente da norma contabilística com um incremento da receita efetiva, porque a questão que se passou na cidade é a seguinte nós no ano passado, tivemos uma receita extraordinária uma receita eu mais excepcional ao nível do IMT, ora como isso aumenta o nosso saldo de gerência, nós com o mesmo equilíbrio entre receitas e despesas correntes hoje que este ano a receita aparece-nos muito acrescida das não significa que tenha havido uma mudança estrutural do equilíbrio estrutural entre receitas e despesas correntes da Câmara e a verdade o que nós assistimos, aliás, pelos outros pelos outros indicadores, é que não há que felizmente grande diferença face ao orçamentado em nenhuma das grandes rubricas e que temos no fundo, este diferencial positivo do saldo de gerência do ano passado que foi, de facto, a dimensões muito significativas e creio eu sem precedentes em muito de mim muito tempo na história na história da Câmara. Isto é importante sobre as prioridades do ponto de vista orçamental que só a forma como nós gerimos, porque eu acho que seria um erro completo seria um desastre se alguém que tomasse o que é um momento de conjuntura e um fluxo de conjuntura simplesmente para podermos, achar que isto é um aumento da receita estrutural e do saldo estrutural da cidade, porque, a partir daí, ao primeiro arrefecimento, bom entrava tudo outra vez em paralisia.-----

----- A nossa posição tem sido de grande prudência que é estabilizar a base de receitas e despesas correntes do município, isto é uma receita dita de tempo normal para com despesas de serviço público compatíveis com essa receita tempo normal e utilizarmos os excedentes para abater a dívida e melhorarmos, reduzir os encargos da dívida, e melhorarmos o nosso o nosso equilíbrio, e também para as satisfazer necessidades de investimento que são tão prementes na cidade, mas não confundir.-----

----- Relativamente à questão dos táxis permita-me que, nesta fase final do debate e não me delongue sobre o tema, até porque ainda não nós temos analisado, estamos a analisar a proposta que o Governo apresentou e teremos, naturalmente um diálogo com as associações representativas, mas, se há algo neste debate que aconselha à prudência e também não temos visões muito simplistas sobre o que é que está em causa. Isto, o que eu tenho defendido publicamente há poucas semanas uma audição no Parlamento e que devem ser criadas condições equitativas do ponto de vista, as condições de exercício da atividade e que se corrija um quadro que, na minha opinião, não é um quadro adequado, que o quadro onde atualmente no conjunto de plataformas desenvolvem a sua atividade e dentro deste quadro de regularização do enquadramento e da equidade do ponto de vista da prestação deve ser encontrada a solução. Não queria para já dizer mais sobre isto, estamos a analisar o enquadramento Governo, iremos falar com as associações representativas e no tempo próprio e da

forma própria que teremos ocasião de transmitir o nosso pronunciamento concreta sobre e sobre aquilo que deve ser feito. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, terminámos o Período da Intervenção Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Eu iria passar de imediato, à Proposta nº 344/CM/2016, que é a constituição de direito de superfície de um imóvel na Avenida da República a celebrar com o Instituto de Apoio à Criança. -----

----- Houve algumas peripécias com esta proposta porque houve documentos que vieram com erros, esses erros já foram corrigidos, e eu pergunto ao Senhor Vereador Manuel Salgado se quer apresentar a proposta? Senhor Vereador Manuel Salgado, faça favor.”-----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 344/CM/2016 – CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE IMÓVEL SITO NA AVENIDA DA REPÚBLICA NÚMEROS 21-21-A FREGUESIA DAS AVENIDAS NOVAS, A CELEBRAR COM O INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA D), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**

----- (A Proposta nº 344/CM/2016 fica anexada à presente Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como Anexo XX e dela faz parte integrante). ---

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Muito boa tarde Senhores Deputados. -----

----- Não é propriamente, para apresentar a proposta porque penso que ela já foi suficientemente discutida e o relatório da Comissão é claríssimo quanto aos objetivos.

----- Era para pedir desculpa por não ter estado presente na reunião da Comissão. Eu, depois, falei diretamente, com a Presidente da Comissão pois fiquei retido numa reunião e foi, de todo, impossível.-----

----- Era só isso. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- A Relatora é a Senhora Deputada Ana Páscoa. Faça favor, Senhora Deputada.” ---

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, e na qualidade de relatora do parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fez a seguinte apresentação:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Eu, realmente, penso que a proposta é suficientemente, importante para realmente, nós nos debruçarmos, aqui, um bocadinho, sobre ela. -----

----- Em substância, o que esta proposta visa é a constituição de um direito de superfície sobre um imóvel municipal na Avenida da República a favor do Instituto de Apoio à Criança. -----

----- Ora, todos sabemos, e isto não está, absolutamente, em causa por parte de ninguém, que esta instituição desenvolve um trabalho meritório e, como tal, é nossa obrigação contribuir para que esse trabalho possa ser resolvido. E, nesse sentido, nós analisámos na 1ª Comissão esta proposta, cuidadosamente. -----

----- Verificámos, realmente, a existência de diversas discrepâncias, quer no texto da própria proposta, quer nos documentos que, entretanto, acompanhavam e que justificavam a proposta, portanto, a justificação do valor e a minuta do contrato de programa, o que obrigou a uma audição, o Senhor Vereador não esteve presente, conforme acabou de referir, mas o Senhor Diretor Municipal prestou os esclarecimentos à Comissão que considerou suficientes e daí, que vem, hoje, à discussão. -----

----- De qualquer forma, eu sublinho que vem hoje à discussão condicionada a aprovação em reunião de Câmara dos documentos corrigidos e condicionantes do direito de superfície, tal como ficou votado, por unanimidade, aliás, na Comissão.-----

----- Aproveito para dizer, foi referenciado há pouco, que o protocolo já estaria para ser assinado, penso que, antes disso, a Câmara terá que aprovar os documentos porque, de facto, são bastante diferentes dos iniciais. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.- -----

----- E fez muito bem chamar a atenção para isso. O que se passa é que a proposta em si, foi aprovada em Câmara, inicialmente, a parte deliberativa não tem uma alteração profunda, mas há alteração nos considerandos, alteração nos documentos todos que fazem parte integrante da proposta. E portanto, a Comissão tem razão do meu ponto de vista, ao pedir uma votação condicionada a uma ratificação em Câmara, com os novos documentos todos certos porque estamos a tratar de matérias que, de facto, têm de ser feitas com todo o rigor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, dispensou-me de protocolos e vou direto ao assunto. -----

----- Nós consensualizámos, pela matéria que é de apoio à criança, de uma forma condicionada que nós votássemos esta proposta. Agora, eu acho que a Proposta nº 344/2016, morreu, ou seja, não existe. Porque contrariamente às palavras que a Senhora Presidente agora colocou, os dados que estão na proposta são outros. E, isto altera a natureza da proposta. -----

----- Portanto, aquilo que eu acho que deveríamos fazer era votávamos de uma forma condicionada para não andarmos para trás e para a frente, e por ser a matéria que é, mas acho que não deve ser a 344, deve ser outro número qualquer que lhe queiram dar porque estamos perante uma coisa nova e não perante a proposta nº 344. Aliás, a Senhora Presidente depois, acrescentou que isto foi tudo alterado, os números, os

anexos, etc., e portanto, acho que deveríamos aqui, fazer, aprovarmos mas não ter qualquer número, e depois a Câmara, que é uma coisa original nós aprovarmos uma coisa primeiro que a Câmara, votarmos e andarmos com a proposta para a frente. -----  
----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Chamo a sua atenção que todas as votações condicionadas dão origem a uma nova proposta em reunião de Câmara que ratifica a proposta aprovada em Assembleia Municipal. Portanto, não é necessário estarmos a alterar, aqui, a numeração porque quando a Câmara agendar a ratificação agenda com um novo número e é a versão da proposta nº 344 aprovada na Assembleia Municipal com as condições que foram incluídas na versão da Assembleia Municipal. Este procedimento é corrente, já o fizemos inúmeras vezes pelo que não há razão nenhuma ter dúvidas sobre o procedimento. -----

----- O que não podíamos era ter dúvidas sobre qual é o direito de superfície, qual é o prazo do direito de superfície, quias são as condições do direito de superfície, qual é o valor, qual é o pagamento, e sobre isso não há dúvidas e ficou esclarecido e é disso que se trata, e portanto, a proposta que está à vossa consideração é a proposta que foi, inicialmente, numerada como 344, mas o documento que diz “substitui a versão inicial”. É isso que estamos a considerar e é isso que depois a Câmara terá que ratificar, caso venha a ser aprovado. -----

----- Se não houver mais pedidos de palavra, eu iria pôr à votação a Proposta nº 344/2016 a que diz “substitui a versão inicial”. Portanto, já com os documentos todos corretos. -----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Era só para dizer que, obviamente, não será assinado nenhum protocolo antes de a proposta ser ratificada em Câmara. E, já agora, para quem não participou na Comissão e não percebeu bem porque razão houve este engano, explicar que, efetivamente, a origem deste engano esteve no facto de que foram juntos à proposta elementos de trabalho da negociação que houve entre as partes, e não os documentos finais. Foi isso que sucedeu e que deu origem a este equívoco. Mas eu peço imensa desculpa, mais uma vez, é uma falha. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Estamos em condições de pôr à votação condicionada a **Proposta nº 344/CM/2016**, condicionada no caso de ela ser aprovada, a ratificação em Câmara com os documentos corretos de acordo com o que vai ser votado, aqui. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 344/CM/2016** foi **aprovada por maioria**. -----

----- O PSD irá apresentar uma Declaração de Voto.” -----

----- (Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal do PSD): -----

----- “Nos termos previstos no Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa em vigor, o Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia apresenta Declaração relativa ao seu Voto de Abstenção na Proposta n.º 344/2016 para Constituição de Direito de Superfície sobre o imóvel sito na Av. da República n.ºs 21 e 21-A, na Freguesia das Avenidas Novas, a celebrar com o IAC – Instituto de Apoio à Criança, apreciada em Plenário da Assembleia Municipal em 27 de Setembro de 2016.-----

----- Este Grupo Municipal reconhece e celebra o valimento e interesse público da acção do Instituto de Apoio à Criança, desenvolvendo ações de mérito que deveriam aliás competir à própria Câmara Municipal tal como esta mesma reconhece na al.ª k) dos Considerandos da Proposta onde escreve que a atividade que o IAC prossegue ... se enquadra no feixe de deveres sociais previstos nas atribuições do Município. -----

----- O Grupo Municipal do PPD/PSD entende pertinente a constituição de um Direito de Superfície a favor desta Instituição, numa qualquer propriedade municipal, em local adequado e em condições livremente acordadas entre as Partes, mas verifica que a forma descuidada e incompetente como foi redigida e apresentada a Proposta, não confere qualquer fiabilidade ao processo. -----

----- Assim, foram detetadas incongruências, erros e omissões nos documentos da Proposta, como sejam:-----

----- 1. A Proposta previa absurdamente uma renda superficiária continuamente variável, acrescendo ao montante calculado na Justificação do Valor, 80% do montante obtido de terceiros pela Loja no R/C, acima de 2 500,00 €/mês;-----

----- 2. A Justificação de Valor foi calculada para Direito de Superfície por 50 anos e não por 25 anos como constava da Proposta, referindo-se a 2 655,00 €/mês por atualizações financeiras, mas esse cálculo não se refletiu na renda;-----

----- 3. A Proposta não esclarecia quando e em que circunstâncias deveriam ser resolvida a atual cedência precária no Largo da Memória;-----

----- 4. A definição das áreas e pisos respeitantes ao Direito de Superfície era inconstante nos diversos documentos da Proposta;-----

----- 5. Ocorriam inconsistências quanto às construções a tardoz e quanto à temporalidade e às obrigações específicas da Superficiária. -----

----- Foi solicitada a presença do Vereador para esclarecimento destas pertinentes dúvidas, levantadas numa Proposta aprovada por unanimidade em Câmara, tendo comparecido na Reunião o Diretor Municipal que assumiu a existência de erros e apresentou novos documentos, com relevantes alterações nas condições e na titulação da Proposta. -----

----- Subsistiram porém dúvidas que foram sendo esclarecidas em sucessivas alterações, mas não quanto à variabilidade da renda quando o Direito de Superfície ultrapassar 25 anos, como permite o Contrato, nem quanto à omissão da área a tardoz, no corpo do Contrato. -----

----- O comportamento negligente e errático da Câmara nesta Proposta e a redação final adotada, mesmo que condicionada a nova aprovação em Câmara, não permitiu o voto favorável do Grupo Municipal do PPD/PSD que apresentou consequentemente Voto de Abstenção.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Senhores Deputados, eu não gostaria de encerrar a sessão sem pôr à vossa consideração duas propostas que penso que serão simples, a nomeação de um auditor externo, **Proposta nº 457/CM/2016**, e a repartição de encargos dos compromissos plurianuais para a componente de atividades de animação e apoio à família para as escolas, para este ano letivo, **Proposta nº 486/CM/2016**. São duas matérias que já estão mesmo em cima da ocasião e, portanto, eu penso que não será muito complicado pô-las à vossa consideração.” -----

----- **PONTO 8 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 457/CM/2016 – NOMEACÃO DO AUDITOR EXTERNO DAS CONTAS MUNICIPAIS DE 2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO Nº 1, DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**

----- (A **Proposta nº 457/CM/2016** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Senhores Deputados, não vejo pedidos de palavra. -----

----- Tinha sido suscitada uma dúvida pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes relativamente à cabimentação, tenho a informação que já veio a cabimentação, está esclarecido, mas quer pedir ao Senhor Vereador para esclarecer. Muito bem, fica apenas registado que foi levantada essa questão e que essa questão já foi esclarecida, já foi dado conhecimento ao Senhor Deputado Sobreda Antunes, e que eu vou mandar colocar no processo a cabimentação que, entretanto, chegou para ficar o processo completo. -----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 457/CM/2016**. Votos contra do BE, abstenções do PSD, CDS-PP e do MPT, votos a favor do PS, PCP, PEV, PAN, PNPB e 6IND. A **Proposta nº 457/CM/2016** foi **aprovada por maioria**. -----

----- E o BE fará uma Declaração de Voto.” -----

----- (A Declaração de Voto indicada pelo BE não deu entrada nos serviços até à presente data). -----

----- **PONTO 9.6 – APRECIACÃO DA ALINEA A) DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA Nº 486/CM/2016 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, INCLUINDO A AUTORIZAÇÃO DA SUA FLEXIBILIDADE ENTRE ANOS NO VALOR TOTAL DE 2.606.017,30 EUROS, REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA E DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO ANO LETIVO DE 2016/2017, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALINEA C) DO Nº 1, DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**

----- (A **Proposta nº 486/CM/2016** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Finalmente, eu iria pôr à vossa consideração o aditamento. Trata-se da alínea a), da parte deliberativa da **Proposta n.º 486/CM/2016** é uma assunção de compromissos plurianuais para a componente de atividades de animação e apoio à família no ano letivo 2016/2017, proposta do Pelouro da Educação. -----

----- Pergunto se alguém quer usar da palavra? Não vejo ninguém a pedir a palavra, vou pôr à votação a **Proposta n.º 486/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPV e 6 IND. A **alínea a) da parte deliberativa da Proposta n.º 486/CM/2016 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Senhores Deputados na próxima semana, dia 4, não temos sessão, é véspera de feriado não há sessão. Dia 11, eu ainda vou ver aqui com a Mesa a que horas é que marcamos o início dos trabalhos, mas provavelmente, não será às três será um pouco mais tarde, temos muito pouco matéria, é apenas a que resta de hoje. E às seis da tarde, isso sim, dia 11, temos a 1ª Sessão do Debate Temático Economia na Cidade e o Trabalho. Já temos a confirmação da presença das várias entidades, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estatística, Instituto de Emprego e Formação Profissional, CGTP, UGT, CIP e ainda, alguns economistas. Portanto, será uma sessão bastante importante e eu peço a todos a vossa presença, dia 11. -----

----- A sessão poderá começar por volta das cinco com a nossa agenda pendente, e depois às seis horas teremos o Debate Temático. -----

----- Muito obrigada a todos. Estão encerrados os trabalhos, por hoje.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quarenta minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----